

**"AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO SOB ANÁLISE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, A QUAL AINDA NÃO SE MANIFESTOU A SEU RESPEITO"**

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores da 1ª Série (o "Prospecto") do**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR1 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**

CNPJ/MF n.º **08.487.089/0001-74**

**Classificação das Cotas Seniores: FITCH RATINGS "A-(bra)"**

**Código ISIN n.º ISIN BRFPBRCTF007**

**Registro da Distribuição na CVM/SRE/RFD/2006/059**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR1 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS** (o "Fundo") é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, suas alterações posteriores (a "Instrução CVM n.º 356/01") e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo foi constituído em 22 de novembro sob a forma de condomínio fechado, com prazo regular de vigência de 10 (dez) anos, a contar do início de suas atividades. O Regulamento do Fundo foi registrado no 2º Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 206903, em 27 de Novembro de 2006, (o "Regulamento"). O Fundo é administrado pela **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Osasco, S.P., inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00. (a "Administradora").

O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de Cotas Seniores (as "Cotas Seniores"), as quais poderão ser divididas em "n" Séries concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em 1 (uma) ou mais Distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Cotas Seniores serão definidas no Suplemento da Série "n".

O Fundo não emitirá Cotas subordinadas.

O Fundo oferta, na 1ª Distribuição, 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 1ª Série, no valor unitário de R\$1.000,00(mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Protocolos CVM referentes à Distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série datados de 13 de Dezembro de 2006.

**Durante o Prazo de Duração, o Fundo poderá manter em Circulação até 500.000 (quinhentas mil) Cotas Seniores, no valor de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), considerando-se o preço de emissão das Cotas em sua 1ª Data de Emissão.**

As Cotas Seniores deverão ser registradas, para negociação secundária, na BovespaFix, SomaFix e CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Cotas.

Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Cotistas, Investidores Qualificados. Na hipótese de negociação de Cotas, caberá exclusivamente ao intermediário assegurar que os adquirentes das Cotas são Investidores Qualificados.

**"A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura".**

*"As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que este está exposto".*

**"O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor".**

*O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos exclusivamente na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F, na modalidade com garantia, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Cotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo.*

*"A carteira de ativos deste fundo pode possuir prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior".*

*"O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como do prazo médio dos ativos que compõem sua carteira. Não há garantias de que a alíquota aplicável, quando do resgate das cotas, será a menor dentre as previstas pela legislação vigente".*

---

"Este fundo tem menos de 12 (doze) meses, e, para avaliação da performance de fundo(s) de investimento(s), é recomendável uma análise de, no mínimo, 12 (doze) meses".

"Os investidores devem ler a Seção 'Fatores De Risco' deste Prospecto, nas páginas 10 a 12".

"O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC".

**A Distribuidora não realizou qualquer auditoria ou verificação independente das informações constantes deste Prospecto. A Distribuidora não presta qualquer garantia com relação à veracidade, suficiência e qualidade das informações constantes deste Prospecto, que são de responsabilidade exclusiva do Fundo, da Administradora e da Gestora.**

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COMPANHIAS EMISSORAS, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS."

"A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das Cotas a serem distribuídas".



**"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a indústria de fundos de investimento, bem como às normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e demais instituições prestadoras de serviços".**

Estruturador e Gestor



**BI Capital Gestão de Recursos Ltda.**

Administradora e Distribuidora

**BEM DTVM**  
(Empresa do Grupo Bradesco)

Custodiante



Empresa de Auditoria  
**KPMG Auditores Independentes**



Agência Classificadora de Risco  
**FITCH RATINGS**



**A data deste Prospecto definitivo é 18 de setembro de 2007.**

<b>CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS</b>	<b>6</b>
ATENDIMENTO AOS COTISTAS	6
<b>SUMÁRIO</b>	<b>8</b>
O FUNDO	8
PÚBLICO-ALVO	8
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS COTISTAS	9
<b>DOS FATORES DE RISCO</b>	<b>10</b>
<b>POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b>	<b>12</b>
<b>DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO</b>	<b>13</b>
REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E ENCARGOS DO FUNDO	15
REGIME DE COLOCAÇÃO DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE	16
DA NATUREZA E ORIGEM DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	17
<b>DA POLÍTICA DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES PELA PETROBRAS</b>	<b>18</b>
<b>DO CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES E REGISTRO DE DIREITOS CREDITÓRIOS PELO INM</b>	<b>18</b>
OBJETIVO DO FUNDO E RESUMO DA ESTRUTURA	20
<b>UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>20</b>
DESENHO ESQUEMÁTICO DAS OPERAÇÕES DO FUNDO	21
POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	22
CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO	22
DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS	23
CONDIÇÕES ADICIONAIS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	23
SEGURO DE PERFORMANCE	24
SEGURADORAS	24
INEXISTÊNCIA DE COBRANÇA DO FORNECEDOR CEDENTE	25
FORMA DE CÁLCULO PARA AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	25
SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DE RECURSOS E DAS ROTINAS DE REPASSE	26
REGISTRO DOS CONTRATOS DE CESSÃO	26
CONDIÇÕES RESOLUTIVAS DA CESSÃO	26
EVENTOS DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL	27
PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	27
EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO	27
<b>DAS COTAS</b>	<b>28</b>
<b>DA EMISSÃO DAS COTAS</b>	<b>29</b>
<b>DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS</b>	<b>29</b>
<b>DA AMORTIZAÇÃO E DO PAGAMENTO DE RENDIMENTOS</b>	<b>29</b>
<b>DA VALORIZAÇÃO DAS COTAS E DOS ATIVOS DO FUNDO</b>	<b>30</b>
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	30
DA POLÍTICA DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS	31
TRIBUTAÇÃO	32
TRIBUTAÇÃO DOS COTISTAS	32
DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	33
DA ADMINISTRADORA	33
DO CUSTODIANTE	33
<i>FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS</i>	34
<i>ESCRITURAÇÃO DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO</i>	34
<b>ANEXOS</b>	<b>36</b>
SÚMULA DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	37
REGULAMENTO	45
CRITÉRIOS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES POR PARTE DA PETROBRAS	79
CRITÉRIOS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES NO SISTEMA GLOBALBIX, DO INM	94
SUMÁRIO DE CONTRATOS	107

## CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS

Vide Seção “Características da 1ª Série de Cotas Seniores” deste Prospecto, para maiores detalhes.

Emissor:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR1 – Industrial e Serviços
Público Alvo:	Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º409/04
Aplicação Mínima Inicial	R\$300.000,00 (trezentos mil reais)
Cedentes:	Múltiplos cedentes, necessariamente fornecedores da Petrobras, suas subsidiárias ou coligadas
Classe de Cotas:	1 (uma) classe de Cotas Seniores, as quais poderão ser divididas em até “n” Séries concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições
Preço Unitário das Cotas Seniores:	R\$1.000,00 (mil reais) para a 1ª Série de Cotas Seniores
Administradora:	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Custodiante:	Banco Bradesco S.A.
Gestor:	BI Capital Gestão de Recursos Ltda.
Distribuidora:	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Registro Escritural das Cotas:	Banco Bradesco S.A.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes
Agência Classificadora de Risco:	Fitch Ratings
Data de Emissão:	Data em que os recursos decorrentes da integralização de determinada Série de Cotas Seniores, em moeda corrente nacional, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, a qual deverá ser, necessariamente, um dia útil.
Amortização Integral:	As Cotas Seniores da 1ª Série serão integralmente amortizadas na Data de encerramento desta. As Amortizações das demais Séries serão definidas no Suplemento da respectiva Série “n”.
Amortizações Programadas:	As Cotas Seniores da 1ª Série poderão ser objeto de 1 (uma) ou mais amortizações programadas, parciais ou totais, em Datas de Amortização a serem definidas por meio de decisão da Assembléia Geral de Cotistas.

### Atendimento aos Cotistas

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas Cotas, bem como para obtenção de cópias do regulamento e deste prospecto, os interessados poderão se dirigir a sede da Administradora, ou ainda, consultar e reproduzir através das páginas da rede mundial de computadores da CVM, Administradora, BOVESPA e CETIP, conforme endereços abaixo. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Administradora, endereço constante deste prospecto.

### Administradora e Distribuidora

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Osasco, São Paulo  
Website: [www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br)  
Tel.: (11) 3684-4522  
Fax.: (11) 3684-5645  
At. Carlos Alberto de Moraes  
Correio Eletrônico: [bemdtvm@bradesco.com.br](mailto:bemdtvm@bradesco.com.br)

### Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)



**Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP**  
Site: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

**Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA**  
Site: [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

*As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Possíveis adquirentes das Cotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Cotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.*

## SUMÁRIO

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

### O Fundo

**O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR1 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS** foi constituído em 22 de novembro de 2006, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração regular de 10 (dez) anos, a contar do início de suas atividades, (o “Prazo de Duração”). As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Cotas Seniores serão definidas no Suplemento da Série “n”.

O Prazo de Duração do Fundo poderá ser prorrogado por até 2 (dois) anos, ou até o efetivo recebimento do último direito creditório da respectiva série “n”, por aprovação de Cotistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Cotas Seniores emitidas, em Assembléia Geral de Cotistas.

O Regulamento do Fundo encontra-se registrado no 2º Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 206.903 em 27 de novembro de 2006 (o “Regulamento”). O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Instrução CVM n.º 356/01 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01 foram protocolados na CVM em 13 de dezembro de 2006.

O Fundo iniciará suas atividades em 12 de março de 2007, e será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários integrante do Grupo Bradesco.

*Sobre a Administradora, vide Seção “Dos Prestadores de Serviço” deste Prospecto.*

Observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Regulamento, o objetivo do Fundo é buscar proporcionar aos Cotistas valorização de suas Cotas, por meio, unicamente, da aquisição de direitos creditórios que tenham exclusivamente como devedor a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e/ou suas subsidiárias e controladas (a “Petrobras”) e que atendam aos critérios de elegibilidade definidos no Regulamento (os “Direitos Creditórios”). Os Direitos Creditórios são oriundos dos mais diversos contratos de fornecimento de bens e prestação de serviços realizados por diferentes fornecedores à Petrobras.

O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios que sejam lastreados em contratos de prestação de serviços de marketing, propaganda ou afins.

O Fundo poderá, para a consecução de seu objetivo, aplicar seus recursos nos demais ativos financeiros e demais modalidades disponíveis no mercado financeiro e de capitais, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos na legislação vigente e no Regulamento.

Os títulos e valores mobiliários, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo devem estar devidamente custodiados, registrados em contas de depósitos específicas, abertas diretamente em nome do Fundo, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições autorizadas à prestação de serviços de custódia pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Fundo emitirá apenas cotas seniores para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

*Vide Seções “Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão” e “Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira” deste Prospecto, com referência à política de investimentos do Fundo e políticas de seleção e ativos.*

### Público-Alvo

O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04 e a fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

A primeira aplicação de cada Cotista no Fundo deverá ser de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O investimento neste Fundo não é adequado a Investidores Qualificados que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Cotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Para mais informações, vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

## **Divulgação de Informações aos Cotistas**

Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas for expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma relacionados aos interesses dos Cotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, cientificando os Cotistas nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 ou (b) de envio de correspondência ou correio eletrônico ao representante de cada Cotista responsável pelo recebimento das comunicações referentes ao Fundo, conforme tenha sido indicado à Administradora. As publicações aqui referidas serão mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora.

A Administradora deverá proceder à determinação e divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e, trimestralmente, os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo. A divulgação destas informações poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação dessas informações.

A Administradora também fornecerá aos Cotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor.

## **Gerenciamento de Riscos**

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A avaliação da política de investimento do Fundo e o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são definidos pela Administradora em conjunto com o Comitê de Acompanhamento.

*Vide Seção "Comitê de Acompanhamento" deste Prospecto e "Capítulo Dez – Do Comitê de Acompanhamento" do Regulamento.*

A Administradora e o Gestor privilegiam, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo Comitê, o qual traça os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo descrita no Regulamento são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* da Administradora, completamente separada da área de gestão.

As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Cotistas. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Cotistas. Ainda que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

## DOS FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à presente emissão, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Cotistas do capital investido ou mesmo a perda do valor de principal de suas aplicações.*

A carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos ocorra, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o cotista. O investidor, antes de adquirir cotas, deve ler cuidadosamente esta seção.

Ainda que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. A Administradora, o Custodiante, a Gestora, os Fornecedores e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor de principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados abaixo e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos Creditórios e ao Fundo:

- a) **Risco de Falta de Recursos para Amortização e Pagamento de Resgates:** as principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização e o resgate de suas Cotas, em moeda corrente nacional, decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo. Após o recebimento destes recursos e, conforme o caso, depois de esgotados todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo poderá não dispor de valores suficientes ou até mesmo de nenhum valor para efetuar a amortização e/ou resgate de suas Cotas;
- b) **Risco de Liquidez:** os riscos de liquidez a que se sujeitam as operações realizadas pelo Fundo caracterizam-se, primordial, mas não exclusivamente, pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos, títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos, títulos e valores mobiliários ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos, títulos e valores mobiliários pelo preço e no tempo desejados pela Administradora, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, permanecendo exposto o Fundo, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, títulos e valores mobiliários, que podem, inclusive, obrigar a Administradora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Em virtude das alterações nas condições de liquidez, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo pode eventualmente ser afetado, independentemente de serem alienados ou não pela Administradora. Os riscos de liquidez poderão resultar em condições em que seja necessário o resgate das Cotas em Direitos Creditórios;
- c) **Risco de Crédito:** os riscos de crédito a que se sujeitam as operações realizadas pelo Fundo caracterizam-se, primordial, mas não exclusivamente, pela possibilidade de inadimplemento dos emissores ou devedores de obrigações, ativos, títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, inclusive inadimplência da Petrobras, de companhias seguradoras que garantem Direitos Creditórios a Performar, e/ou de outras contrapartes em operações realizadas com o Fundo, podendo ocorrer, conforme o caso, redução de ganhos ou mesmo perda do capital investido pelo Fundo na hipótese de não pagamento dos rendimentos e/ou do valor do principal dos ativos, créditos, títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, por seus emissores, devedores e/ou garantidores;
- d) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios:** podem representar risco para os investimentos em cotas do Fundo os efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, impactam significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo e/ou da Petrobras e, neste último caso, os negócios do Fundo por consequência, bem como sua condição financeira e seus resultados operacionais. Além disso, o Governo Federal, a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação do Fundo e do mercado em que atua, o que poderá dificultar e/ou diminuir a originação de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, a rentabilidade do Fundo;
- e) **Risco de Mercado:** os riscos de mercado a que se sujeitam as operações realizadas pelo Fundo caracterizam-se primordial mas não exclusivamente pela possibilidade de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da carteira do Fundo devido a fatores econômicos diversos, dentre os quais ciclos econômicos, alteração da legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ativos que, conseqüentemente, acarretam a oscilação diária do valor das Cotas do Fundo, sendo que os capitais aplicados pelos Cotistas podem valorizar-se ou sofrer depreciação no período entre o investimento realizado e o resgate de Cotas;

- f) **Risco de Concentração:** a eventual concentração de investimentos em determinado(s) emissor(es) pode aumentar a exposição da carteira do Fundo aos riscos mencionados neste item e, conseqüentemente, aumentar a sua volatilidade. No caso concreto, a Petrobras será a única devedora dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Sendo assim, alterações nas políticas de compra da Petrobras e nas políticas de credenciamento de fornecedores da Petrobras, dentre outras, podem afetar a originação de novos Direitos Creditórios, e, conseqüentemente, resultar na impossibilidade de o Fundo recompor sua carteira. Além disso, o Fundo poderá ser afetado caso a Petrobras ou o segmento de mercado em que atua sofra qualquer efeito adverso que acarrete diminuição de originação de Direitos Creditórios e/ou atraso ou inadimplemento no pagamento de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- g) **Risco de Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação:** os Fornecedores somente se responsabilizam pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou solvência. Inexiste qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados;
- h) **Risco de Crédito do Fornecedor:** na hipótese de rescisão do contrato mercantil pela Petrobras sem que tenha havido culpa do Fornecedor, e desde que o Fornecedor ainda não tenha cumprido integralmente suas obrigações sob este contrato mercantil, o Contrato de Cessão prevê a recompra, pelos Fornecedores, dos Direitos Creditórios previamente cedidos ao Fundo; neste caso, o Fornecedor comprometer-se-á a pagar ao Fundo, em contraprestação pela recompra dos Direitos Creditórios, o mesmo valor que seria pago anteriormente pela Petrobras, nas mesmas datas de pagamento; não há garantias de que o Fornecedor terá condições de realizar tais pagamentos nos valores e datas previstas;
- i) **Risco Relacionado às Apólices e Concentração das Seguradoras:** os Direitos Creditórios a Performar serão garantidos por apólice de seguro-garantia. Além do risco de solvabilidade e de concentração de apólices emitidas por uma mesma seguradora contratada, poderá haver discussão acerca das referidas apólices, tendo em vista eventuais questionamentos por parte das Seguradoras no que se refere à cobertura do sinistro por motivos diversos, tais como, não comprovação do sinistro, não comunicação da ocorrência do sinistro no prazo acordado, discussão a respeito da caracterização do sinistro como caso fortuito ou força maior, isenção de responsabilidade da Seguradora em razão de descumprimento das obrigações do Fornecedor assumidas no contrato mercantil em razão de fatos imputáveis à Petrobras, dentre outros;
- j) **Risco relacionado à cobrança judicial dos Direitos Creditórios:** os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais, inclusive arbitragem, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Cotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu patrimônio líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Cotistas em Assembléia Geral. A Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e de ligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas deixem de aportar os recursos necessários para tanto;
- k) **Riscos de Terceiros:** o Fundo se sujeita também aos riscos decorrentes da atividade de terceiros que possam comprometer a prestação de serviço ou fornecimento de materiais por parte dos Fornecedores, sem que isso seja caracterizado como inadimplência da Petrobras tampouco como inadimplência dos Fornecedores. Na hipótese de descumprimento das obrigações do Fornecedor, por atos ou fatos de responsabilidade da Petrobras, não haverá cobertura pelo seguro-garantia. Os riscos de terceiros a que se sujeitam às operações realizadas pelo Fundo caracterizam-se, primordialmente, mas não se limitam pelo atraso, não entrega, entrega em desconformidade com o contratado, bem como qualquer descumprimento contratual por parte de fornecedores de serviços e produtos dos quais os Fornecedores dependam para cumprir seus contratos junto à Petrobras, comprometendo assim o fornecimento do produto e/ou mercadoria, bem como prestação de serviço por parte dos Fornecedores;
- l) **Demais Riscos:** o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária;
- m) **Risco Operacional:** As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, no Regulamento e no Contrato de Custódia estão sujeitas a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre o INM, o Liquidante, o Custodiante e a Administradora. Além disso, o Custodiante será o responsável pela guarda dos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios, da autorização da Petrobras às cessões destes ao Fundo e das apólices de seguro, o que poderá gerar riscos referentes aos processos operacionais de cobrança e fluxos financeiros;
- n) **Risco de Descontinuidade:** A política de investimento do Fundo estabelece que o patrimônio líquido do Fundo deve ser aplicado primordialmente em Direitos Creditórios. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida em função dos Fornecedores não estarem obrigados a ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência e performance do Fundo dependem da continuidade das operações regulares dos Fornecedores, da capacidade destes de originar Direitos Creditórios Elegíveis conforme os Critérios de Elegibilidade descritos no Regulamento do Fundo, e da efetiva venda dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo;
- o) **Risco Relativo à Efetiva Transferência dos Direitos Creditórios ao Fundo:** O Fornecedor, no Contrato de Cessão, garantirá ao Fundo que os Direitos Creditórios cedidos estão livres e desembaraçados de ônus, gravames e restrições. No entanto, o Fundo não verificará independentemente a veracidade desta afirmação nem de outras

afirmações feitas pelos Fornecedores no Contrato de Cessão. Desta forma, existe o risco de o Fundo adquirir Direito Creditório previamente onerado, judicial ou extrajudicialmente;

- p) **Não Existência de Garantia de Eliminação de Riscos:** A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida;
- q) **Riscos Relativos aos Contratos Mercantis entre Fornecedores e Petrobras:** os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo originam-se de contratos bastante diversificados, referentes ao fornecimento dos mais variados produtos e serviços. Não só a natureza das obrigações é diferente, algumas dependendo de medições, outras não, algumas dependendo de fornecimento continuado, outras não, algumas dependendo de cooperação por parte da Petrobras e/ou de terceiros, outras não, como também a forma de aceitação dos serviços e produtos pela Petrobras pode variar de contrato para contrato. Cláusulas específicas em determinados eventos podem afetar negativamente o fluxo de pagamento dos direitos creditórios. Por exemplo, Serviços e Produtos já aceitos pela Petrobras e cujos direitos creditórios tenham sido cedidos ao Fundo mas que apresentem defeito ou vício em momento posterior à aceitação podem causar a interrupção ou suspensão do pagamento dos direitos creditórios em questão ao Fundo, eventual descredenciamento do Fornecedor e conseqüente diminuição da originação de Direitos Creditórios.
- r) **Risco referente à necessidade de aportes adicionais pelo Cotista:** Poderá haver a necessidade de aporte adicional de recursos do Fundo, pelo Cotistas, proporcionalmente à sua participação no Fundo, no caso de o Fundo não dispor de recursos suficientes para o pagamento de suas despesas (Encargos do Fundo), previstas no prospecto e no Regulamento.
- s) **Risco pela Ausência de Coobrigação e Subordinação:** Pela Ausência de Coobrigação e Subordinação na Operação, caso ocorra atraso nos pagamentos, todo efeito será absorvido diretamente pelas Cotas Seniores do Fundo.
- t) **Risco de descasamento de taxas:** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos Creditórios. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado de acordo com as metas de rentabilidade prioritária (benchmark) atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido no Regulamento e em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e das Cotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que os Cedentes, Administradora, Gestora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos, visto que nem mesmo a possibilidade de utilização de derivativos garante a proteção da carteira do Fundo.

#### POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administradora e o Custodiante declaram não se encontrarem em conflito de interesses no exercício de suas funções, mesmo considerando o fato de a administração e custódia da carteira estarem sendo realizadas por sociedades coligadas nos termos do Regulamento, declarando-se independentes para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizarem operações nas quais atuem na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade da Instituição Administradora, de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

## DOS PRESTADORES DE SERVIÇO PARA O FUNDO

Prestam serviços ao Fundo (Vide Seção “Dos Prestadores de Serviços”, ao final deste Prospecto, para maiores detalhes):

<b>Administradora:</b>	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Prédio Novíssimo – 4º andar, Vila Yara, Cidade de Deus 06029-900 Osasco – SP
<b>Auditoria:</b>	KPMG Auditores Independentes Rua Renato Paes de Barros, n.º 33 04530-904 São Paulo – SP
<b>Classificação de Risco:</b>	Fitch Ratings Alameda Santos 1470, Cj.511 São Paulo – SP
<b>Custódia:</b>	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, Vila Yara 06029-900 Osasco – SP
<b>Gestão da Carteira do Fundo:</b>	BI Capital Gestão de Recursos Ltda. Rua Funchal, 551 – 4º andar 04551-060 São Paulo – SP
<b>Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos:</b>	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, Vila Yara 06029-900 Osasco – SP
<b>Custódia Física dos Documentos Comprobatórios:</b>	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, Vila Yara 06029-900 Osasco – SP
<b>Distribuidora Líder da 1ª Série de Cotas Seniores:</b>	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Prédio Novíssimo – 4º andar, Vila Yara, Cidade de Deus 06029-900 Osasco – SP

Tabela 1: Outros Serviços.

## DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO

O Fundo contará com um Comitê de Acompanhamento sem poder deliberativo, com o objetivo de acompanhar e monitorar o desempenho das atividades do Fundo.

O Comitê será composto por 9 (nove) membros, escolhidos dentre pessoas físicas ou jurídicas de notório conhecimento e de ilibada reputação, sendo 6 (seis) membros indicados pelos Cotistas, 2 (dois) membros indicados pela Gestora e 1 (um) membro indicado pela Administradora. Para cada membro indicado haverá 1 (um) suplente designado pelo(s) mesmo(s) responsável(is) pela indicação do titular, ficando facultado à Administradora a possibilidade de não indicar membro ao Comitê, hipótese em que a nomeação do 9º (nono) membro do Comitê caberá à Gestora.

Os 6 (seis) membros do Comitê a serem indicados pelos Cotistas serão nomeados de acordo com as seguintes regras:

- os 6 (seis) Cotistas com maior participação individual em Cotas Seniores indicarão, cada um, um membro do Comitê, sendo que o presidente do Comitê será indicado pelo Cotista detentor do maior número de Cotas Seniores;
- caso mais de um Cotista detenha o mesmo número de Cotas Seniores, a prerrogativa de indicação recairá sobre aquele que for Cotista do Fundo há mais tempo; e
- caso o Fundo tenha menos de 6 (seis) Cotistas detentores de Cotas Seniores, cada Cotista indicará um membro do Comitê e, todos os Cotistas Seniores, por maioria de votos, elegerão os membros restantes.

O Comitê será eleito em Assembléia Geral de Cotistas – AGC, cabendo à Administradora a inclusão de tal item na ordem do dia da primeira AGC.

O prazo de mandato dos membros do Comitê será de 5 (cinco) anos, podendo os mesmos serem indicados novamente.

Na hipótese de vaga de cargo por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, esta será preenchida pelo suplente e no impedimento deste por outra pessoa a ser indicada pelo mesmo Cotista que nomeou o antecessor, ou por novo Cotista que porventura esteja entre os 6 (seis) que representem o maior número de cotas, em substituição ao Cotista que nomeou o anterior membro do comitê.

Os membros do Comitê podem ser substituídos a qualquer tempo por outra(s) pessoa(s) indicada(s) pelo(s) mesmo(s) responsável(is) pela indicação do membro a ser substituído. Nesta hipótese, o substituto completará o mandato do substituído.

A execução das recomendações do Comitê será sempre de responsabilidade da Gestora.

Os membros do Comitê não receberão qualquer remuneração do Fundo. Além disso, as despesas referentes às reuniões e demais atos do Comitê serão suportadas por seus próprios membros, não devendo acarretar em qualquer despesa para o Fundo ou para a Administradora.

*Vide Regulamento, Capítulo Dez – “DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO”*



## REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E ENCARGOS DO FUNDO

<b>Taxa de Administração:</b>	Equivalente a um percentual incidente em cascata sobre o patrimônio líquido do Fundo, conforme quadro abaixo, paga mensalmente, com valor mínimo mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), quantia essa que ficará reduzida a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais durante os primeiros 6 (seis) meses de atividade do Fundo, contado a partir da primeira integralização dos cotistas no Fundo.
<b>Taxa de Ingresso:</b>	Não há.
<b>Taxa de Saída:</b>	Não há.
<b>Taxa de performance:</b>	Não há.
<b>Encargos do Fundo*:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Taxa de Administração;</li> <li>b) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;</li> <li>c) Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;</li> <li>d) Despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;</li> <li>e) Honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;</li> <li>f) Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;</li> <li>g) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;</li> <li>h) Quaisquer despesas inerentes à constituição, à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Cotistas;</li> <li>i) a contribuição anual devida à Bolsa de Valores de São Paulo, à Sociedade Operadora de Mercado de Ativos S.A. e à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, bem como quaisquer outras taxas referentes à custódia de ativos do Fundo;</li> <li>j) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;</li> <li>k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM n.º 356/01.</li> </ul>

Tabela 2: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

A taxa de administração anual será paga de acordo com a subscrição total do Fundo. A cada série de cotas subscritas, será considerado o valor da taxa a ser utilizada no cálculo do pagamento a ser efetuado daquele momento em diante. Os valores pagos anteriormente não serão afetados pela aplicação da nova taxa, observando a tabela abaixo:

Patrimônio Líquido do Fundo	Taxa de Administração
Até R\$ 200.000.000,00	1,75% ao ano
De R\$ 200.000.000,01 a R\$ 300.000.000,00	1,65% ao ano
Acima de R\$ 300.000.000,01	1,50% ao ano

\* Poderá haver a necessidade de aporte adicional de recursos no Fundo, pelo cotista, no caso de não haver recursos suficientes para o pagamento das despesas do Fundo, previstas neste prospecto e no Regulamento.

## REGIME DE COLOCAÇÃO DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE

As Cotas Seniores serão subscritas a vista pelo seu valor nominal e serão distribuídas pela Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do registro da distribuição pública de Cotas Seniores na CVM, sob o regime de melhores esforços, tudo nos termos do anúncio de início de distribuição pública a ser publicado no jornal Gazeta Mercantil.

A quantidade mínima emitida pelo FUNDO nesta 1ª série será de 50.000,00 Milhões de Reais em Cotas Seniores.

O não cumprimento da quantidade mínima emitida pelo Fundo até o encerramento da distribuição das Cotas Seniores, será considerado evento que enseja a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada em Assembleia Geral nos termos do regulamento.

**“A emissão, subscrição e integralização das cotas seniores do fundo serão realizadas também no ambiente da CETIP - Câmara de Liquidação e Custódia”.**

### Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da oferta.

Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de Distribuição e o manifestante deverá ser cientificado de que a oferta original foi alterada, com indicação das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação do Estruturador. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio.

### Garantia de Liquidez

A Distribuidora ou demais distribuidores por ele contratados não celebrarão contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Cotas, nem será constituído fundo de sustentação.

### Demonstrativo do Custo da Distribuição

A título de remuneração pelos serviços prestados, a Distribuidora receberá o equivalente a 0,1% (um décimo por cento) aplicado sobre o montante efetivamente colocado junto a investidores qualificados.

Segue abaixo a tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores:

Custos	Montante (em R\$)	% em Relação ao valor total da emissão
Comissão de Colocação – Cotas sob Regime de Melhores Esforços	200.000,00	0,002%
Despesas de registro	82.870,00	0,64% do total da emissão, limitado a R\$82.870,00 por registro
Classificação de Risco	51.864,48	0,00051%
Assessor Legal	29.029,07	0,00029%
Cartório	1.886,00	0,000018%
ANBID	2.000,00	0,00002
Total	367.649,55	0,00367

### Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores:

N.º de Cotas Seniores	Custo Por Cota Senior (R\$)	% em relação ao preço unitário de distribuição
100.000	2,00	0,0000002%

## Cronograma das Etapas da Oferta

Evento	Data Estimada*
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	30/01/07
Disponibilização do Prospecto Preliminar	21/12/06
Liquidação Financeira**	12/03/07**
Encerramento da Distribuição	11/06/07
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	22/06/07

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

(\*\*) Estágio da Distribuição

## DOS DIREITOS CREDITÓRIOS QUE LASTREIAM A EMISSÃO DE COTAS

### Da natureza e origem dos Direitos Creditórios

O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de Direitos Creditórios escolhidos de acordo com os critérios de elegibilidade e a política de investimento descrita no Regulamento. Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo de acordo, ainda, com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, bem como no Regulamento.

Os direitos creditórios são originados de operações realizadas nos segmentos industrial e de prestação de serviços, conforme definido nos itens A e B abaixo, decorrentes do fornecimento de bens e da prestação de serviços realizados por diversos fornecedores à **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida República do Chile, n.º 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01 e/ou suas subsidiárias e controladas (a "Petrobras"). Os fornecedores mencionados são os originadores e cedentes dos direitos creditórios ao Fundo e serão doravante definidos como "Fornecedores" e os direitos creditórios descritos acima são doravante definidos como "Direitos Creditórios".

A) Os Direitos Creditórios originados de operações realizadas no segmento industrial constituem-se em operações mercantis de venda e compra de bens tangíveis, tais como, mas a esses não se limitando: máquinas, equipamentos, materiais de consumo, insumos em geral, matéria-prima etc.

B) Os Direitos Creditórios originados de operações realizadas no segmento de prestação de serviços constituem-se em operações mercantis de venda e compra de bens intangíveis, tais como, mas a esses não se limitando: execução de obras, engenharia, transporte, manutenção, segurança, limpeza etc.

### Do Segmento de Petróleo e Gás e dos Fornecedores da Petrobras

O segmento de Petróleo e Gás e sua indústria reúnem grande complexidade tecnológica, em função da extensa e multidisciplinar base de conhecimento e da pluralidade de tecnologias e serviços qualificados que emprega. Por ser altamente estratégico para o Brasil, o investimento a ser realizado na indústria petrolífera brasileira no período 2005/2010 será da ordem de US\$ 53.000.000.000,00 (cinquenta e três bilhões de dólares norte-americanos) da Petrobras, mais um montante esperado adicional de US\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de dólares norte-americanos) de ordem privada. Tais investimentos estão sendo vistos pelos Fornecedores da Petrobras como uma real oportunidade de ganhos, tanto do ponto de vista de rentabilidade, quanto do ponto de vista tecnológico e competitivo.

Esses investimentos da Petrobras, nos próximos anos, deverão gerar 10.000 (dez mil) empregos diretos na empresa e 622.000 (seiscentos e vinte e dois mil) postos de trabalho em seus Fornecedores.

Nesse sentido, os Fornecedores têm acompanhado o desenvolvimento do Segmento e atualmente perfazem um total de 7500 (sete mil e quinhentas) empresas cadastradas na Petrobras, as quais são empresas com alta capacitação tecnológica que apresentam as seguintes características:

- Em relação ao Porte: 37,17% (trinta e sete vírgula dezessete por cento) são empresas pequenas, 26,61% (vinte e seis vírgula sessenta e um por cento) são empresas médias e 8,84% (oito vírgula oitenta e quatro por cento) são empresas grandes;
- Em relação distribuição material/serviço: 48,59% (quarenta e oito vírgula cinquenta e nove por cento) são fornecedores de materiais e 51,41% (cinquenta e um vírgula quarenta e um por cento) são prestadores de serviços.

## Da Política de Cadastro de Fornecedores pela Petrobras

O Cadastro de Fornecedores da Petrobras consiste em um conjunto de informações sobre fornecedores, nacionais e estrangeiros, habilitados a participar de licitações promovidas pela Petrobras, efetuado em base de dados única disponível para toda a companhia e contendo, entre outras, as seguintes informações:

- a) dados do fornecedor (razão social, endereço etc.);
- b) linha de produtos e/ou serviços;
- c) resultados das avaliações da situação econômico-financeira;
- d) resultados das avaliações da capacidade técnica;
- e) resultados das avaliações dos critérios de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – (“SMS”);
- f) requisitos técnicos atendidos;
- g) resultados das avaliações dos critérios gerencial/responsabilidade social;
- h) ocorrências resultantes do relacionamento comercial e da performance do produto;
- i) tipos de inspeção de fabricação para os materiais que requerem qualificação técnica do fabricante;
- j) avaliações de desempenho do fornecedor nas suas relações com a Petrobras.

O processo de cadastramento para fornecimento à Petrobras consiste em:

- a) **Pré-cadastro:** é o primeiro contato da empresa com o portal de cadastro. Nesta etapa o fornecedor informa seus dados principais, indica uma pessoa de contato e um e-mail, seleciona as famílias de bens e/ou de serviços que deseja fornecer e/ou prestar e manifesta formalmente seu interesse em se integrar ao cadastro corporativo da Petrobras através do envio de carta de compromisso. Após o recebimento da Carta de Compromisso e confirmados os dados previamente cadastrados, questionários serão montados automaticamente contendo as especificações necessárias para cada categoria de produtos e/ou serviços.
- b) **Auto-avaliação:** consiste no preenchimento dos questionários por parte da empresa, apresentando as informações requeridas por cada critério e anexando a documentação exigida de forma eletrônica.
- c) **Pré-avaliação:** consiste na análise de dados por uma equipe de avaliadores da Petrobras, especialistas nas áreas correspondentes.
- d) **Avaliação na sede:** é realizada visita na sede da empresa, para avaliação Técnica, de SMS e Gerencial. Esta etapa é opcional e é requerida em função da peculiaridade do material ou serviço e do mercado fornecedor.
- e) **Avaliação de campo** (apenas para prestadores de serviços): são feitas visitas nas obras, para avaliação Técnica, de SMS e Gerencial, por equipe da Petrobras ou por esta designada. Esta etapa é opcional e é requerida em função da peculiaridade do material ou serviço e do mercado fornecedor.
- f) **Consolidação:** são feitas a análise final e a consolidação dos resultados. A empresa é cadastrada nos sistemas da Petrobras e tem o Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC emitido válido por 1 (um) ano. As avaliações e informações do cadastro da empresa ficam disponibilizadas para toda a Petrobras visando a seleção de fornecedores para licitações e contratações.
- g) Em função do resultado da análise dos questionários preenchidos pelo fornecedor, a Petrobras poderá vir a colocar restrições sobre a concessão de adiantamentos ou limitações na linha de fornecimentos, bem como na validade do CRCC.

## Do Credenciamento de Fornecedores e Registro de Direitos Creditórios pelo INM

O Instituto de Normas Mercantis - INM é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em outubro de 2002, com sede na Rua do Rócio, n.º 313, 3º andar, São Paulo, S.P., inscrita no CNPJ sob n.º 05.336.767/0001-00-25 (o “INM”), que atua como entidade regulamentadora privada do Sistema GlobalBix.

O Sistema GlobalBIX é um mercado organizado e centralizado de negociações mercantis do mercado físico produtivo, que permite aos seus participantes a realização de operações de venda e compra de bens, produtos ou serviços através de contratos mercantis padronizados, bem como, operações de cessão de direitos creditórios mercantis deles oriundos, através de contratos de cessão de direitos creditórios padrão.

O INM, através do Sistema GlobalBIX, disponibiliza estruturas e processos consistentes que garantem a aderência das operações mercantis e das partes envolvidas às normas e procedimentos pré-estabelecidos, conferindo segurança a todos os participantes quanto às operações de venda e compra de bens, produtos ou serviços e à originação de direitos creditórios delas oriundos, segurança essa, que é obtida através da Certificação Mercantil efetuada pelo INM.

A Certificação das operações mercantis de compra e venda de bens, produtos ou serviços, envolve toda a gestão dos procedimentos, atividades, serviços, padronizações e documentos mercantis necessários para garantir a existência e conformidade (compliance) das operações mercantis, abrangendo, dentre outras etapas, o cadastramento e credenciamento de participantes capazes, processamento, registro e comprovação da ocorrência de atos e documentos mercantis, principalmente os Contratos Mercantis e os Direitos Creditórios deles oriundos, além da gestão das pendências comerciais e acompanhamento das liquidações físicas e financeiras.

O Fundo somente adquirirá Direitos Ceditórios que estejam registrados junto ao INM, através do Sistema GlobalBIX. Para operação através do Sistema GlobalBIX é necessário que o Fornecedor e o Fundo se cadastrem previamente, informando seus dados principais, contato, telefone e e-mail. Esse pré-cadastro poderá ser efetuado de três formas: via telemarketing do INM, Empresa de Desenvolvimento de Negócios – EDN ou pelo próprio Fornecedor. Somente Fornecedores habilitados junto à Petrobras poderão se cadastrar no INM.

O credenciamento de Fornecedores no Sistema GlobalBIX é feito pelo INM e tem por objetivo validar e formalizar a adesão destes participantes junto ao Sistema GlobalBIX, aderindo às suas normas e regulamentos.

O processo de credenciamento de Fornecedores inicia-se com o recebimento dos documentos obrigatórios exigidos pelo INM (Resolução de Credenciamento de Clientes n.º 06-B/04). Após o recebimento são conferidos os dados e informações cadastrais inseridas no Sistema GlobalBIX, são analisados os instrumentos jurídicos entregues, sua validade e formalização, os poderes dos representantes legais dos participantes que os assinaram e outros aspectos específicos de cada participante. Após a conclusão da análise e preenchimento de todas as etapas deste processo, o participante é credenciado e habilitado para atuar no Sistema GlobalBIX, recebendo sua identificação de usuário e sua senha de acesso.

Conforme a Resolução n.º 06-B/04 do INM, os documentos necessários para credenciamento de Clientes (Fornecedores) são:

- a) Cópia autenticada do Contrato Social e respectivas alterações;
- b) Cópia autenticada das Procurações dos Representantes legais e/ou Procuradores que assinam o Acordo Operacional e dos Usuários Masters responsáveis pelo relacionamento com o Sistema, caso os mesmos não exerçam funções de gestões contempladas em seu Contrato Social;
- c) Acordo Operacional rubricado, assinado e com firmas reconhecidas, Regulamento Operacional e Regulamento de Juízo Arbitral rubricados;
- d) Carta Proposta de Credenciamento de Clientes, conforme modelo anexo na Resolução n.º 06-B/04, assinada e com firma reconhecida em papel timbrado;
- e) Cópia simples dos 3 (três) últimos Balanços Patrimoniais e respectivas Demonstrações de Resultado de Exercício (DRE). Caso o último Balanço tenha sido apurado há mais de 06 (seis) meses, deve-se encaminhar o último balancete.

## **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO**

O resumo da estrutura do Fundo abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do Regulamento do Fundo e da origem dos Direitos Creditórios que constituem o principal ativo do Fundo. Certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Cotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído ao longo deste Prospecto, especialmente no seu glossário, ou no Regulamento.

### **Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura**

O Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Cotistas, observados os termos e as condições do Regulamento, a valorização de suas Cotas mediante a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios e de outros ativos. Os procedimentos para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão e são abordados de forma simplificada mais abaixo.

O Fundo tem como meta proporcionar a seus Cotistas, detentores de Cotas Seniores, rentabilidade diária (benchmark) de 110% (cento e dez por cento) da taxa média do DI (Depósito Interfinanceiro de um dia, extra-grupo), calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor da cota do dia anterior.

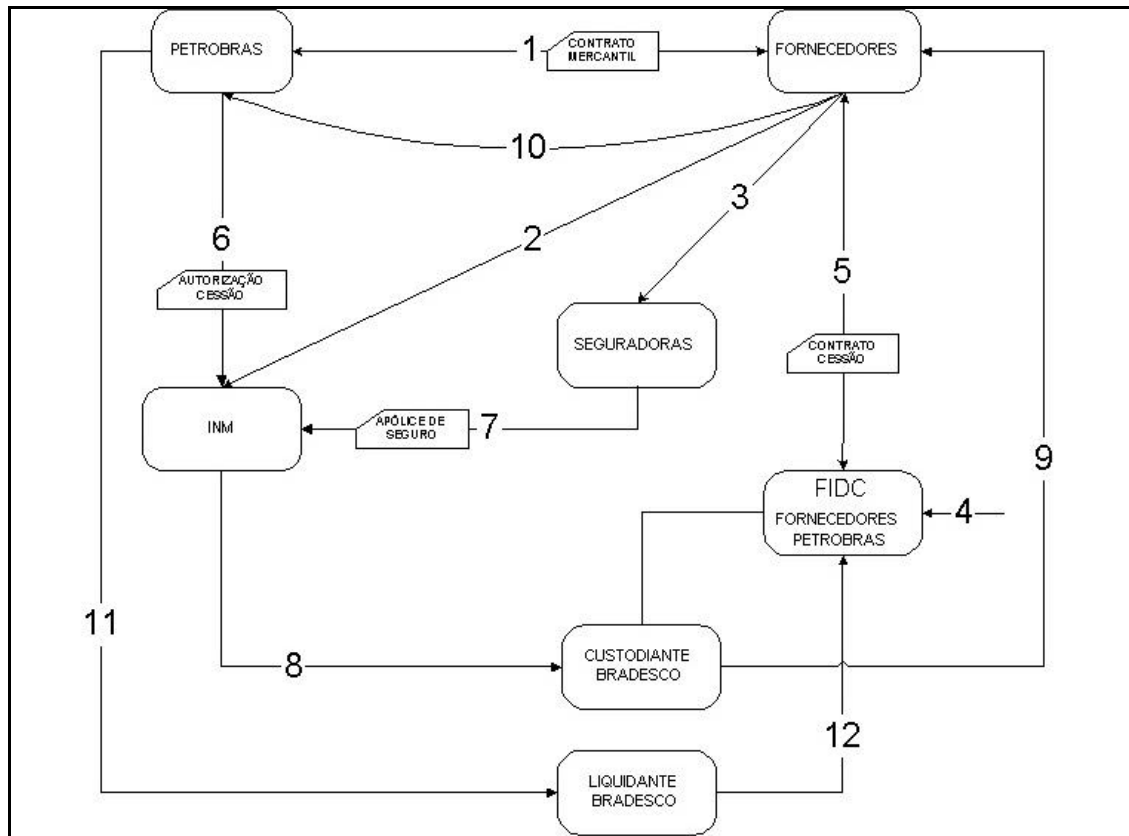
A meta de rentabilidade referida não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente um parâmetro não vinculante para a Instituição Administradora, para a Gestora ou para o Custodiante, pois em vista da inexistência de cotas subordinadas, tal rentabilidade variará de acordo com a valorização dos ativos da carteira do Fundo e sofrerá diretamente o impacto de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, razão pela qual os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Os Preços de Aquisição dos Direitos Creditórios não serão determinados com base em uma taxa de desconto própria e pré-fixada em razão das características do referido Direito Creditório, estas serão pactuadas no momento da aquisição dos contratos, no entanto não serão negociados abaixo das taxas praticadas de mercado, conforme demonstrativos trimestrais a serem elaborados pelo Administrador, nos termos do parágrafo 3º do artigo 8º da Instrução CVM 400.

### **Utilização dos Recursos**

Os recursos provenientes da integralização de Cotas e da liquidação dos ativos de sua titularidade pelas respectivas contrapartes serão utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios sacados contra a Petrobras, precipuamente, na aquisição de outros ativos, e na amortização de Cotas Seniores, sempre observados os limites e condições definidos no Regulamento.

## Desenho Esquemático das Operações do Fundo



1. Petrobras celebra contratos mercantis de fornecimento de bens e prestação de serviços com seus Fornecedores, gerando para os Fornecedores a obrigação de fornecer o bem e/ou prestar o serviço e, para a Petrobras, a obrigação de pagar por eles.
2. Fornecedor se credencia no INM e envia o contrato mercantil para registro do Direito Creditório no Sistema GlobalBix. O INM recebe o contrato mercantil, efetua os procedimentos de validação e registra o Direito Creditório.
3. Fornecedor obtém junto à Seguradora o limite de cobertura para o contrato mercantil e a Seguradora registra o limite de cobertura no Sistema GlobalBIX.
4. O Fundo capta recursos por meio da emissão e subsequente integralização de suas cotas.
5. O Fundo negocia com os Fornecedores o direito de crédito contra a Petrobras e assina o contrato de cessão. Este direito será sempre garantido por seguro de performance nos casos em que o fornecimento do bem ou prestação de serviço pelo fornecedor ainda não tiver ocorrido.
6. A Petrobras autoriza a cessão e compromete-se a efetuar todos os pagamentos referente ao Contrato Mercantil em conta específica.
7. A Seguradora emite a Apólice de seguro, quando o direito creditório for a performar.
8. O INM recebe o contrato de cessão, a autorização de cessão e a apólice de seguro e envia para validação do Custodiante.
9. O Custodiante valida os documentos e os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios estabelecidos no Regulamento do Fundo e, se estiver tudo correto, efetua o pagamento da aquisição do Direito Creditório ao Fornecedor utilizando-se dos recursos recebidos conforme o item 4 acima.
10. O Fornecedor entrega os materiais ou presta os serviços relativos ao Contrato Mercantil, lastro do Direito Creditório adquirido pelo Fundo.
11. A Petrobras aceita o fornecimento/serviço realizado pelo Fornecedor, e paga os valores para o Fundo através do Liquidante.
12. O Liquidante repassa ao Fundo os valores correspondentes aos Direitos Creditórios adquiridos e, depois, devolve ao Fornecedor eventual saldo excedente.

Os Fornecedores Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, tendo a prerrogativa de, a seu exclusivo critério, interromper os procedimentos de cessão. A ocorrência de tal evento poderá dar causa a um evento de liquidação antecipada do Fundo e, conseqüentemente, à amortização antecipada das Cotas.

### Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido de acordo com a tabela a seguir:

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	90,00%	100%
b) títulos de emissão do Tesouro Nacional	0%	10,00%
c) Operações compromissadas que tenha como lastro nos itens (a) e (b).	0%	10,00%

Tabela 3: Política de Investimento e Composição e Diversificação da Carteira.

Com relação aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos Creditórios em que o devedor seja a Petrobras, suas subsidiárias e/ou sociedades direta ou indiretamente controladas ou coligadas a essas, ou sob controle comum.

Após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de atividades do Fundo, a carteira de Direitos Creditórios do Fundo deverá observar a composição de até o máximo de 70% (setenta por cento) em Direitos Creditórios a performar e, no mínimo, 30% (trinta por cento) em Direitos Creditórios performados.

Com relação aos demais ativos que compõem a carteira do Fundo (moeda corrente, títulos do BACEN, títulos do Tesouro Nacional, cotas de fundo de investimento e operações compromissadas), o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento não poderá exceder 10,00% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável ou atrelados à variação cambial.

A Administradora, respeitado o disposto nesta Seção, poderá contratar livremente operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contrapartes a própria Administradora, empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Administradora. Todas as informações relativas às operações aqui referidas serão objeto de registros analíticos segregados.

Em caso de elevação da taxa SELIC durante o prazo do Fundo, o Gestor envidará seus melhores esforços para observar as seguintes regras:

(i) na hipótese da taxa DI negociada no mercado futuro da Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F"), pelo prazo médio da carteira de contratos a performar do Fundo, sofrer elevação entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) durante qualquer período de 30 (trinta) dias, o Fundo buscará realizar operações de "swap" em mercados organizados de forma a manter 50% (cinquenta por cento) do valor de seu patrimônio líquido alocado em contratos a performar indexado à taxa do DI, pelo prazo médio da carteira de contratos a performar; e

(ii) na hipótese da taxa DI negociada no mercado futuro da Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F"), pelo prazo médio da carteira de contratos a performar do Fundo, sofrer elevação superior a 10% (dez por cento) durante qualquer período de 30 (trinta) dias, o Fundo buscará realizar operações de "swap" em mercados organizados de forma a manter 100% (cem por cento) do valor de seu patrimônio líquido alocado em contratos a performar indexado à taxa do DI, pelo prazo médio da carteira de contratos a performar.

Exceto em relação aos itens (i) e (ii) acima, o Gestor poderá contratar operações de "swap" de taxas dos ativos do Fundo, livremente.

### Custódia dos Outros Ativos de Titularidade do Fundo

Além dos Direitos Creditórios, os demais ativos de titularidade do Fundo devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas na SELIC, no sistema de liquidação financeira



administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM, excetuando-se as Cotas de fundos de investimento em Cotas de fundos de investimentos.

### **Dos Direitos Creditórios Elegíveis**

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir, dos Fornecedores, Direitos Creditórios Elegíveis, observados os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

### **Condições Adicionais e Critérios de Elegibilidade**

A aquisição de Direitos Creditórios será realizada pelo Fundo, através da seleção de Direitos Creditórios Elegíveis disponibilizados pelo INM através do Sistema Globalbix. Para que sejam considerados elegíveis, os Direitos Creditórios devem atender cumulativamente as seguintes Condições Adicionais e os seguintes Critérios de Elegibilidade (os "Direitos Creditórios Elegíveis"):

O INM deverá verificar se os Direitos Creditórios atendem às seguintes Condições Adicionais:

- a) Máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor total estimado do contrato celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras; e
- b) Máximo de 70% (setenta por cento) do valor estimado de cada parcela apontada no cronograma de pagamento do contrato.

O Custodiante deverá verificar se os Direitos Creditórios atendem aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) os Direitos Creditórios devem estar registrados junto ao INM – Instituto de Normas Mercantis, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua do Rócio, 313, 3o.andar, Vila Olimpia, CEP 04552-904, São Paulo, S.P., inscrita no CNPJ sob n.º 05.336.767/0001-00-25 (o "INM");
- b) a data de vencimento dos Direitos Creditórios deve guardar, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data de encerramento do Fundo;
- c) as cessões dos Direitos Creditórios somente poderão ocorrer mediante declaração do fornecedor, de que os Direitos Creditórios não se referem a contrato mercantil de fornecimento de bens ou prestação de serviços que apresente parcelas vencidas e não pagas;
- d) as cessões dos Direitos Creditórios somente poderão ocorrer mediante a entrega do documento "Autorização de Cessão de Direitos Creditórios" emitido pela Petrobras;
- e) A partir do 180º (centésimo octogésimo) dia do início das atividades do Fundo, o percentual correspondente ao somatório do valor de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, depois de computada, pro forma, a cessão pretendida, relacionado a um mesmo Fornecedor, não poderá exceder a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- f) o prazo de vencimento do Direito Creditório não deverá ser inferior a 21 (vinte e um) dias úteis, contados da respectiva data de aquisição do Direito Creditório pelo Fundo;
- g) O Fundo somente poderá adquirir créditos oriundos de contratos que já tenham passado ao menos pela 1ª. (primeira) Medição, ou seja, a Petrobras já tenha realizado em até 1 (um) mês a apuração dos serviços prestados e o respectivo preço a ser pago, observando ainda que o Fundo não poderá adquirir as 2 (duas) primeiras parcelas e também as 2 (duas) últimas parcelas do contrato;
- h) o Cedente não poderá estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e/ou qualquer processo similar;
- i) o percentual máximo admitido por cedente em contratos a performar é de 2,5% (dois e meio por cento) do patrimônio líquido do Fundo, considerado após a cessão; e
- j) o percentual máximo admitido por cedente em contratos performados é de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo, considerado após a cessão.

No caso de Direitos Creditórios originados de contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como de títulos ou certificados representativos desses contratos (os "Direitos Creditórios a Performar"), só serão considerados Direitos Creditórios Elegíveis aqueles que, cumulativamente aos critérios mencionados acima, contem com seguro garantia (i) contratado junto a seguradora de idoneidade comprovada, credenciada junto ao INM, (ii) por meio de apólices de seguro que contenham métodos e critérios claros de caracterização de sinistro, (iii) de valor no mínimo equivalente ao valor dos Direitos Creditórios, (iv) que nomeie o Fundo como único beneficiário, (v) cuja vigência seja no mínimo equivalente ao prazo de vencimento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, (vi) as seguradoras deverão apresentar rating de baixo risco de crédito, emitido por uma agência de classificação de risco, e (vii) o volume de direitos creditórios segurados deverá ser diversificado, na medida do possível, entre todas as Seguradoras Elegíveis.

A verificação dos Critérios de Elegibilidade e dos Critérios de Elegibilidade para Direitos Creditórios a Performar, conforme seja o caso, é realizada na data de aquisição do Direito Creditório em questão. Na hipótese do Direito Creditório adquirido perder ou deixar de preencher qualquer Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, nem a Administradora, nem o Custodiante e nem a Gestora poderão ser responsabilizados pela aquisição em questão, salvo existência de má-fé, culpa ou dolo.

Uma vez selecionados os Direitos Creditórios Elegíveis que o Fundo pretende adquirir, será formalizada a cessão dos mesmos, incluindo todos seus acessórios, através de um contrato padronizado de cessão e aquisição de direitos creditórios mercantis, a ser celebrado entre o Fornecedor e o Fundo e que preverá, no mínimo (o "Contrato de Cessão"):

- a) que o Fornecedor responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos Creditórios;
- b) que o Fornecedor atesta a inexistência de ônus, gravames ou restrições sobre o Direito Creditório;
- c) que a assinatura do Contrato de Cessão e conseqüente cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Fornecedor com terceiros;

- d) que quaisquer quantias recebidas pelo Fornecedor em relação a Direitos Creditórios cedidos serão transferidas ao Fundo em 24 (vinte e quatro) horas.

Os Contratos de Cessão não prevêem direito de regresso contra os Fornecedores ou coobrigação destes.

### Seguro de Performance

Os Direitos Creditórios a Performar contarão necessariamente com seguro garantia de performance emitido por seguradora credenciada pelo INM. Até a presente data as seguradoras credenciadas pelo INM e aceitas pelo Fundo são: Áurea Seguros S/A, J. Malucelli Seguradora S.A e QBE Brasil Seguros S.A. Demais seguradoras poderão ser credenciadas pelo INM e aceitas pelo Fundo desde que sejam previamente aprovadas pelo Comitê de Acompanhamento.

Os seguros de performance de obrigações do Fornecedor sob os contratos com a Petrobras deverão (a) ser contratados às expensas do Fornecedor cedente em questão, (b) prever cobertura de valor no mínimo equivalente ao valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, e (c) nomear o Fundo como único beneficiário da apólice.

### Seguradoras

#### ÁUREA SEGURADORA DE CRÉDITOS E GARANTIAS

A ÁUREA SEGURADORA DE CRÉDITOS E GARANTIAS é uma empresa especializada nos ramos de seguro garantia e seguro de crédito interno. Tendo iniciado suas operações no ramo de Seguro Garantia em 1996, desde então a empresa vem conquistando importantes clientes em diversos segmentos em vários Estados brasileiros. Em 2003, a Áurea também passou a operar no Seguro de Crédito Interno, com a tecnologia do Grupo Cesce, uma das líderes no mercado espanhol neste ramo.

A ÁUREA SEGURADORA, desde o início de suas operações, tem mantido com o mercado e o governo um relacionamento de respeito e responsabilidade, oferecendo a cada um de seus parceiros internos as mais promissoras oportunidades de desenvolvimento. Determinada a ter sucesso, a ÁUREA optou pelo caminho da competência e da qualidade.

A ÁUREA SEGURADORA é membro da Associação Panamericana de Fianças e Garantias e integra um grupo restrito de seguradoras especializadas em Seguro Garantia, de acordo com uma classificação feita pelo IRB Brasil-Re. E além dessa dupla certificação de identidade institucional, a empresa sempre se destacou entre as demais que operam no ramo no Brasil, por ter desenvolvido metodologia própria de análise de riscos, que é aceita pelos principais resseguradores internacionais. Na ÁUREA a tradição é fundamento da modernidade.

Através da tecnologia em ambiente web a SEGURADORA emite em até 24 horas apólices em sua matriz, localizada no Rio de Janeiro, nas filiais São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre e também nos Estados do ES e SC, onde a ÁUREA possui parcerias estratégicas.

A qualidade dos serviços que a ÁUREA SEGURADORA DE CRÉDITOS E GARANTIAS presta no Brasil reflete a experiência, soma de conhecimento tecnológico de seus acionistas: **Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito (CIAC)** - sediado em Madri, esse grupo de investidores é integrado por algumas das instituições mais conceituadas na Europa no setor de seguros, finanças e resseguros: Münchener Rück, Grupo Cesce, BBBVA e Santander. , **Bradesco Seguros e Previdência** - maior conglomerado financeiro privado da América Latina - a Organização Bradesco marca que é sinônimo de solidez, certeza e experiência, **Delphos Serviços Técnicos** - empresa capacitada a prestar serviços em qualquer atividade relacionada a seguro, desde a análise preliminar de risco até a regulação dos sinistros e **Creek Investments LLC**.

#### J. Malucelli Seguradora

A J. Malucelli Seguradora iniciou suas atividades em 1992, autorizada a operar nas carteiras de Ramos Elementares e Vida em Grupo.

Em 1994 mudou seu foco de atuação e passou a operar exclusivamente em Seguro Garantia, modalidade de seguro que visa garantir obrigações assumidas em contrato.

Credenciou-se e obteve do IRB-Brasil Resseguros S/A a outorga de companhia especializada em Seguro Garantia devido à estrutura que organizou para esta finalidade e da experiência dos seus dirigentes. Assim vem operando desde 1995, ultrapassando a marca de 100.000 (cem mil) apólices ao final de 2001, conquistando grande e qualificada clientela, devido a maneira ágil e eficiente com que realiza o cadastramento dos seus clientes e emite as respectivas apólices.

A empresa mantém sucursais nas principais capitais brasileiras, o que possibilita atender, com agilidade e qualidade, seus clientes em todo o país. Detém aproximadamente 30% do total de prêmios produzidos pelo mercado segurador brasileiro neste ramo.

A J. Malucelli Seguradora é uma das pioneiras em emissões de apólices para Garantias Aduaneiras, Judiciais e Financeiras. É membro da Associação Panamericana de Fianças e Garantias, entidade mundial que congrega empresas que operam com seguro de Crédito e Garantia, o que permite a emissão de apólices no exterior, além de possibilitar o desenvolvimento de um estreito relacionamento com Resseguradores internacionais.

A J. Malucelli Seguradora se destaca no cenário nacional de seguros como uma empresa séria e que opera rigorosamente dentro das normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e também pelo que determina o IRB Brasil RE no que se refere ao resseguro de suas apólices. Isto proporciona maior solidez nas garantias prestadas e a certeza do Segurado (Beneficiário) em contar com o respaldo da indenização num eventual sinistro.

A seguradora opera em todo o território nacional, seja por meio de escritórios próprios ou através de corretores respaldados por uma estrutura de suporte, localizada na matriz, por meio eletrônico, responsável por toda a logística de envio e recebimento de documentos.

Focada no fortalecimento da estrutura técnica e também comercial, decidiu criar uma área Corporate, destinada ao atendimento de grandes clientes e na viabilização de operações classificadas como "não tradicionais" com alcance em todo o território nacional.

A J. Malucelli pertence ao grupo J. Malucelli que é um conglomerado formado por mais de 20 (vinte) empresas com atuação em diversos segmentos, desde construção pesada, passando pelo setor financeiro, de energia, esporte, turismo, comunicação, seguros, agropecuário, dentre outros. Com patrimônio líquido consolidado superior a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), o grupo está entre os 200 (duzentos) maiores do país, segundo dados do Balanço Anual, editado pela Gazeta Mercantil.

O grupo foi fundado em 1966. Teve seu início e deve seu sucesso a J. Malucelli Construtora de Obras, que conta com mais de 2.000 (dois mil) funcionários, sendo especializada em pavimentação e terraplanagem. Ocupa a segunda posição no Estado no ramo da construção pesada e a 12ª (décima segunda), no ranking nacional.

#### **QBE Brasil Seguros S.A.**

Fundada na Austrália em 1886, a QBE é líder no mercado segurador australiano e está colocada entre os 25 (vinte e cinco) maiores grupos seguradores do mundo.

O nome QBE vem da fusão de 3 (três) companhias australianas:

North Queensland Insurance Company;  
Bankers' and Traders' Insurance Company;  
Equitable Probate and General Insurance Company.

Sediada em Sydney, a QBE é uma companhia aberta, com ações negociadas na Bolsa de Valores Australiana (Australian Stock Exchange).

Nos últimos 10 (dez) anos a QBE apresentou um crescimento expressivo, tornando-se uma companhia extremamente atrativa aos investidores e muito rentável aos seus acionistas.

A QBE busca adaptar-se aos mercados e culturas dos países onde opera, tendo nessa diversidade um de seus pontos fortes. A união do conhecimento local com a solidez financeira do grupo é o segredo de seu sucesso.

Hoje a QBE está presente em mais de 45 (quarenta e cinco) países e opera o maior Sindicato do Lloyd's de Londres.

A QBE chegou ao Brasil em dezembro de 2001 através da aquisição da Reliance National Brasil Seguros S.A. já contando com uma equipe de profissionais experientes e uma companhia totalmente estruturada.

A QBE Brasil Seguros S.A. tem como objetivo alcançar uma posição de destaque no mercado brasileiro de seguros, cultivando relacionamentos fortes e duradouros com seus corretores e clientes.

Com sede em São Paulo e filial na cidade de Recife, a QBE oferece serviços de qualidade, respostas rápidas e emissão em dia a todos seus corretores e clientes.

Desta forma pode oferecer os produtos mais adequados e o melhor atendimento, pois conhece em detalhes o negócio de cada um de seus clientes.

#### **Inexistência de Coobrigação do Fornecedor Cedente**

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias pertinentes aos mesmos, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os Fornecedores ou coobrigação destes, ressalvada a hipótese de Direito Creditório Performado em que a Petrobras suspenda o pagamento por motivo de vício ou defeito no serviço prestado ou bem fornecido.

A cessão de Direitos Creditórios pelo Fundo, em qualquer hipótese, somente poderá ser realizada à vista, em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

#### **Forma de Cálculo para Aquisição dos Direitos Creditórios**

Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PA_i = \frac{VN_i}{(FatorAq)^{DU_i}}$$

Onde:

PAi - Preço de aquisição do Direito Creditório "i" ;

VNi - Valor nominal do Direito Creditório "i" ;

DUi - Número de dias úteis compreendido entre a data de aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório "i", exclusive;

FatorAq - Fator de aquisição, calculado com 4 (quatro) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator Aq} = \left( 1 + \text{SE} \times \frac{\text{DI}}{100} \right)^{\frac{1}{252}}$$

Onde:

DI - Taxa de juros pré-fixada no igual período do prazo médio dos Direitos Creditórios cedidos, referenciado pela curva de mercado futuro da Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F"), do dia anterior à cessão e expressa em base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

Spread Excedente (SE) para aquisição dos Direitos Creditórios a Performar e Performados será apurado pelo Gestor a cada cessão de Direitos Creditórios, sendo no mínimo de:

Classificação Fornecedor no IRB –Brasil Re	Contratos a Performar	Contratos Performados
	Taxa Mínima em % do DI Futuro	Taxa Mínima em % do CDI
A	160%	160%
B	180%	170%
C	190%	180%

As taxas mínimas acima estipuladas são livres das despesas de Seguro de Performance e Taxa de Registro do INM.

#### Serviços de Recebimento de Recursos e das Rotinas de Repasse

O Fornecedor que ceder Direitos Creditórios ao Fundo deverá obter da Petrobras autorização para a cessão em questão e confirmação de que todos os pagamentos referentes ao Contrato Mercantil serão pagos mediante crédito em conta corrente específica, de titularidade do Liquidante. O Liquidante será responsável pelos serviços de liquidação financeira de todos os pagamentos relacionados ao Contrato Mercantil e, após o recebimento de cada pagamento feito pela Petrobras, transferirá os valores pertencentes a cada titular, obedecendo os critérios e ordens de preferência indicados no Contrato de Cessão.

Em primeiro lugar serão liquidados os valores correspondentes ao Direito Creditório cedido ao Fundo, em segundo lugar serão pagas eventuais multas e penalidades contratuais aplicáveis ao Fundo ou ao Fornecedor sobre o Contrato de Cessão, em terceiro lugar será pago qualquer Direito Creditório que eventualmente estiver em atraso; e, por fim, o saldo remanescente será transferido ao Fornecedor ou a terceiros, conforme seja o caso.

#### Registro dos Contratos de Cessão

Os contratos de cessão de Direitos Creditórios para o Fundo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes pela circunscrição territorial da sede do Fornecedor e do Fundo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da respectiva assinatura, cabendo o custo de ambos os registros ao Cedente, sendo o valor referente ao registro do Contrato de Cessão na sede do Fundo debitado por ocasião do efetivo pagamento ao Cedente. Em razão do dever de confidencialidade referente a informações técnicas de interesse da Petrobras, os Contratos Mercantis que originam os Direitos Creditórios não serão registrados.

#### Condições Resolutivas da Cessão

A cessão dos Direitos Creditórios pelo Fornecedor ao Fundo é válida desde o momento da assinatura do Contrato de Cessão, transferindo imediatamente ao Fundo a titularidade sobre os mesmos. No entanto, a cessão será resolvida de pleno direito, resultando na imediata devolução dos Direitos Creditórios ao Fornecedor, (a) caso o Fornecedor não entregue ao INM, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, cópia de seus documentos societários e, no prazo de 7 (sete) dias úteis, a autorização de cessão de direitos creditórios emitida pela Petrobras e a apólice de seguro garantia de performance, se houver, e (b) caso o Fundo não pague ao Fornecedor o preço acordado pela cessão dos Direitos Creditórios, na data aprazada.

#### Eventos de Resilição do Contrato de Cessão – Recompra de Direitos Creditórios

São considerados Eventos de Resilição do Contrato de Cessão: (a) a rescisão unilateral do Contrato Mercantil por parte da Petrobras, desde que não motivada pelo inadimplemento ou culpa do Fornecedor e (b) o inadimplemento do Fornecedor de suas obrigações sob o Contrato Mercantil, que acarrete a execução da apólice de seguro garantia.

No caso de rescisão por ocorrência de rescisão unilateral do Contrato Mercantil por parte da Petrobras, nos termos indicados acima, o Fornecedor deverá recomprar do Fundo os Direitos Creditórios referentes às suas obrigações que ainda não tenham sido integralmente adimplidas. Os Direitos Creditórios recomprados pelo Fornecedor deverão ser pagos por este nas mesmas datas e valores previstos no Contrato Mercantil para pagamento pela Petrobras. Este será o preço de recompra. Caso qualquer valor referente aos Direitos Creditórios recomprados já tenha sido pago pela Petrobras antes do evento de rescisão, o valor total já pago será deduzido do preço de recompra.

#### **Eventos de Inadimplemento Contratual**

O Contrato de Cessão prevê uma série de penalidades aplicáveis ao Fornecedor e ao Fundo no caso de descumprimento de obrigações contratuais. No caso de penalidades de multa, o próprio contrato estabelece mecanismos para que as multas sejam pagas às partes – quer ao Fundo quer ao Fornecedor - com parte dos recursos recebidos da Petrobras.

#### **Prazo de Duração do Fundo**

O Fundo é um condomínio fechado cujo prazo de duração regular é de 10 (dez) anos, a contar do início de suas atividades.

#### **Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada do Fundo**

Constituem Eventos de Avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação"):

- a) *Criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação de alíquotas dos já existentes ou modificação na base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;*
- b) *Aquisição reiterada, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme apurado pela Administradora e/ou pelo Custodiante;*
- c) *Alteração do Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM, que afete ou possa afetar prejudicialmente a performance do Fundo;*
- d) *Elevação do nível de inadimplência dos Direitos Creditórios a um patamar superior a 5% (cinco por cento) do valor da carteira do Fundo, calculando-se o nível de inadimplência pela divisão da soma do valor dos Direitos Creditórios cujos pagamentos não forem efetuados há mais de 90 (noventa) dias das respectivas datas de vencimento, pelo valor médio da carteira de Direitos Creditórios do Fundo nos 90 (noventa) dias precedentes ao dia do cálculo;*
- e) *Crise econômica nacional que leve a flutuações de mais de 50% (cinquenta por cento), em termos relativos, na taxa DI, num prazo inferior a 3 (três) meses;*
- f) *permanência do Fundo por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos com menos de 90% (noventa por cento) do Patrimônio Líquido investido em Direitos Creditórios;*
- g) *Caso a rentabilidade do Fundo fique abaixo do benchmark estipulado para cada série do Fundo, por um período superior a 63 (sessenta e três) dias úteis consecutivos.*

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora comunicará os Cotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios. A Administradora, juntamente com a comunicação aos Cotistas deverá convocar prontamente a Assembleia Geral de Cotistas para deliberarem sobre o Evento de Avaliação.

Caso os Cotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo. Caso os Cotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, deverão ser adotados os procedimentos próprios para liquidação do Fundo.

Conforme definidos no Regulamento, são eventos que ensejam a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada em Assembleia Geral de Cotistas, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) os Eventos de Avaliação que sejam considerados Eventos de Liquidação pela AGC;
- b) não cumprimento da quantidade mínima emitida pelo Fundo até o encerramento da distribuição das Cotas Seniores;

- c) a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos Creditórios em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo previstos no Regulamento e nas normas aplicáveis, inclusive, mas não se limitando, à inexistência de oferta de Direitos Creditórios Elegíveis em quantidade suficiente;
- d) o não pagamento do valor integral das Amortizações para cada uma das séries das Cotas Seniores, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas das datas previstas no Regulamento;
- e) rebaixamento de 1 (um) nível da classificação de risco inicialmente conferida às séries de Cotas Seniores por agência de classificação de risco em operação no país;
- f) extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros dispostos no Regulamento para o cálculo do valor das Cotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos ou a 15 (quinze) dias úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias, ou os Cotistas reunidos em Assembleia Geral, por 2 (duas) vezes consecutivas, não chegarem a um consenso para definir um novo índice ou parâmetro.

Caso ocorram quaisquer dos eventos de liquidação, a Administradora, imediatamente (i) dará ciência de tal fato aos Cotistas, (ii) suspenderá, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; (iii) convocará Assembleia Geral e, se assim dispuser a Assembleia Geral, (iv) iniciará os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo.

Na hipótese de a Assembleia Geral decidir pela não liquidação do Fundo, aos Cotistas dissidentes da decisão será assegurado o direito de resgate antecipado de suas Cotas, pelo valor delas à época do resgate, observadas as condições de resgate dispostas no Regulamento e desde que a dissidência em questão seja expressa na ata da respectiva Assembleia Geral.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Cotas Seniores de todas as séries serão resgatadas, concomitantemente e em igualdade de condições.

Ocorrendo a hipótese tratada acima, a Assembleia Geral poderá deliberar a prorrogação do vencimento do Fundo, sendo que neste caso a Administradora não deverá realizar novas operações de aquisição de Direitos Creditórios, ficando responsável pela liquidação dos contratos e percebendo 50% (cinquenta por cento) de sua remuneração. Neste caso, os limites e critérios de diversificação do Patrimônio Líquido do fundo aplicado em direitos creditórios devem ser flexibilizados ou excetuados.

*Vide Regulamento, Capítulo Dezoito – “Da Liquidação Antecipada Do Fundo”.*

## **Das Cotas**

*Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Cotas a serem emitidas pelo Fundo. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Cotas.*

O Fundo poderá emitir 1 (uma) classe de Cotas Seniores (as “Cotas Seniores”), as quais poderão ser divididas em até “n” Séries concomitantemente em circulação, a serem distribuídas em uma ou mais distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Cotas Seniores serão definidas no Suplemento da Série “n”.

Cada Cota Sênior da 1ª Série possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem o preço unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão; e
- b) tem o direito de votar com referência a todas as matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo, sendo que cada Cota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

Cada Cota Sênior das demais Séries possuirá como característica e conferirá a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) terão o preço unitário definido no suplemento “n” da respectiva Série; e
- b) terão o direito de votar com referência a todas as matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo, sendo que cada Cota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

Os créditos dos titulares das Cotas Seniores contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo ou de resgate de Cotas Seniores, nos termos do Regulamento, guardam a mesma relação de direitos e preferências entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das diferentes Séries de Cotas Seniores em Circulação.

*Vide Regulamento, Capítulo Dezoito – “Da Liquidação Antecipada Do Fundo”.*

É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não-igualitário entre os Cotistas, ressalvada, conforme o caso, a existência de condições de remuneração, prazos e valores para amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgates distintos para cada Série, conforme definidos nos respectivos Suplementos.

Todas as Cotas serão escriturais e mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Cotista.

### **Da Emissão Das Cotas**

As Cotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Cotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco do Fundo. Além disto, o Cotista deverá indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações referentes ao Fundo, enviadas pela Administradora ou por terceiros, nos termos do Regulamento, fornecendo dados cadastrais completos (nome, endereço, fax e e-mail). Caberá a cada Cotista informar à Administradora qualquer alteração de seus dados cadastrais.

As Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição, para cada série de Cotas Seniores, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de distribuição pública junto à CVM.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de concentração dos detentores das Cotas do Fundo.

### **Do Registro e da Negociação das Cotas**

As Cotas Seniores deverão ser registradas, para negociação secundária, na BovespaFix, SomaFix e CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Cotas.

Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Cotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

### **Da Amortização e do Pagamento de Rendimentos**

Para o pagamento de amortizações e rendimentos previstos na 1ª Série e nos Suplementos das demais Séries, a Administradora deverá constituir Reserva de Liquidez, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios da carteira para: títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou títulos de emissão do BACEN, operações compromissadas lastreadas por títulos públicos.

A Reserva de Liquidez deverá ser constituída da seguinte forma:

- a) 42 (quarenta e dois) dias úteis antes de qualquer amortização e pagamento de rendimento previstos devem estar alocados na Reserva de Liquidez ativos em valor equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da Amortização Programada de Cotas Seniores ou do valor estimado de pagamento dos rendimentos; e
- b) 21 (vinte e um) dias úteis antes de qualquer amortização e pagamento de rendimento previstos, devem estar alocados na Reserva de Liquidez ativos em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da Amortização Programada de Cotas Seniores ou do valor estimado de pagamento dos rendimentos.

Caso a Administradora verifique uma piora no padrão de inadimplência da carteira, deverá acelerar a formação da Reserva de Liquidez pelo menos na mesma proporção da piora observada.

I – O padrão de inadimplência é calculado com base em índice de inadimplência da carteira de 01 (um) a 30 (trinta) dias, sendo este definido por uma fração em que o numerador é igual ao somatório das parcelas vencidas e não pagas, com atraso de 01 (um) a 30 (trinta) dias, nos últimos 30 (trinta) dias, e o denominador é a totalidade das parcelas vencidas no mesmo período;

II – Uma piora no padrão de inadimplência significa um aumento superior a 200 (duzentos) pontos percentuais (2% em valor absoluto) no índice de inadimplência do último dia útil do mês calendário comparado ao mesmo índice no último dia útil do mês imediatamente anterior.

As amortizações e os pagamentos de rendimentos constantes na presente seção serão sempre efetuados em moeda corrente nacional, ressalvada a possibilidade de pagamento em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

A Data de Amortização da 1ª Série coincidirá com a data de encerramento desta e o valor da Amortização será equivalente ao Valor do Patrimônio Líquido.

Os rendimentos da 1ª Série serão pagos semestralmente, iniciando a contagem de tal prazo após 18 (dezoito) meses do início das atividades do Fundo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VRtr = (VCa - VCI)$$

Onde:

VRtr - Valor de Rendimentos

VCa – Valor da Cota Atual (Valor da Cota na data programada para pagamento de rendimentos)

VCI – Valor da Cota Inicial (Valor de Subscrição da Cota)

tr - Data de pagamento de rendimento para Série “n” de Cotas Seniores

O pagamento de rendimentos somente ocorrerá caso o Valor de Rendimentos (VRtr) seja positivo.

O Fundo não poderá emitir Cotas Seniores com Data de Amortização posterior ao prazo de vigência do Fundo. As Cotas Seniores de Séries distintas poderão ter Datas de Amortização distintas.

Os créditos dos titulares das Cotas Seniores contra o patrimônio líquido do Fundo, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Cotas Seniores, nos termos do Regulamento, guardarão a mesma relação de direitos e preferências entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de diferentes Séries de Cotas Seniores em circulação.

Na hipótese de o dia da efetivação da amortização, pagamento de rendimentos ou resgate de Cotas coincidir com feriado na sede da Administradora, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Cotista(s) no primeiro dia útil subsequente, não havendo direito, por parte do(s) Cotista(s), a qualquer acréscimo.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização, rendimentos ou resgate aos Cotistas coincidir com feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Cotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Cotas, tal pagamento estará disponível ao(s) Cotista(s) no primeiro dia útil subsequente, não havendo direito, por parte do (s) Cotista (s), a qualquer acréscimo.

Para realizar as Amortizações Programadas ou o resgate das Cotas ao término do Prazo de Duração do Fundo, será admitido que, em até 42 (quarenta e dois) dias úteis antes do respectivo evento, o Fundo deixe de aplicar parcela preponderante de seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos Creditórios e a Administradora deixe de observar o limite mínimo previsto no Regulamento, sem que isso enseje a liquidação antecipada do Fundo, tampouco represente descumprimento pela Administradora das obrigações a ela cabíveis nos termos do Regulamento.

### **Da Valorização das Cotas e dos Ativos do Fundo**

As Cotas do Fundo serão calculadas todo dia útil, conforme atribuição de resultados da sua carteira, sendo disponibilizado diariamente pelo Custodiante e informado aos Cotistas pelo Gestor.

A primeira atribuição de resultados ocorrerá no dia útil seguinte à data de subscrição inicial e a última, na data de liquidação do Fundo.

O valor unitário das Cotas Seniores será o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas Seniores em circulação.

### **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo**

Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo BACEN e pela CVM aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e o seguinte:

- a) enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, sendo os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no plano contábil; e
- b) a avaliação dos demais ativos que compõem a carteira do Fundo será efetuada por seu valor de mercado com base nas cotações obtidas junto à Bolsa de Valores de São Paulo, à Bolsa de Mercadorias & Futuros, ao SISBACEN e à ANDIMA.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios, descrita nesta seção, leva em consideração os seguintes aspectos:



- a) inexistência de mercado secundário organizado e ativo para os Direitos Creditórios; e
- b) as características dos Direitos Creditórios.

Os critérios de provisionamento a serem seguidos pela Administradora, em nome do Fundo, por dia de atraso de pagamento dos Direitos Creditórios serão, no mínimo, aqueles previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.682, de 21.12.1999 e no COSIF, devendo a Administradora, em nome do Fundo, a partir do 180º (centésimo octogésimo) dia de atraso, provisionar integralmente a operação inadimplente.

O Fundo considerará como perda todos os Direitos Creditórios em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a integralidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso, bem como deverá reabilitar ou outorgar poderes para que o interessado providencie a reabilitação do devedor junto ao SERASA e SPC, se for o caso.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

#### **Da Política de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos**

Na hipótese da eventual inadimplência de algum dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Custodiante enviará ao sacado, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comunicação por escrito acusando o não recebimento do Direito Creditório em questão, concedendo o prazo de 7 (sete) dias ao sacado para que este comprove que o pagamento foi realizado, ou realize o pagamento, acrescido dos consectários legais e contratuais estabelecidos para cada caso.

Decorrido o prazo estipulado, a Administradora poderá protestar ou até mesmo cobrar judicialmente os Direitos Creditórios vencidos e não pagos.

O Custodiante poderá, sem prejuízo das disposições anteriores, celebrar com cada Fornecedor um convênio de cooperação para cobrança de crédito inadimplidos, em termos a serem definidos entre as partes.

Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão de responsabilidade do Fundo. Em ambos os casos, referidas despesas têm o objetivo de promover a salvaguarda e cobrança dos direitos e prerrogativas do Fundo decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança.

O Custodiante poderá a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, efetuar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios inadimplidos, bem como contratar outra empresa e/ou instituição para realizar tal serviço.

## TRIBUTAÇÃO

### TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

Até a data de preparação deste Prospecto, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento em direitos creditórios são isentos do imposto de renda e não sofrem a incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos nas transações com os ativos componentes das carteiras dos fundos de investimentos implicam, tão-somente, na valorização da totalidade das cotas dos fundos, sem efeitos tributários diretos.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

### TRIBUTAÇÃO DOS COTISTAS

Os Cotistas estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as cotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo de permanência da aplicação do cotista. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15% (quinze). Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das cotas antes de 30 (trinta) dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% (um por cento) do valor do resgate, limitada a 96% (noventa e seis por cento) do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo da respectiva Série previsto em cada suplemento “n”, ou em virtude de sua liquidação.

Na hipótese de alienação de cotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor do ganho de capital incidirá imposto de renda à alíquota de 15% (quinze por cento), sendo que deste valor 0,005% (cinco milésimos por cento) será retido na fonte pela instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Cotista, a título de antecipação.

## DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

### DA ADMINISTRADORA

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma sociedade com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 00.066.670/0001-00.

O Administrador é controlado indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém, indiretamente, 100% (cem por cento) das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

Em setembro de 2006, a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. administrava cerca de R\$ 31.556.115.000,00 (trinta e um bilhões, quinhentos e cinquenta e seis milhões e cento e quinze mil reais) de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$ 4.160.500.000,00 (quatro bilhões, cento e sessenta milhões e quinhentos mil reais) referiam-se à administração de fundos de investimento em direitos creditórios.

***A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Administradora), na pessoa de seu diretor Sr. Sérgio de Oliveira declara que: (i) o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta das quotas do Fundo; (ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da oferta e fornecidas ao mercado durante a oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.***

*Vide Regulamento, Capítulo Nove - "Da Administração".*

### DA DISTRIBUIDORA

A distribuição do Fundo será feita pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo – 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, contratada para realizar os serviços de distribuição da carteira do Fundo (o "Distribuidor").

***A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (DISTRIBUIDORA), na pessoa de seu diretor Sr. Sérgio de Oliveira declara que: (i) o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta das quotas do Fundo; (ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da oferta e fornecidas ao mercado durante a oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.***

### DA GESTORA

A gestão do Fundo será feita pela BI Capital Gestão de Recursos Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, n.º 551, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.449.499/0001-32, contratada, nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM n.º 356/01, para realizar os serviços de gestão do desempenho da carteira do Fundo (a "Gestora").  
*Vide Regulamento, Capítulo Onze - "DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS".*

### DO CUSTODIANTE

Os documentos comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01.

O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, é a instituição contratada para prestar os serviços de custódia para o Fundo (o "Custodiante").

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis e dos termos e condições do Contrato de Custódia, são deveres do Custodiante:

- a) receber e analisar os documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo representados pelos contratos mercantis;
- b) validar os Direitos Creditórios ofertados em relação aos Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento do Fundo, bem como os critérios estabelecidos na política de investimento do Fundo;
- c) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelos contratos de cessão de créditos e documentos comprobatórios da operação;
- d) fazer a custódia, administração, cobrança e guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;

- e) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para Empresa de Auditoria, Agência de Classificação de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- f) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta corrente do Fundo, nos termos dos Contratos de Cessão; e
- g) registrar os Contratos de Cessão em Cartório de Registro de Títulos e Documentos no Município de Osasco, Estado de São Paulo, em conformidade com a legislação aplicável e com o disposto nos Contratos de Cessão.

O Banco Bradesco S.A., por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 (trinta) anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Banco Bradesco S.A. também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

Considerada uma das empresas mais modernas do mundo, buscando sempre apontar tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Banco Bradesco S.A. prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que, até o primeiro semestre de 2006, os investimentos realizados em tecnologia e informática foram superiores a R\$ 684 milhões de reais.

Especificamente para a área de custódia, o Banco Bradesco S.A. mantém os melhores sistemas existentes no mercado, com contingência de sistemas e ambiente físico, que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

#### *Fundo de Investimento em Direitos Creditórios*

O Banco Bradesco S.A. oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo Regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo respectivo contrato de cessão de direitos creditórios.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agência de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

#### *Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento*

O "Sistema Bradesco de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento" foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores de fundos, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas Cotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos Cotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O "Sistema Bradesco de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento" elimina a complexidade do sistema convencional, facilitando o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos Cotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional.

Esse serviço compreende o registro da titularidade das Cotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Banco Bradesco S.A. oferece aos seus Cotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

#### **DA EMPRESA DE AUDITORIA**

Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo serão prestados **por KPMG Auditores Independentes Ltda.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Renato Paes de Barros, n.º 33,

inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29, (a “Empresa de Auditoria”), contratada pela Administradora para a prestação de tais serviços, nos termos do Regulamento e das normas contábeis aplicáveis ao Fundo.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo, auditadas pela Empresa de Auditoria, serão registradas na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições contábeis do COSIF.

#### **DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

As Cotas Seniores serão analisadas e classificadas, conforme exige o artigo 3º, inciso III da Instrução CVM N° 356/01, pela Agência e Classificação de Risco Fitch Ratings com sede Alameda Santos 1470, Cj.511, São Paulo - SP, selecionadas e contratadas pela Administradora (a “Agência de Classificação de Risco”).

A Agência de Classificação de Risco deverá emitir relatórios de classificação de risco quando do início das atividades do Fundo, os quais deverão ser atualizados, no mínimo, trimestralmente. Os relatórios iniciais, as atualizações e eventuais relatórios complementares ficarão à disposição dos condôminos na sede da Administradora.

#### **DA CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA PREPARAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

Os serviços de consultoria especializada para análise e seleção de Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos do artigo 39 da Instrução CVM n.º 356/01, serão prestados pelo Instituto de Normas Mercantis - INM, entidade sem fins lucrativos, órgão de regulação e normatização do Sistema GlobalBIX, com sede na Rua do Rócio, n.º 313, 3º andar, bairro Pinheiros, São Paulo, S.P., inscrita no CNPJ sob n.º 05.336.767/0001-00-25 (o “INM”).

O INM será responsável, nos termos do Acordo Operacional de Prestação de Serviços a ser celebrado entre o Fundo e o INM (o “Contrato de Serviços”), pelos serviços de análise, seleção e registro de Direitos Creditórios, incluindo, mas não se limitando a (i) fornecer um ambiente de negociação organizado para os Direitos Creditórios (o “Sistema GlobalBIX”) (ii) credenciamento, no Sistema GlobalBIX, dos Fornecedores que atendam aos requisitos, padrões e condições estabelecidos pelo Fundo; (iii) credenciamento das Seguradoras; (iv) registrar, no Sistema GlobalBIX, as ofertas de compra e venda de Direitos Creditórios; (v) acompanhar as entregas de materiais e prestações de serviços pelos Fornecedores nos termos dos contratos mercantis, e os respectivos pagamentos dos Direitos Creditórios pela Petrobras.

**ANEXOS**



Fluxo Futuro/Brasil  
Relatório de Rating Preliminar

## FIDC Fornecedores Petrobras BR1 – Industrial e Serviços – Série 2006-1

### Ratings

Emissão Classe	Valor BRL ml	Vencimento Final	Rating Atual
Única	100,0	Dez/2011	A-(bra)*

bra – Escala Nacional Brasileira. \*Rating Preliminar  
NA – Não Avaliada

### Analistas

#### Finanças Estruturadas

Jayme Bartling  
55 11 4504-2600  
jayme.bartling@fitchratings.com

Bernardo Costa  
55 11 4504-2600  
bernardo.costa@fitchratings.com

#### Instituições Financeiras

Claudio Gallina  
55 11 4504-2600  
claudio.gallina@fitchratings.com

O rating preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém, é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O rating preliminar atribuído está baseado em informações preliminares fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 12 de dezembro de 2006. O rating preliminar fica condicionado à conferência dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Quaisquer alterações das informações poderão resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

### Fundamentos do Rating

O fundo é uma securitização de direitos creditórios a performar oriundos de contratos de fornecimento e prestação de serviços entre cedentes qualificados e Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) na qualidade de sacado único. A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo 'A-(bra)' à primeira série de cotas de classe única a ser emitida pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR1 – Industrial e Serviços (FIDC Petrobras), em montante nominal de até BRL100,0 milhões.

O rating preliminar atribuído considera a probabilidade de investidores receberem, de forma pontual e integral, o principal investido acrescido da taxa benchmark mínimo de rendimento pretendido de 110% do CDI.

Na escala de classificação de risco da Fitch, o Rating de Longo Prazo 'A-(bra)' atribuído às cotas do FIDC é comparável a todos os ratings nacionais de crédito de longo prazo atribuídos a emissões de renda fixa seja por instituições financeiras, empresas ou demais emissores.

O rating preliminar baseia-se, principalmente, nos seguintes fatores:

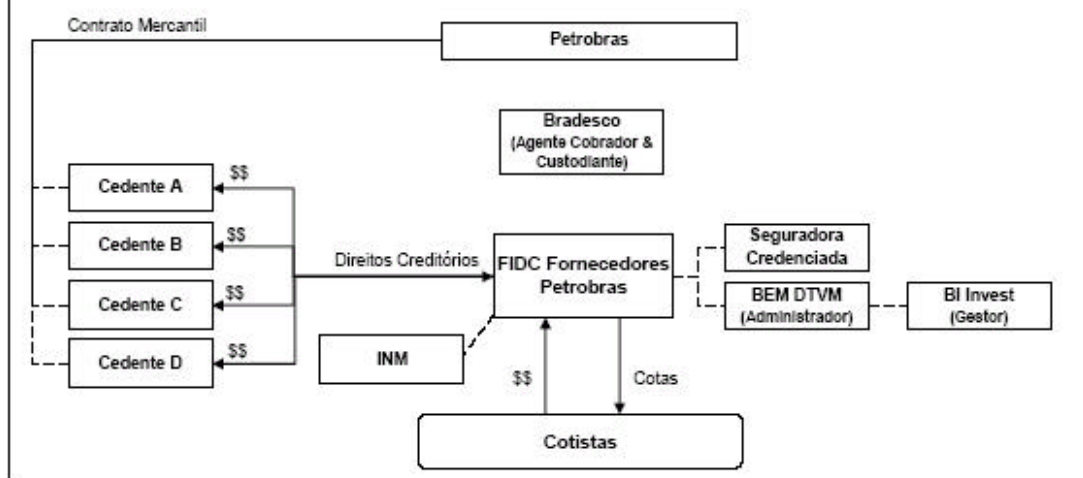
- O reforço total de crédito será constituído principalmente na forma de sobrecolateralização equivalente a 6,5% e reserva de liquidez;
- Para mitigar o risco de performance por parte dos cedentes, os investidores contam com seguro garantia de performance prestado por seguradoras selecionadas na execução dos direitos creditórios dos contratos. Para a Fitch, as seguradoras consideradas elegíveis deverão possuir necessariamente avaliação da sua força financeira, por esta agência, igual ou superior ao rating atribuído às cotas do fundo;
- Embora esta transação está sujeita ao risco de crédito por parte do único sacado, Petrobras, da carteira de direitos creditórios do fundo, este está exposto aos riscos operacionais da Petrobras, o que é considerado divergente do seu risco de crédito;
- Todos os recebimentos oriundos dos contratos mercantis, cedidos ou não, serão direcionados a conta centralizadora de titularidade do Banco Bradesco S.A. (Bradesco), e posteriormente transferidos para conta corrente de titularidade do fundo.
- A estrutura legal do FIDC, desenhada de forma a proteger contra a contestação de quaisquer de seus credores terceiros da cessão efetuada, penhor ou desvio dos recursos de titularidade do fundo depositados na conta corrente, domiciliada no Bradesco

12 de Dezembro de 2006

www.fitchratings.com / www.fitchratings.com.br



**Diagrama do Fluxo Inicial**



■ **Resumo da Estrutura**

O emissor é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído na forma de condomínio fechado com prazo determinado de dez anos a partir da data de início de atividades do fundo. O objetivo principal do fundo é conceder aos cotistas uma participação indivisível nos direitos creditórios elegíveis, discriminados no regulamento do fundo. O FIDC será administrado pela BEM DTVM Ltda. (BEM) e o gestor será a BI Capital Gestão de Recursos Ltda. O Bradesco atuará como custodiante dos ativos do fundo e a cobrança dos direitos creditórios.

A partir do início de atividades do fundo, irá subscrever cotas de classe única desta primeira série em montante nominal de até BRL100 milhões. As cotas terão prazo de cinco anos a partir da data de início de atividades do fundo. Após um período de carência de 18 meses, as cotas terão amortizações semestrais de juros acumulados e pagamento de principal em parcela única no seu vencimento final.

Com os recursos desta emissão, o fundo irá adquirir direitos creditórios oriundos de contratos de fornecimento e prestação de serviços celebrados entre diversos cedentes e a Petrobras.

■ **Reserva de Liquidez**

Será constituída e mantida pelo administrador uma reserva de liquidez referente à próxima amortização programada de rendimentos e/ou principal, na seguinte modalidade:

Dias Úteis Anteriores	% Próxima Amortização
42	50%
21	100%

A critério do administrador, os níveis de constituição e reposição desta reserva poderão ser revistos uma vez que esteja verificada a elevação superior a 2% do índice de inadimplência de um a trinta dias. Este índice de inadimplência será apurado mensalmente a partir do último dia do mês, utilizando a razão entre o somatório das parcelas vencidas e não pagas com atraso entre um e trinta dias sobre o somatório da totalidade de direitos creditórios com vencimento no mesmo período.

■ **Colateral**

Os direitos creditórios performados e a serem performados são oriundos de operações mercantis e prestação de serviço de diversos cedentes com Petrobras e/ou suas subsidiárias e coligadas.

Para esta primeira série, o preço de aquisição dos direitos creditórios será apurado utilizando-se a taxa de cessão equivalente a 167% do DI<sup>1</sup> e o prazo médio dos direitos creditórios cedidos.

**Informações-Chave**

**Originadores:** Diversos  
**Administrador:** BEM DTVM Ltda.  
**Gestor:** BI Capital Gestão de Recursos Ltda.  
**Custodiante:** Banco Bradesco S.A.  
**Agente de Cobrança:** Banco Bradesco S.A.  
**Seguradoras:** J. Malucelli Seguradora S.A. (A-(bra))  
 UBF Garantias & Seguros S.A. (A-(bra))

<sup>1</sup> Taxa de juros prefixada referenciada pela curva de mercado futuro da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) do dia anterior à cessão e expressa em base 252 dias úteis.



Anteriormente à sua aquisição pelo fundo, as empresas originadoras irão apresentar e confirmar ao administrador as condições dos créditos, o cronograma de retirada dos produtos e os prazos de pagamento. Adicionalmente, os direitos creditórios serão submetidos a condições de cessão e critérios de elegibilidade, que serão verificados no momento da cessão pelo custodiante. Os critérios de elegibilidade incluem:

- Os direitos creditórios deverão ser contra pessoas jurídicas;
- Deverão estar registrados junto Instituto de Normas Mercantis (INM);
- No momento da cessão e mediante declaração do cedente, os direitos creditórios não se referem a contratos mercantil de fornecimento de bens ou prestação de serviços com parcelas vencidas e não pagas;
- O seu vencimento não deverá ser superior a trinta dias anteriores ao vencimento final da série de cotas emitida;
- Contada da sua data de aquisição, não poderá ter prazo de vencimento inferior a 21 dias úteis;
- O sacado não se encontre em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou procedimento similar;
- Os direitos creditórios objetos de cessão não poderão ter parcelas vencidas com data posterior a prazo de duração da série de cotas em circulação;

Além destes critérios de elegibilidade, os direitos creditórios a performar deverão respeitar certos critérios, o que incluem:

- Poderá ser adquirido até 50% do valor total de qualquer contrato mercantil a performar;
- O fundo poderá adquirir até 70% do valor de face de qualquer direito creditório a performar. Ou seja, a taxa de desconto utilizada para calcular o preço de aquisição deverá ser aplicada a partir de até 70% do valor de face do direito creditórios.
- O contrato mercantil deverá possuir a primeira medição realizada pela Petrobras;
- Serão adquiridos direitos creditórios de parcelas dos contratos mercantis a partir da terceira parcela programada. É vedada a aquisição de direitos creditórios representativos das últimas duas parcelas programadas do respectivo contrato;
- Deverá contar com seguro garantia de performance junto a seguradoras credenciadas junto ao INM;

- O valor de cobertura da apólice deverá ser equivalente, pelo menos, ao valor de face dos direitos creditórios a serem cedidos;
- O prazo de vigência da apólice de seguro é, no mínimo, equivalente ao do prazo dos direitos creditórios assegurados; e
- A apólice contempla o fundo como único e exclusivo beneficiário;

O fundo deverá contratar seguro garantia de performance de seguradoras com classificação de força financeira pela Fitch, no mínimo, equivalente ao rating atribuído às cotas do fundo.

Após o prazo de 180 dias do início das atividades do fundo, a qualquer momento, o somatório dos direitos creditórios a performar deverão ser no máximo 70% da totalidade de direitos creditórios do fundo. Portanto, o fundo deverá ter, no mínimo 30% da carteira em direitos creditórios performados. Após o 42º mês do início desta emissão, o fundo poderá adquirir direitos creditórios a performar somente com prazo de vencimento que não ultrapassasse o 58º mês de vigência do fundo.

A partir de 180 da data de início de atividades do fundo, o somatório dos direitos creditórios performados e a performar de um único cedente não poderá ser superior a 10,0% e 2,5% do patrimônio líquido (PL) do fundo, respectivamente.

Os demais recursos do fundo poderão ser aplicados em ativos financeiros de títulos de emissão do Tesouro Nacional, Banco Central ou operações compromissadas dos mesmos, sendo consistentes com a categoria de rating atribuída às cotas desta série.

## ■ Processo de Originação, Cessão e Cobrança

### Originação

Primeiramente, o cedente já se encontra previamente cadastrado no sistema de fornecedores da Petrobras. Os procedimentos e meios de cadastramento pela Petrobras variam conforme o requerimento de qualificação técnica do bem fornecido ou espécie de serviço a ser prestado (i.e. serviços críticos, de interesse permanente ou não centralizados). Este cadastramento é executado pela Petrobras para obtenção de Certificado de Registro de Classificação Cadastral (CRCC). O CRCC tem validade de, no máximo, um ano em conformidade com as leis aplicáveis de licitação.

Além da avaliação de critérios técnicos, gerencial/responsabilidade social, e de saúde, meio ambiente e segurança, são analisados critérios econômicos e legais. Os critérios econômicos contemplam análise das demonstrações financeiras



do fornecedor e a sua gestão financeira. Quanto aos critérios legais, são recebidos os documentos legais da empresa fornecedora e de seus representantes legais. Certidões negativas de débito são obrigatoriamente apresentadas para certificar o adimplemento dos devidos pagamentos de Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tributos federais, estaduais e municipais, além de dívida ativa com a União Federal. Adicionalmente, é feita consulta da sua situação no registro de cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. (Serasa). Ao longo do processo de avaliação é realizada por equipe da Petrobras, visita na sede da empresa fornecedora e possíveis visitas em campo.

Após consolidação deste processo de avaliação, a empresa fornecedora é emitida o CRCC, sendo disponibilizadas todas as informações do novo fornecedor cadastrado para utilização de todos os departamentos da Petrobras. O CRCC será atribuído um status de ativo, qualificado tecnicamente, cancelado ou suspenso.

A Petrobras utiliza contratos padronizados para fornecimento de bens e prestação de serviços. De certas cláusulas padrões contidas nestes contratos, destaca-se as seguintes observações:

- Prazo e condições de entrega de material, no caso de fornecimento. Os pagamentos serão feitos pela Petrobras, após entrega parcial ou total, trinta dias corridos da data de protocolo de entrega da documentação de cobrança no local indicado de entrega;
- No caso de entregas parciais e/ou programadas, serão feitas medições da parcela do contrato já executada para fins de pagamento, o que deverá ocorrer trinta dias corridos após a medição;
- Vedação de cessão dos direitos creditórios advindos do contrato, sem expressa e prévia autorização por parte da Petrobras;
- O fornecedor poderá solicitar, para análise da Petrobras, prorrogação de prazo de entrega de bens, por motivo de força maior, caso fortuito ou motivo justo.

O contrato poderá ser rescindido pela Petrobras, em todo ou em parte, sem trinta dias de antecedência mediante ocorrência das seguintes situações, que incluem:

- O não cumprimento das cláusulas contratuais;
- O atraso injustificado no início do fornecimento do bem ou do serviço;
- Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

- Decretação de falência ou dissolução de sociedade da empresa contratada;
- A conveniência da Petrobras. Neste caso, serão pagos ao fornecedor os valores correspondentes à parte já executada do contrato.

O contrato poderá ser rescindido pelo fornecedor nas seguintes hipóteses:

- A ordem expressa da Petrobras, suspensão da execução do contrato por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- Atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Petrobras;

#### **Cessão dos Direitos Creditórios**

Além dos processos de cadastro pela Petrobras, os cedentes promitentes do fundo deverão efetuar credenciamento perante o INM. Este credenciamento inclui a verificação de documentos de maneira semelhante aos critérios financeiros e legais da Petrobras. Uma vez aprovado o credenciamento, o promitente cedente poderá solicitar registro de contratos de fornecimento celebrados com Petrobras no Sistema Globalbix. O INM efetuará a validação dos termos contratuais nas visões jurídica, técnica e financeira, o que incluem:

- Verificação da vigência do contrato, representantes legais, e ocorrência de entregas totais ou parciais já realizadas;
- Verificação dos valores do cronograma financeiro do contrato mercantil, disponibilizado pelo cedente.

Uma vez registrado o contrato mercantil, o promitente cedente solicita através do sistema Globalbix o limite de cobertura de seguro garantia de performance junto a uma seguradora credenciada. Os direitos creditórios do contrato mercantil são ofertados ao fundo, pelo qual o administrador, junto com o gestor, irá definir a taxa de cessão. Os direitos creditórios são submetidos aos critérios de elegibilidade pelo custodiante. O contrato de cessão é celebrado em conjunto com a autorização por escrito de cessão dos créditos pela Petrobras, instruindo o sacado a direcionar quaisquer pagamentos a conta corrente designada de titularidade do fundo, domiciliada no Bradesco.

Após a emissão da apólice pela seguradora contratada, o custodiante realiza a liquidação da aquisição dos direitos creditórios, efetuando o pagamento em conta corrente do cedente. Deste montante, é deduzido os valores correspondentes ao prêmio do seguro e demais taxas do sistema Globalbix e de liquidação, e repassados às respectivas partes da transação.



### Cobrança de créditos

Em conformidade com o contrato de cessão, todos os pagamentos a serem feitos pela Petrobras, relacionados ao contrato mercantil (cedidos ou não) serão feitos mediante emissão de boleto de cobrança registrado pelo Bradesco, de titularidade do Bradesco. Os recebimentos serão redirecionados, respeitando a seguinte ordem de prioridade:

- Liquidação dos direitos creditórios cedidos, descontadas eventuais multas e penalidades contratuais;
- Liquidação de qualquer direito creditório que estiver em atraso;
- Transferência de qualquer saldo remanescente de recebimentos a conta corrente de titularidade do cedente;

### ■ Reforço de Crédito

#### Sobrecolateralização

O fundo irá adquirir os direitos creditórios a uma taxa de desconto superior à taxa benchmark de rendimento mínimo das cotas do fundo, portanto, disponibilizando uma sobrecolateralização. Na análise da Fitch, foi estimado o nível de sobrecolateralização, utilizando como base o perfil inicial da carteira de direitos creditórios. Foi ponderada a carteira de ativos do fundo em direitos creditórios performados (30%), direitos creditórios a performar (70%) e aplicações financeiras (5%). Também, foram utilizados taxas mínimas de cessão entre 130% a 190% do CDI, sendo ponderado por composição da carteira por classificação de cedente pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB): Classe A (10%), Classe B (35%) e Classe C (55%). Atingindo uma taxa média de cessão de 167% do CDI, a Fitch estima a sobrecolateralização a ser potencialmente gerada dentro do fundo, como segue:

<b>Sobrecolateralização</b>	
(a) Taxa de Cessão (167% do CDI)	24,7%
(b) Rendimento Cota (110% CDI)	(15,7%)
(c) Despesas Operacionais	(2,5%)
(a+b+c) Sobrecolateralização Disponível	6,5%

Esta potencial sobrecolateralização é suficiente para minimizar a exposição aos cotistas ao risco operacional de até duas cedentes oriundos dos direitos creditórios a performar. Adicionalmente, foi considerada esta sobrecolateralização para minimizar o risco de descasamento de taxas de juros até a efetiva contratação de derivativos, conforme explicado diante.

#### Seguro de Performance

Visando mitigar o risco de performance por parte das empresas cedentes no fornecimento ou prestação de

serviço futura, as seguradoras selecionadas irão emitir apólices de seguro garantia de performance para cada contrato de fornecimento cedido ao fundo. Nesta apólice, o cedente irá contratar o seguro na qualidade de tomador. O segurado será a Petrobras e o fundo como único beneficiário para fins de pagamento de indenização. O prazo de vigência da apólice deverá ser equivalente, no mínimo, ao prazo do contrato de fornecimento, independente de quais parcelas estiverem cedidas.

A Fitch recebeu minutas da apólice a ser emitida para análise. A apólice visa garantir o cumprimento das obrigações contratuais por parte do tomador na execução de construção, de fornecimento ou de prestação de serviços. A apólice não terá franquia como ônus ao fundo, e possuirá limite mínimo de cobertura de 100% do valor de face dos direitos creditórios cedidos.

Na eventualidade de caracterização de sinistro, o administrador do fundo irá notificar extrajudicialmente o tomador e a seguradora do evento de sinistro. A partir da data desta notificação, a seguradora terá no máximo 48 horas para notificar o segurado (Petrobras), que por sua vez, terá até 15 dias corridos para apresentar à seguradora uma carta, laudo ou relatório confirmando ou não o inadimplemento. Este documento deverá, necessariamente, evidenciar a causa e as obrigações inadimplidas.

Se comprovada a caracterização de sinistro, a seguradora efetuará indenização ao fundo até o limite da garantia prestada em até trinta dias após a data de entrega de todos os documentos discriminados<sup>2</sup>.

O administrador e gestor do fundo serão responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento da performance dos direitos creditórios. Através do acordo operacional entre o fundo e o INM, este é responsável por encaminhar ao administrador, no prazo de dois dias úteis do seu recebimento, o relatório de medição elaborado pela Petrobras ou documento equivalente que verifica a entrega parcial/total do material fornecido ou do serviço prestado. Estes documentos deverão ser disponibilizados pelo cedente ao administrador em até 72 horas do seu recebimento pela Petrobras.

Apesar do sistema Globalbix ter credenciado diversas seguradoras para prestar garantia de performance dos direitos creditórios, a Fitch ressalta que foram considerados elegíveis apenas as que

<sup>2</sup> Documentos incluem: Notificação extrajudicial ao tomador, documentos de comprovação de sinistro pela Petrobras, cópia autenticada do contrato de cessão e demonstrativo do saldo devedor do contrato de cessão.



possuem avaliação, por esta agência, da sua força financeira igual ou superior ao rating atribuído às cotas de classe única deste fundo.

Na visão de Fitch, a apólice apresentada mitiga adequadamente os riscos inerentes de performance por parte das empresas cedentes dentro da categoria de rating atribuída.

## ■ Eventos de Avaliação/ Liquidação Antecipada

### Eventos de Avaliação

Na ocorrência de certos eventos, o administrador suspenderá imediatamente a aquisição de novos direitos creditórios e convocará uma assembleia de cotistas para deliberar sobre a continuidade do fundo ou sua liquidação antecipada. Os eventos de avaliação incluem:

- Renúncia pelo administrador das suas funções perante o fundo;
- Renúncia do custodiante;
- Elevação superior a 5% do somatório dos direitos creditórios inadimplentes por mais de noventa dias em relação ao valor médio dos últimos noventa dias da totalidade dos direitos creditórios detidos pelo fundo;
- Variação superior a 50% da taxa DI num prazo inferior a três meses;
- Caso a rentabilidade do fundo estiver abaixo da taxa benchmark estabelecido de qualquer série de cotas em circulação por um período superior 63 dias úteis.

### Eventos de Liquidação

Em adição aos eventos de avaliação, o fundo prevê eventos de liquidação antecipada nas seguintes situações:

- Evento de avaliação que seja deliberado em assembleia de cotistas como evento de liquidação;
- Ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do fundo;
- Não pagamento dos valores correspondentes às amortizações programadas das séries de cotas em circulação, em até 48 horas contadas das datas previstas em regulamento;
- Rebaixamento em um nível de classificação de risco inicialmente conferida às séries de cotas, pela agência de rating contratada.

## ■ Análise de Riscos

### Considerações Legais

A Fitch solicitou e espera receber parecer legal elaborado por escritório de advocacia atestando que

a transferência de propriedade dos direitos creditórios constitui uma cessão perfeita e acabada ao fundo. Portanto, na eventualidade de pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou outra ação de insolvência, a integridade jurídica seria mantida em benefício aos cotistas do fundo.

### Risco de Inadimplemento do Sacado

Tendo em vista a composição de carteira de direitos creditórios em um único sacado – a Petrobras, suas subsidiárias e coligadas – o risco de crédito não se apresenta como fator limitante na atribuição de rating à esta série de cotas.

### Risco de Desvio de Fluxos

A Fitch analisou o potencial risco das empresas originadoras, ou quaisquer terceiros, desviarem o fluxo de pagamentos pelos sacados da conta corrente de titularidade do fundo. Os sacados serão devidamente notificados da cessão e efetuarão pagamento mediante boleto bancário registrado e emitido pelo Bradesco, direcionando os pagamentos diretamente para conta corrente de titularidade do fundo.

### Descasamento da Taxa de Juros

No momento da cessão, os direitos creditórios serão adquiridos a uma taxa de desconto que resulta em uma rentabilidade prefixada, fazendo frente ao rendimento pós-fixado das cotas do fundo. Além da volatilidade da taxa de juros atrelada às cotas, tal exposição de descasamento de taxas é também influenciada pelo prazo dos direitos creditórios. No caso desta transação, o administrador contratará instrumentos derivativos de renda fixa, de modalidade com garantia, registrados na BM&F na ocorrência dos seguintes eventos:

- Elevação da taxa SELIC entre 5% e 10%, o administrador deverá contratar posições de hedge equivalente a 50% do PL do fundo alocado a direitos creditórios a performar;
- Elevação da taxa SELIC acima de 10%, deverá contratar posições de hedge equivalente a 100% do PL do fundo alocado em direitos creditórios a performar.

## ■ Monitoramento

A Fitch acompanha o desempenho desta operação em base regular e freqüente. Tal acompanhamento visa assegurar que os ratings atribuídos continuam refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas emitidas.

Os detalhes sobre o desempenho desta operação estão disponíveis na área de monitoramento de operações estruturadas da Fitch no site [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

Copyright © 2006 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004.  
Telefone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de emissores, outros coobrigados, underwriters e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não seja o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações montadas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre US\$1.000 e US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável), por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou um determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercado, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR1 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS, ADMINISTRADO PELA BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**CAPÍTULO UM - DA FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO**

**Artigo 1º** - O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR1 - INDUSTRIAL E SERVIÇOS, a seguir denominado (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, pela Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução n.º 393 de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, será regido pelo presente Regulamento (o "Regulamento").

**Parágrafo Único** - As cotas do Fundo somente serão resgatadas ao término do prazo da respectiva Série previsto em cada suplemento "n", ou em virtude de sua liquidação. É admitida a amortização das cotas do Fundo, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

**CAPÍTULO DOIS - DA NATUREZA E ORIGEM**

**Artigo 2º** - O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de direitos creditórios elegíveis de acordo com as políticas de investimento e eleição descritas neste Regulamento (os "Direitos Creditórios"). Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo de acordo, ainda, com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, bem como neste Regulamento.

**Parágrafo Primeiro** - Os Direitos Creditórios que o Fundo adquirirá são, unicamente, aqueles decorrentes de operações realizadas nos segmentos industrial e de prestação de serviços, tais como operações mercantis de venda e compra de máquinas, equipamentos, materiais de consumo, insumos em geral, matérias primas, execução de obras, prestação de serviços de engenharia, transporte, manutenção, segurança e limpeza, dentre outros, celebradas entre **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida República do Chile, n.º 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, suas subsidiárias e/ou controladas (conjuntamente, a "Petrobras") e diversos de seus fornecedores (doravante "Fornecedores").

**Parágrafo Segundo** - O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios que sejam lastreados em contratos de prestação de serviços de marketing, propaganda ou afins.

**CAPÍTULO TRÊS - DO PÚBLICO ALVO**

**Artigo 3º** - O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04 e a fundos de investimento classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

**Parágrafo Único** - A primeira aplicação de cada Cotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).



## **CAPÍTULO QUATRO - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO**

**Artigo 4º** - O prazo de duração regular do Fundo será de 10 (dez) anos, a contar do início de suas atividades (o "Prazo de Duração"). Na hipótese de o prazo acima estabelecido encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

**Parágrafo Único** - O Prazo de Duração do Fundo poderá ser prorrogado por até 2 (dois) anos, ou até o efetivo recebimento do último direito creditório da respectiva série "n" por aprovação de Cotistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Cotas Seniores emitidas, em Assembléia Geral de Cotistas.

## **CAPÍTULO CINCO - DO OBJETIVO DO FUNDO**

**Artigo 5º** - Observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definidas neste Regulamento, o objetivo do Fundo é proporcionar aos Cotistas valorização de suas Cotas por meio preponderantemente da aquisição de Direitos Creditórios que tenham exclusivamente como devedor a Petrobras e que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

**Parágrafo Primeiro** - O Fundo poderá, para a consecução de seu objetivo, aplicar seus recursos nos demais ativos financeiros e demais modalidades de investimento disponíveis no mercado financeiro e de capitais, observados os critérios de composição e diversificação estabelecidos na legislação vigente e neste Regulamento.

**Parágrafo Segundo** - O Fundo tem como meta proporcionar a seus Cotistas, detentores de Cotas Seniores, rentabilidade diária (*benchmark*) de 110% (cento e dez por cento) da taxa média do DI (Depósito Interfinanceiro de um dia, extra-grupo), calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor da cota do dia anterior.

**Parágrafo Terceiro** - A meta de rentabilidade referida no parágrafo anterior deste Regulamento não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente um parâmetro não vinculante para a Instituição Administradora, para a Gestora ou para o Custodiante, pois em vista da inexistência de cotas subordinadas, tal rentabilidade variará de acordo com a valorização dos ativos da carteira do Fundo e sofrerá diretamente o impacto de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, razão pela qual os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

## **CAPÍTULO SEIS - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA**

**Artigo 6º** - O Fundo deverá alocar, em até 180 (cento e oitenta) dias contados da 1ª data de emissão de Cotas Seniores, no mínimo 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios Elegíveis.

**Parágrafo Primeiro** - Até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos Creditórios cujo devedor seja a Petrobras, suas subsidiárias e/ou sociedades direta ou indiretamente controladas ou coligadas a essas, ou sob controle comum.

**Parágrafo Segundo** - Após o prazo de que trata o caput do Artigo 6º, a carteira de Direitos Creditórios do Fundo deverá observar a composição de até o máximo de 70% (setenta por cento) em Direitos Creditórios a performar e, no mínimo, 30% (trinta por cento) em Direitos Creditórios performados.

**Parágrafo Terceiro** - Em caso de elevação da taxa SELIC durante o prazo do Fundo, o Gestor envidará seus melhores esforços para observar as seguintes regras:

a) na hipótese da taxa DI negociada no mercado futuro da Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F"), pelo prazo médio da carteira de contratos a performar do Fundo, sofrer elevação entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) durante qualquer período de 30 (trinta) dias, o Fundo buscará realizar operações de "swap" em mercados organizados de forma a manter 50% (cinquenta por cento) do valor de seu patrimônio líquido alocado em contratos a performar indexado à taxa do DI, pelo prazo médio da carteira de contratos a performar; e

b) na hipótese da taxa DI negociada no mercado futuro da Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F"), pelo prazo médio da carteira de contratos a performar do Fundo, sofrer elevação superior a 10% (dez por cento) durante qualquer período de 30 (trinta) dias, o Fundo buscará realizar operações de "swap" em mercados organizados de forma a manter 100% (cem por cento) do valor de seu patrimônio líquido alocado em contratos a performar indexado à taxa do DI, pelo prazo médio da carteira de contratos a performar.

Parágrafo Quarto - Exceto em relação ao descrito no Parágrafo Terceiro acima, o Gestor poderá contratar operações de "swap" de taxas dos ativos do Fundo, livremente.

**Artigo 7º** - O Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade do saldo remanescente de seu patrimônio líquido, não investido em Direitos Creditórios, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados no item "a" acima.

Parágrafo Primeiro - Ressalvado o disposto no 0 0 em relação à Petrobras, o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento não poderá exceder 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

Parágrafo Segundo - O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos exclusivamente na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F, na modalidade com garantia, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Cotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo.

**Artigo 8º** - É vedado ao Fundo:

- a) adquirir ativos ou aplicar recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelado à variação cambial;
- b) realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

**Artigo 9º** - Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior.

**Parágrafo Único** - A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos neste Capítulo.

**Artigo 10º** - Todas as aplicações do Fundo devem estar representadas por ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação e regulamentação vigentes, bem como neste Regulamento.

**Parágrafo Único** Os títulos e valores mobiliários, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo devem estar devidamente custodiados, registrados em contas de depósitos específicas, abertas diretamente em nome do Fundo, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições autorizadas à prestação de serviços de custódia pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

**Artigo 11º** - A Administradora, observado o disposto neste capítulo, poderá contratar livremente quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contrapartes a própria Administradora, empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Administradora. Todas as informações relativas às operações referidas neste Parágrafo serão objeto de registros analíticos segregados.

**Artigo 12º** - Não obstante a diligência da Gestora e da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.

**Parágrafo Único** - As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) dos Fornecedores; (iii) da Gestora; (iv) de qualquer mecanismo de seguro (exceto o seguro de performance em relação aos Direitos Creditórios a performar); ou (iv) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

## **CAPÍTULO SETE DAS CONDIÇÕES ADICIONAIS, DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE, FORMA DE CÁLCULO PARA AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Artigo 13º** - O Fundo somente adquirirá Direitos Creditórios que atendam cumulativamente as Condições Adicionais e os Critérios de Elegibilidade a seguir descritos (os “Direitos Creditórios Elegíveis”):

**Parágrafo Primeiro** - O INM deverá verificar se os Direitos Creditórios atendem às seguintes Condições Adicionais:

- a) Máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor total estimado do contrato celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras;
- b) Máximo de 70% (setenta por cento) do valor estimado de cada parcela apontada no cronograma de pagamento do contrato.

**Parágrafo Segundo** - O Custodiante deverá verificar se os Direitos Creditórios atendem aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) os Direitos Creditórios devem estar registrados junto ao INM – Instituto de Normas Mercantis, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua do Rócio, 313, 3o.andar, Vila Olímpia, CEP 04552-904, São Paulo, S.P., inscrita no CNPJ sob n.º 05.336.767/0001-00-25 (o “INM”);
- b) a data de vencimento dos Direitos Creditórios deve guardar, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data de encerramento do Fundo.
- c) as cessões dos Direitos Creditórios somente poderão ocorrer mediante declaração do fornecedor, de que os Direitos Creditórios não se referem a contrato mercantil de fornecimento de bens ou prestação de serviços que apresente parcelas vencidas e não pagas;

- d) as cessões dos Direitos Creditórios somente poderão ocorrer mediante a entrega do documento "Autorização de Cessão de Direitos Creditórios" emitido pela Petrobras;
- e) A partir do 180º (centésimo octogésimo) dia do início das atividades do Fundo, o percentual correspondente ao somatório do valor de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, depois de computada, pro forma, a cessão pretendida, relacionado a um mesmo Fornecedor, não poderá exceder a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- f) o prazo de vencimento do Direito Creditório não deverá ser inferior a 21 (vinte e um) dias úteis, contados da respectiva data de aquisição do Direito Creditório pelo Fundo;
- g) O Fundo somente poderá adquirir créditos oriundos de contratos que já tenham passado ao menos pela 1ª. (primeira) Medição, ou seja, a Petrobras já tenha realizado em até 1 (um) mês, a apuração dos serviços prestados e o respectivo preço a ser pago, observando ainda que o Fundo não poderá adquirir as 2 (duas) primeiras parcelas e também as 2 (duas) últimas parcelas do contrato;
- h) o Cedente não poderá estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e/ou qualquer processo similar;
- i) o percentual máximo admitido por cedente em contratos a performar é de 2,5% (dois e meio por cento) do patrimônio líquido do Fundo, considerado após a cessão;
- j) o percentual máximo admitido por cedente em contratos performados é de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo, considerado após a cessão.

Parágrafo Terceiro - No caso de Direitos Creditórios originados de contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como de títulos ou certificados representativos desses contratos (os "Direitos Creditórios a Performar"), só serão considerados Direitos Creditórios Elegíveis nos termos do *caput* deste Artigo aqueles que, cumulativamente aos critérios mencionados acima, atendam aos seguintes Critérios de Elegibilidade para Direitos Creditórios a Performar:

- a) os Direitos Creditórios a Performar devem contar com seguro garantia (i) contratado junto a seguradoras de idoneidade comprovada, credenciada junto ao INM ("Seguradoras"), (ii) por meio de apólices de seguro que contenham métodos e critérios claros de caracterização de sinistro (iii) de valor no mínimo equivalente ao valor dos Direitos Creditórios, (iv) que nomeie o Fundo como único beneficiário, (v) cuja vigência seja no mínimo equivalente ao prazo de vencimento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo (vi) as seguradoras deverão apresentar rating de baixo risco de crédito, emitido por uma agência de classificação de risco, e (vii) o volume de direitos creditórios segurados deverá ser diversificado, na medida do possível, entre todas as Seguradoras Elegíveis. As Seguradoras deverão ser credenciadas pelo INM e deverão apresentar classificação de rating igual ou superior ao do Fundo.

Parágrafo Quarto - A verificação dos Critérios de Elegibilidade e dos Critérios de Elegibilidade para Direitos Creditórios a Performar, conforme seja o caso, deverá ser feita pelo Custodiante, de forma definitiva, na data de sua aquisição.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de qualquer Direito Creditório adquirido pelo Fundo perder ou deixar de preencher qualquer Critério de Elegibilidade ou Critério de Elegibilidade para Direitos Creditórios a Performar, conforme seja o caso, após a cessão dos mesmos para o Fundo, nem a Administradora, nem o Custodiante e nem a Gestora poderão ser responsabilizados pela aquisição em questão, salvo existência de má-fé, culpa ou dolo.

**Artigo 14º** - Uma vez selecionados os Direitos Creditórios Elegíveis que o Fundo pretende adquirir, será formalizada a cessão dos mesmos, incluindo todos seus acessórios, através de um contrato padronizado de cessão e aquisição de direitos creditórios mercantis, a ser celebrado entre o Fornecedor e o Fundo e que preverá, no mínimo (o “Contrato de Cessão”):

- a) que o Fornecedor responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos Creditórios;
- b) que o Fornecedor atesta a inexistência de ônus, gravames ou restrições sobre o Direito Creditório;
- c) que a assinatura do Contrato de Cessão e consequente cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Fornecedor com terceiros;
- d) que quaisquer quantias recebidas pelo Fornecedor em relação a Direitos Creditórios cedidos serão transferidas ao Fundo em 24 (vinte e quatro) horas;
- e) que o Contrato de Cessão será registrado nas sedes do Cedente e do Fundo, cabendo o custo de ambos os registros ao Cedente, sendo o valor referente ao registro do Contrato de Cessão na sede do Fundo debitado por ocasião do efetivo pagamento ao Cedente.

**Artigo 15º** - O Fundo adquirirá Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias pertinentes aos mesmos, em caráter definitivo e sem direito de regresso, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único deste Artigo, contra os Fornecedores ou coobrigação destes, observados:

- a) a política de investimento, os requisitos de diversificação e os demais termos e condições deste Regulamento;
- b) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão; e
- c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos Creditórios e atendimento aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento.

**Parágrafo Único** – O Fundo manterá o direito de regresso contra o Fornecedor no caso de Direito Creditório performado em que a Petrobras suspenda o pagamento por motivo de vício ou defeito no serviço prestado ou bem fornecido.

**Artigo 16º** - A cessão de Direitos Creditórios pelo Fundo, em qualquer hipótese, somente poderá ser realizada à vista, em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

**Artigo 17º** - Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PA_i = \frac{VN_i}{(FatorAq)^{DU_i}}$$

▪ onde:

- PA<sub>i</sub> - Preço de aquisição do Direito Creditório "i" ;
- VN<sub>i</sub> - Valor nominal do Direito Creditório “i”;
- DU<sub>i</sub> - Número de dias úteis compreendido entre a data de aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório "i", exclusive;

- FatorAq - Fator de aquisição, calculado com 4 (quatro) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator Aq} = \left( 1 + \frac{\text{SE} \times \text{DI}}{100} \right) \frac{1}{252}$$

Onde:

- DI - Taxa de juros pré-fixada no igual período do prazo médio dos Direitos Creditórios cedidos, referenciado pela curva de mercado futuro da Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F"), do dia anterior à cessão e expressa em base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

- **Spread Excedente (SE) para aquisição dos Direitos Creditórios a Performar e Performados será apurado pelo Gestor a cada cessão de Direitos Creditórios, sendo no mínimo de:**

Classificação Fornecedor no IRB –Brasil Re	Contratos a Performar	Contratos Performados
	<b>Taxa Mínima em % do DI Futuro</b>	<b>Taxa Mínima em % do CDI</b>
<b>A</b>	160%	160%
<b>B</b>	180%	170%
<b>C</b>	190%	180%

- **As taxas mínimas acima estipuladas são livres das despesas de Seguro de Performance e Taxa de Registro do INM.**

## CAPÍTULO OITO – DOS FATORES DE RISCO

**Artigo 18º** – A carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos ocorra, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o Cotista. O investidor, antes de adquirir cotas, deve ler cuidadosamente este Capítulo. A Administradora, o Custodiante, a Gestora, os Fornecedores e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor de principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados abaixo e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos Creditórios e ao Fundo:

- Risco de Falta de Recursos para Amortização e Pagamento de Resgates:** as principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização e o resgate de suas Cotas, em moeda corrente nacional, decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo. Após o recebimento destes recursos e, conforme o caso, depois de esgotados todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial dos referidos ativos, o Fundo

poderá não dispor de valores suficientes ou até mesmo de nenhum valor para efetuar a amortização e/ou resgate de suas Cotas;

- b) **Risco de Liquidez:** os riscos de liquidez a que se sujeitam as operações realizadas pelo Fundo caracterizam-se, primordial, mas não exclusivamente, pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos, títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos, títulos e valores mobiliários ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos, títulos e valores mobiliários pelo preço e no tempo desejados pela Administradora, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, permanecendo exposto o Fundo, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, títulos e valores mobiliários, que podem, inclusive, obrigar a Administradora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Em virtude das alterações nas condições de liquidez, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo pode eventualmente ser afetado, independentemente de serem alienados ou não pela Administradora. Os riscos de liquidez poderão resultar em condições em que seja necessário o resgate das Cotas em Direitos Creditórios;
- c) **Risco de Crédito:** os riscos de crédito a que se sujeitam as operações realizadas pelo Fundo caracterizam-se, primordial, mas não exclusivamente, pela possibilidade de inadimplemento dos emissores ou devedores de obrigações, ativos, títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, inclusive inadimplência da Petrobras, de companhias seguradoras que garantem Direitos Creditórios a Performar, e/ou de outras contrapartes em operações realizadas com o Fundo, podendo ocorrer, conforme o caso, redução de ganhos ou mesmo perda do capital investido pelo Fundo na hipótese de não pagamento dos rendimentos e/ou do valor do principal dos ativos, créditos, títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, por seus emissores, devedores e/ou garantidores;
- d) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios:** podem representar risco para os investimentos em cotas do Fundo os efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, impactam significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo e/ou da Petrobras e, neste último caso, os negócios do Fundo por consequência, bem como sua condição financeira e seus resultados operacionais. Além disso, o Governo Federal, a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação do Fundo e do mercado em que atua, o que poderá dificultar e/ou diminuir a origem de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, a rentabilidade do Fundo;
- e) **Risco de Mercado:** os riscos de mercado a que se sujeitam as operações realizadas pelo Fundo caracterizam-se primordial mas não exclusivamente pela possibilidade de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da carteira do Fundo devido a fatores econômicos diversos, dentre os quais ciclos econômicos, alteração da legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ativos que, conseqüentemente, acarretam a oscilação diária do valor das Cotas do Fundo, sendo que os capitais aplicados pelos Cotistas podem valorizar-se ou sofrer depreciação no período entre o investimento realizado e o resgate de Cotas;
- f) **Risco de Concentração:** a eventual concentração de investimentos em determinado(s) emissor(es) pode aumentar a exposição da carteira do Fundo aos riscos mencionados neste item e, conseqüentemente, aumentar a sua

volatilidade. No caso concreto, a Petrobras poderá ser a única devedora dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Sendo assim, alterações nas políticas de compra da Petrobras e nas políticas de credenciamento de fornecedores da Petrobras, dentre outras, podem afetar a originação de novos Direitos Creditórios, e, consequentemente, resultar na impossibilidade de o Fundo recompor sua carteira. Além disso, o Fundo poderá ser afetado caso a Petrobras ou o segmento de mercado em que atua sofra qualquer efeito adverso que acarrete diminuição de originação de Direitos Creditórios e/ou atraso ou inadimplemento no pagamento de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;

- g) **Risco de Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação:** os Fornecedores somente se responsabilizam pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou solvência. Inexiste qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados;
- h) **Risco de Crédito do Fornecedor:** na hipótese de rescisão do contrato mercantil pela Petrobras sem que tenha havido culpa do Fornecedor, e desde que o Fornecedor ainda não tenha cumprido integralmente suas obrigações sob este contrato mercantil, o Contrato de Cessão prevê a recompra, pelos Fornecedores, dos Direitos Creditórios previamente cedidos ao Fundo; neste caso, o Fornecedor comprometer-se-á a pagar ao Fundo, em contraprestação pela recompra dos Direitos Creditórios, o mesmo valor que seria pago anteriormente pela Petrobras, nas mesmas datas de pagamento; não há garantias de que o Fornecedor terá condições de realizar tais pagamentos nos valores e datas previstas;
- i) **Risco Relacionado às Apólices e Concentração das Seguradoras:** os Direitos Creditórios a Performar serão garantidos por apólice de seguro-garantia. Além do risco de solvabilidade e de concentração de apólices emitidas por uma mesma seguradora contratada, poderá haver discussão acerca das referidas apólices, tendo em vista eventuais questionamentos por parte das Seguradoras no que se refere à cobertura do sinistro por motivos diversos, tais como, não comprovação do sinistro, não comunicação da ocorrência do sinistro no prazo acordado, discussão a respeito da caracterização do sinistro como caso fortuito ou força maior, isenção de responsabilidade da Seguradora em razão de descumprimento das obrigações do Fornecedor assumidas no contrato mercantil em razão de fatos imputáveis à Petrobras, dentre outros;
- j) **Risco relacionado à cobrança judicial dos Direitos Creditórios:** os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais, inclusive arbitragem, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Cotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu patrimônio líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Cotistas em Assembléia Geral. A Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas deixem de aportar os recursos necessários para tanto;
- k) **Riscos de Terceiros:** o Fundo se sujeita também aos riscos decorrentes da atividade de terceiros que possam comprometer a prestação de serviço ou fornecimento de materiais por parte dos Fornecedores, sem que isso seja caracterizado como inadimplência da Petrobras tampouco como inadimplência dos Fornecedores. Na hipótese de descumprimento das obrigações do Fornecedor, por atos ou fatos de responsabilidade da Petrobras, não haverá cobertura pelo seguro-garantia. Os riscos de terceiros a que se sujeitam às operações realizadas pelo Fundo



caracterizam-se, primordialmente, mas não se limitam pelo atraso, não entrega, entrega em desconformidade com o contratado, bem como qualquer descumprimento contratual por parte de fornecedores de serviços e produtos dos quais os Fornecedores dependam para cumprir seus contratos junto à Petrobras, comprometendo assim o fornecimento do produto e/ou mercadoria, bem como prestação de serviço por parte dos Fornecedores;

- l) **Demais Riscos:** o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária;
- m) **Risco Operacional:** As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, neste Regulamento e no Contrato de Custódia estão sujeitas a falhas operacionais nos mecanismos de comunicação entre o INM, o Liquidante, o Custodiante e a Administradora. Além disso, o Custodiante será o responsável pela guarda dos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios, da autorização da Petrobras às cessões destes ao Fundo e das apólices de seguro, o que poderá gerar riscos referentes aos processos operacionais de cobrança e fluxos financeiros;
- n) **Risco de Descontinuidade:** A política de investimento do Fundo estabelece que o patrimônio líquido do Fundo deve ser aplicado primordialmente em Direitos Creditórios. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida em função dos Fornecedores não estarem obrigados a ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência e performance do Fundo dependem da continuidade das operações regulares dos Fornecedores, da capacidade destes de originar Direitos Creditórios Elegíveis conforme os Critérios de Elegibilidade descritos neste Regulamento, e da efetiva venda dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo;
- o) **Risco Relativo à Efetiva Transferência dos Direitos Creditórios ao Fundo:** O Fornecedor, no Contrato de Cessão, garantirá ao Fundo que os Direitos Creditórios cedidos estão livres e desembaraçados de ônus, gravames e restrições. No entanto, o Fundo não verificará independentemente a veracidade desta afirmação nem de outras afirmações feitas pelos Fornecedores no Contrato de Cessão. Desta forma, existe o risco de o Fundo adquirir Direito Creditório previamente onerado, judicial ou extrajudicialmente;
- p) **Não Existência de Garantia de Eliminação de Riscos:** A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida;
- q) **Riscos Relativos aos Contratos Mercantis ente Fornecedores e Petrobras:** os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo originam-se de contratos bastante diversificados, referentes ao fornecimento dos mais variados produtos e serviços. Não só a natureza das obrigações é diferente, algumas dependendo de medições, outras não, algumas dependendo de fornecimento continuado, outras não, algumas dependendo de cooperação por parte da Petrobras e/ou de terceiros, outras não, como também a forma de aceitação dos serviços e produtos pela Petrobras pode variar de contrato para contrato. Cláusulas específicas em determinados eventos podem afetar negativamente o fluxo de pagamento dos direitos creditórios. Por exemplo, Serviços e Produtos já aceitos pela Petrobras e cujos direitos creditórios tenham sido cedidos ao Fundo mas que apresentem defeito ou vício em momento posterior à aceitação podem causar a interrupção ou suspensão do pagamento dos direitos creditórios em questão ao Fundo, eventual descredenciamento do Fornecedor e conseqüente diminuição da origem de Direitos Creditórios;
- r) **Risco referente à necessidade de aportes adicionais pelo Cotista:** Poderá haver a necessidade de aporte adicional de recursos no Fundo, pelo cotista, proporcionalmente à sua participação no Fundo, no caso de o Fundo não

dispor de recursos suficientes para o pagamento de suas despesas (Encargos do Fundo), previstos na prospecto e no Regulamento;

- s) **Risco pela Ausência de Coobrigação e Subordinação:** Pela Ausência de Coobrigação e Subordinação na Operação, caso ocorra atraso nos pagamentos, todo efeito será absorvido diretamente pelas Cotas Seniores do Fundo.
- t) **Risco de descasamento de taxas:** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos Creditórios. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado de acordo com as metas de rentabilidade prioritária (benchmark) atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido neste Regulamento e em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e das Cotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que os Cedentes, Administradora, Gestora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos, visto que nem mesmo a possibilidade de utilização de derivativos garante a proteção da carteira do Fundo.

## **CAPÍTULO NOVE - DA ADMINISTRAÇÃO**

### **DA ADMINISTRADORA**

**Artigo 19º** - O Fundo será administrado pela **BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00 doravante denominada (a "Administradora").

**Artigo 20º** - A Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos outros ativos que integrem a sua carteira.

**Parágrafo Único** - Observados os termos e condições deste Regulamento e da Instrução CVM n.º 356/01, a Administradora poderá, sob sua responsabilidade, independentemente de qualquer procedimento adicional:

- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios, dos ativos financeiros, das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de cessão, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios inadimplidos e aos demais ativos integrantes da carteira do Fundo. Quaisquer dos negócios jurídicos acima referidos deverão ser realizados pela Administradora por conta e ordem do Fundo, sempre a observar os direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas; e
- c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança judicial ou extrajudicial dos ativos integrantes do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora em nome do Fundo não poderão ter validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção feita às procurações com poderes da cláusula ad judicia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, sendo que para qualquer necessidade a Administradora e seus procuradores deverão sempre observar as determinações legais, os direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas do Fundo.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA**

**Artigo 21º** - Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- a) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - i) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - ii) o registro dos Cotistas;
  - iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
  - iv) o livro de presença de Cotistas;
  - v) prospecto do Fundo;
  - vi) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
  - vii) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
  - viii) os relatórios do auditor independente;
  - ix) os relatórios da empresa de classificação de risco.
- b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- c) entregar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento do Fundo, bem como cientificá-los do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
- d) divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e, trimestralmente, os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;
- e) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- f) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstos na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo;
- i) pagar, às suas próprias expensas, quaisquer multas que venham a ser aplicadas ao Fundo e que decorram de sua responsabilidade;
- j) deixar disponível aos Cotistas, diariamente, uma cota gerencial para acompanhamento da rentabilidade dos investimentos do Fundo, calculada na forma do Artigo 43, § 4º deste Regulamento, bem como deixar disponível a composição da carteira com todos os seus ativos, títulos e valores mobiliários.

**Parágrafo Único** - A divulgação das informações previstas na alínea 0 deste Artigo poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação dessas informações.

## **DAS VEDAÇÕES À ADMINISTRADORA**

**Artigo 22º** - É vedado à Administradora:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

**Parágrafo Único** - As vedações de que tratam as alíneas “a” a “c” deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas naturais e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

**Artigo 23º** - É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstas na Instrução CVM n.º 356/01;
- c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- d) adquirir cotas do próprio Fundo;
- e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM n.º 356/01;
- f) vender cotas do Fundo para pagamento a prazo;
- g) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- h) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- i) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no Artigo 39, inciso II, da Instrução CVM n.º 356/01;
- j) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo; e
- k) em nome do Fundo, vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios.

## DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

**Artigo 24º** - Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas neste Regulamento, uma taxa de administração (a "Taxa de Administração") equivalente a um percentual (a) entre 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano e 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, incidente em cascata sobre o patrimônio líquido do Fundo (conforme parágrafo terceiro deste Artigo), à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), paga mensalmente; ou (b) R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) ao mês, quantia essa que ficará reduzida a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais durante os primeiros 6 (seis) meses de atividade do Fundo, contado a partir da primeira integralização dos Cotistas no Fundo.

**Parágrafo Primeiro** - A remuneração de que trata este Artigo será paga à Administradora, pelo Fundo, mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a 1ª data de emissão das Cotas Seniores do Fundo, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

**Parágrafo Segundo** - O valor indicado no item "b" do caput deste Artigo será atualizado a cada período de 12 (doze) meses contado a partir do início das atividades do Fundo ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo Índice Geral de Preços – Mercado – "IGP-M", divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – "IGP-DI", divulgado pela FGV, ou, na falta de ambos, pela variação do IPC – Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

**Parágrafo Terceiro** – A taxa de administração anual será paga de acordo com a subscrição total do Fundo. A cada série de cotas subscritas, será considerado o valor da taxa a ser utilizada no cálculo do pagamento a ser efetuado daquele momento em diante. Os valores pagos anteriormente não serão afetados pela aplicação da nova taxa, observando a tabela abaixo:

Patrimônio Líquido do Fundo	Taxa de Administração
Até R\$ 200.000.000,00	1,75% ao ano
De R\$ 200.000.000,01 a R\$ 300.000.000,00	1,65% ao ano
Acima de R\$ 300.000.000,01	1,50% ao ano

**Artigo 25º** - A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

## DA RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

**Artigo 26º** - A Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da regulamentação em vigor e do disposto neste Regulamento.

**Parágrafo Único** - No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembléia Geral, sob pena de, passado tal prazo, a Administradora solicitará à CVM a indicação de administrador temporário.

## DA SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

**Artigo 27º** - A Administradora poderá ser substituída a qualquer tempo pelos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, sem que isso implique em multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Parágrafo Primeiro A substituição da Administradora acontecerá, por aprovação de Cotistas representando mais **de 50% (cinquenta por cento)** das Cotas Seniores, em Assembléia Geral, na forma do parágrafo primeiro do artigo 68, excetuando-se aqueles Cotistas que, porventura, estejam direta ou indiretamente ligados à Administradora ou à Gestora.

Parágrafo Segundo O administrador, como resultado da execução de novas operações, não deverá elevar o grau de exposição da carteira a qualquer fator de risco que não os expressamente permitidos pelo cotista, salvo se autorizado pelo mesmo em Assembléia Geral;

Parágrafo Terceiro No caso de operações vencendo antes da posse do novo administrador nomeado, o administrador a ser substituído deverá, ainda, ser responsável pela execução dos pagamentos e (ou) recebimentos devidos no vencimento de operações já realizadas, cuidando para que a carteira resultante seja reajustada observando o disposto do item anterior, ficando definido que, no caso de haver recebimentos, os respectivos valores deverão ser investidos em operações compromissadas de 1 (um) dia útil, efetuadas à taxa de mercado e com lastro em títulos públicos federais. No caso de haver pagamentos a serem feitos pelo Fundo, os mesmos devem ser executados através de liquidação, a preços de mercado, dos ativos de maior liquidez, sob expressa autorização do cotista;

Parágrafo Quarto Após a data da efetiva transferência da administração, o administrador não deverá mais fazer jus ao recebimento da taxa de administração prevista neste Regulamento;

Parágrafo Quinto Nas hipóteses de substituição da Administradora aplicam-se, no que couber, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

**Artigo 28º** - No caso de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada Assembléia Geral de Cotistas, no prazo de 5 (cinco) dias contados de sua decretação, para:

- a) nomeação de Representante dos Cotistas; e
- b) deliberação acerca de (i) substituição da Administradora no exercício das funções de administração do Fundo ou (ii) da liquidação antecipada do Fundo.

## CAPÍTULO DEZ - DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO

**Artigo 29º** - O Fundo contará com um Comitê de Acompanhamento sem poder deliberativo com o objetivo de acompanhar e monitorar o desempenho das atividades do Fundo.

Parágrafo Primeiro "O Comitê será composto por **9 (nove)** membros, **escolhidos dentre pessoas físicas ou jurídicas de notório conhecimento e de ilibada reputação, sendo 6 (seis)** membros indicados pelos Cotistas, 2 (dois) membros indicados pela Gestora e 1 (um) membro indicado pela Administradora. Para cada membro indicado haverá 1 (um) suplente designado pelo(s) mesmo(s) responsável(is) pela indicação do titular, ficando facultado à Administradora a possibilidade de não indicar membro ao Comitê, hipótese em que a nomeação do 9º (nono) membro do Comitê caberá à Gestora.

Parágrafo Segundo Os 6 (seis) membros do Comitê a serem indicados pelos Cotistas serão nomeados de acordo com as seguintes regras:

- i) os 6 (seis) Cotistas com maior participação individual em Cotas Seniores indicarão, cada um, um membro do Comitê, sendo que o presidente do Comitê será indicado pelo Cotista detentor do maior número de Cotas Seniores;
- ii) caso mais de um Cotista detenha o mesmo número de Cotas Seniores, a prerrogativa de indicação recairá sobre aquele que for Cotista do Fundo há mais tempo;
- iii) caso o Fundo tenha menos de 6 (seis) Cotistas detentores de Cotas Seniores, cada Cotista indicará um membro do Comitê e, todos os Cotistas Seniores, por maioria de votos, elegerão os membros restantes.

Parágrafo Terceiro O Comitê será eleito em Assembléia Geral de Cotistas – AGC, cabendo à Administradora a inclusão de tal item na ordem do dia da primeira AGC.

Parágrafo Quarto O prazo de mandato dos membros do Comitê será de 5 (cinco) anos, podendo os mesmos serem indicados novamente.

Parágrafo Quinto Na hipótese de vaga de cargo por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, esta será preenchida pelo suplente e no impedimento deste por outra pessoa a ser indicada pelo mesmo Cotista que nomeou o antecessor, ou por novo Cotista que porventura esteja entre os 6 (seis) que representem o maior número de cotas, em substituição ao Cotista que nomeou o anterior membro do comitê.

Parágrafo Sexto Os membros do Comitê podem ser substituídos a qualquer tempo por outra(s) pessoa(s) indicada(s) pelo(s) mesmo(s) responsável(is) pela indicação do membro a ser substituído. Nesta hipótese, o substituto completará o mandato do substituído.

Parágrafo Sétimo O Comitê reunir-se-á ordinariamente ao final de cada trimestre na sede da Administradora ou da Gestora, devendo o conteúdo de suas reuniões ser lavrado em livro de atas, sendo certo que as reuniões ordinárias do Comitê de Acompanhamento ocorrerão mediante convocação da Administradora, que poderá ser através de e-mail, ou por carta com aviso de recebimento, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência.

Parágrafo Oitavo O Comitê reunir-se-á extraordinariamente sempre que exigirem seus interesses, devendo o conteúdo de suas reuniões ser lavrado em livro de atas, sendo certo que as reuniões ordinárias do Comitê de Acompanhamento ocorrerão mediante convocação da Administradora, que poderá ser realizada a pedido de qualquer membro com no mínimo 5% das cotas, podendo a convocação ocorrer através de e-mail, ou por carta com aviso de recebimento, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência.

Parágrafo Nono O quorum para instalação das reuniões do Comitê é de, no mínimo, 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) deles representantes dos Cotistas.

Parágrafo Décimo É vedado aos membros do Comitê receber do Fundo remuneração a qualquer título.

Parágrafo Décimo primeiro As despesas referentes às reuniões e demais atos do Comitê serão suportadas por seus próprios membros, não devendo acarretar em qualquer despesa para o Fundo ou Administradora.

**DA GESTORA**

**Artigo 30º** - Sem prejuízo de suas responsabilidades, a Administradora contratou a **BI Capital Gestão de Recursos Ltda.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Funchal, 551, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.449.499/0001-32, CCM n.º 3.189.665-0, autorizada pelo ato CVM n.º 7981, nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM n.º 356/01, para realizar os serviços de gestão do desempenho da carteira do Fundo, doravante denominada (a "Gestora").

**Artigo 31º** - A Gestora exercerá suas funções a partir do registro do Fundo na CVM, conforme previsto no Contrato de Gestão.

**DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA GESTORA**

**Artigo 32º** - Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis e dos termos e condições do Contrato de Gestão, são deveres da Gestora:

- a) preparar e encaminhar à Administradora, relatórios de desempenho a respeito da carteira do Fundo, na forma do Contrato de Gestão;
- b) emendar seus melhores esforços na consecução de seus deveres e obrigações, nos termos deste Regulamento.

**DO CUSTODIANTE**

**Artigo 33º** – Os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria dos Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo serão exercidos pelo **Banco Bradesco S.A.**, instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001 (o "Custodiante"), o qual será responsável pela prestação dos serviços conforme descritos no Artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01.

**Parágrafo Único** - Os serviços de custódia e controladoria conforme indicado no caput deste Artigo, bem como os serviços de escrituração serão prestados pelo Custodiante nos termos do contrato de custódia qualificada e controladoria (o "Contrato de Custódia Qualificada").

**DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CUSTODIANTE**

**Artigo 34º** - Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis e dos termos e condições do Contrato de Custódia Qualificada, são deveres do Custodiante:

- a) receber e analisar os documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, dentre eles os contratos entre Petrobras e seus Fornecedores, a autorização da cessão de direitos creditórios emitida pela Petrobras e apólice do seguro garantia referentes a Direitos Creditórios a Performar;
- b) validar os Direitos Creditórios ofertados em relação aos Critérios de Elegibilidade, bem como os critérios estabelecidos na política de investimento do Fundo;
- c) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelos Contratos de Cessão e Documentos Comprobatórios da operação;



- d) fazer a custódia e, nos termos do Artigo 38, inciso IV da Instrução CVM n.º 356/01, realizar a administração dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- e) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, os documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para empresa de auditoria, agência de classificação de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- f) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou outra renda relativa aos títulos custodiados em nome do Fundo, depositando os valores recebidos na conta corrente do Fundo;
- g) registrar os Contratos de Cessão em Cartório de Registro de Títulos e Documentos no Município de Osasco, Estado de São Paulo, em conformidade com a legislação aplicável e com o disposto nos Contratos de Cessão.

#### **DA EMPRESA DE AUDITORIA**

**Artigo 35º** - Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo, serão prestados por empresa de auditoria de renome (a “Empresa de Auditoria”), que será contratada pela Administradora para a prestação de tais serviços.

**Artigo 36º** - As demonstrações financeiras anuais do Fundo, auditadas pela Empresa de Auditoria, serão registradas na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições contábeis do COSIF.

#### **DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

**Artigo 37º** - As Cotas Seniores serão analisadas e classificadas, conforme exige o Artigo 3º, inciso III da Instrução CVM n.º 356/01, pela Agência de Classificação de Risco, de renome internacional, selecionada e contratada pela Administradora.

**Artigo 38º** - A Agência de Classificação de Risco deverá emitir um relatório de classificação de risco quando do início das atividades do Fundo, o qual deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente. O relatório inicial, as atualizações e eventuais relatórios complementares ficarão à disposição dos condôminos na sede da Administradora.

#### **DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA**

**Artigo 39º** - Os serviços de consultoria especializada para análise e seleção de Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos do Artigo 39 da Instrução CVM n.º 356, serão prestados pelo INM.

**Parágrafo Único** – O INM será responsável, nos termos do Acordo Operacional de Prestação de Serviços a ser celebrado entre o Fundo e o INM (o “Contrato de Serviços”), por diversos serviços relacionados aos Direitos Creditórios, incluindo, mas não se limitando a (i) fornecer um ambiente de negociação organizado pelo INM para os Direitos Creditórios (o “Sistema GlobalBIX”) (ii) credenciamento dos Fornecedores que atendam aos requisitos, padrões e condições estabelecidos pelo INM; (iii) credenciamento das Seguradoras; e (iv) registrar, no Sistema GlobalBIX, as ofertas de compra e venda de Direitos Creditórios; (v) acompanhar as entregas de materiais e prestações de serviços previstas nos contratos e respectivos pagamentos dos Direitos Creditórios.

## **CAPÍTULO DOZE - DA POLÍTICA DE COBRANÇA**

**Artigo 40º** - Na hipótese da eventual inadimplência de algum dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Custodiante enviará ao sacado, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comunicação por escrito acusando o não recebimento do Direito Creditório em questão, concedendo o prazo de 7 (sete) dias úteis ao sacado para que este comprove que o pagamento foi realizado, ou realize o pagamento, acrescido dos consectários legais e contratuais estabelecidos para cada caso.

**Parágrafo Primeiro** - Decorrido o prazo estipulado, a Administradora poderá protestar ou até mesmo cobrar judicialmente os Direitos Creditórios vencidos e não pagos.

**Parágrafo Segundo** - A Administradora poderá, sem prejuízo das disposições anteriores, celebrar com cada Fornecedor convênio de cooperação para cobrança de créditos inadimplidos, em termos a serem definidos entre as partes.

**Artigo 41º** - Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios inadimplidos serão de responsabilidade do Fundo. Em ambos os casos, referidas despesas têm o objetivo de promover a salvaguarda e cobrança dos direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos Creditórios, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança a que se refere este Artigo.

**Artigo 42º** - O Custodiante poderá, respeitados o prazo e a forma previstos no Artigo 39 deste Regulamento, efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios ou a cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, bem como contratar outra empresa e/ou instituição para realizar tal serviço.

## **CAPÍTULO TREZE - DAS COTAS**

**Artigo 43º** - As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação ou término do Prazo de Duração do Fundo. O Fundo poderá emitir apenas 1 (uma) classe de Cotas Seniores (as "Cotas Seniores"), as quais serão divididas em "n" Séries concomitantemente em circulação.

**Parágrafo Primeiro** - A primeira Série será composta por 100.000 (cem mil) Cotas, possuindo como características e conferindo a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) têm o preço unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão; e
- b) têm o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais de Cotistas do Fundo, sendo que cada Cota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

**Parágrafo Segundo** - O FUNDO buscará, mas não garantirá, rentabilidade para as Cotas Seniores correspondente a 110% (cento e dez por cento) da taxa média diária de depósitos Interfinanceiros over extra-grupo ("DI"), apurada pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), calculado de forma exponencial, em base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

**Parágrafo Terceiro** - Cada Cota Sênior das demais Séries possuirá como característica e conferirá a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) terão o preço unitário, perspectiva de rentabilidade e quantidade definidos no suplemento "n" da respectiva Série; e
- b) terão o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais de Cotistas do Fundo, sendo que cada Cota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

Parágrafo Quarto - Após a primeira data de emissão, a Cota de cada série terá seu valor unitário calculado pela Administradora todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, bem como o valor da cota gerencial.

**Artigo 44º** – O Fundo não emitirá cotas subordinadas.

**Artigo 45º** - Será admitida a amortização das Cotas nos termos do presente Regulamento ou por decisão da assembleia geral de Cotistas.

**Artigo 46º** - Os efeitos decorrentes do inadimplemento no pagamento de quaisquer dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, assim como de quaisquer outras perdas experimentadas pelo Fundo, serão atribuídos às Cotas Seniores até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Poderá ser exigido dos Cotistas aporte adicional de recursos na hipótese prevista no Artigo 63, Parágrafo Terceiro deste Regulamento.

**Artigo 47º** - É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os Cotistas titulares das Cotas de uma mesma classe, ressalvada, conforme o caso, a existência de condições de remuneração, prazos e valores para amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgates distintos para cada Série, conforme definidos nos respectivos Suplementos.

**Artigo 48º** - Todas as Cotas serão escriturais e mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Cotista.

#### **CAPÍTULO QUATORZE - DA EMISSÃO DAS COTAS**

**Artigo 49º** - As Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição, para cada série de Cotas Seniores, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de distribuição pública junto à CVM.

Parágrafo Primeiro - Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores emitidas.

Parágrafo Segundo - As Cotas Seniores deverão ser subscritas à vista.

Parágrafo Terceiro - Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo, decorrido o prazo mencionado no Caput.

Parágrafo Quarto - A distribuição de uma série de Cotas Seniores do fundo somente será iniciada após o encerramento da distribuição ou do cancelamento da série de Cotas Seniores anterior, impossibilitando assim a existência de distribuição concomitante de séries.

Parágrafo Quinto - Cada cotista que manifestar interesse em subscrever cotas do Fundo, assinará um Boletim de Subscrição ("Boletim de Subscrição"), onde constará a obrigação por parte do cotista, de integralizar cotas do Fundo, no valor determinado em referido documento.

## CAPÍTULO QUNZE- DA AMORTIZAÇÃO E DO PAGAMENTO DE RENDIMENTOS

**Artigo 50º** - A Administradora deverá constituir Reserva de Liquidez mediante investimento, do todo ou parte dos recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios da carteira, nos ativos relacionados no 0 deste Regulamento, de acordo com a estrutura abaixo descrita:

- a) 42 (quarenta e dois) dias úteis antes de qualquer amortização e pagamento de rendimentos previstos devem estar alocados na Reserva de Liquidez, ativos em valor equivalente a, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) do valor estimado da Amortização Programada de Cotas Seniores ou do valor estimado de pagamento dos rendimentos; e
- b) 21 (vinte e um) dias úteis antes de qualquer amortização e pagamento de rendimentos previstos devem estar alocados na Reserva de Liquidez, ativos em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da Amortização Programada de Cotas Seniores ou do valor estimado de pagamento dos rendimentos.

**Parágrafo Primeiro** - Caso a Administradora verifique uma piora no padrão de inadimplência da carteira, deverá acelerar a formação da Reserva de Liquidez pelo menos na mesma proporção da piora observada.

I – O padrão de inadimplência é calculado com base em índice de inadimplência da carteira de 01 (um) a 30 (trinta) dias, sendo este definido por uma fração em que o numerador é igual ao somatório das parcelas vencidas e não pagas, com atraso de 01 (um) a 30 (trinta) dias, nos últimos 30 (trinta) dias, e o denominador é a totalidade das parcelas vencidas no mesmo período;

II – Uma piora no padrão de inadimplência significa um aumento superior a 200 (duzentos) pontos percentuais (2% em valor absoluto) no índice de inadimplência do último dia útil do mês calendário comparado ao mesmo índice no último dia útil do mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Segundo** As amortizações e os pagamentos de rendimentos constantes no presente Artigo serão sempre efetuados em moeda corrente nacional, ressalvada a possibilidade de pagamento em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme previsto neste Regulamento.

**Parágrafo Terceiro** A Data de Amortização da 1ª Série coincidirá com a data de encerramento desta e o valor da Amortização será equivalente ao Valor do Patrimônio Líquido.

**Parágrafo Quarto** Os rendimentos da 1ª Série serão pagos semestralmente, iniciando a contagem de tal prazo após 18 (dezoito) meses do início das atividades do Fundo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VRtr = (VCa - VCI)$$

Onde:

**VRtr** - Valor de Rendimentos

**VCa** – Valor da Cota Atual (Valor da Cota na data programada para pagamento de rendimentos)

**VCI** – Valor da Cota Inicial (Valor de Subscrição da Cota)

**tr** - Data de pagamento de rendimento para Série “n” de Cotas Seniores

**Parágrafo Quinto** O pagamento de rendimentos somente ocorrerá caso o Valor de Rendimentos(VRtr) seja positivo.

**Parágrafo Sexto** As Datas e Valores de Amortizações e dos rendimentos, bem como a forma de pagamento das demais Séries de Cotas Seniores poderão ser diferentes entre si e serão definidas no Suplemento a que a Série em questão se referir (a “Série “n””).

**Parágrafo Sétimo** O Fundo não poderá emitir Cotas Seniores com Data de Amortização e pagamento de rendimento posterior ao prazo de vigência do Fundo. As Cotas Seniores de Séries distintas poderão ter Datas de Amortizações distintas.

**Parágrafo Oitavo** - Os créditos dos titulares das Cotas Seniores contra o patrimônio líquido do Fundo, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Cotas Seniores, nos termos deste Regulamento, guardarão a mesma relação de direitos e preferências entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de diferentes Séries de Cotas Seniores em circulação.

**Artigo 51º** - Na hipótese de o dia da efetivação da amortização, pagamento de rendimentos ou resgate de Cotas coincidir com feriado na sede da Administradora, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Cotista(s) no primeiro dia útil subsequente, não havendo direito, por parte do(s) Cotista(s), a qualquer acréscimo.

**Parágrafo Único** - Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização, rendimentos ou resgate aos Cotistas coincidir com feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Cotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Cotas, tal pagamento estará disponível ao(s) Cotista(s) no primeiro dia útil subsequente, não havendo direito, por parte do (s) Cotista (s), a qualquer acréscimo.

**Artigo 52º** - Para realizar as Amortizações Programadas ou o resgate das Cotas ao término do Prazo de Duração de cada série do Fundo, será admitido que, em até 42 (quarenta e dois) dias úteis antes do respectivo evento, o Fundo deixe de aplicar parcela preponderante de seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos Creditórios e a Administradora deixe de observar o limite mínimo previsto no 0 deste Regulamento, sem que isso enseje a liquidação antecipada do Fundo, tampouco represente descumprimento pela Administradora das obrigações a ela cabíveis nos termos deste Regulamento.

## **CAPÍTULO DEZESSEIS - DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS.**

**Artigo 53º** - As Cotas Seniores deverão ser registradas para negociação na Bolsa de Valores de São Paulo, no ambiente de negociação SomaFix. A critério da Administradora, as Cotas Seniores também poderão ser registradas para negociação na CETIP - Câmara de Liquidação e Custódia e no ambiente BovespaFix da Bolsa de Valores de São Paulo. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Cotas.

**Artigo 54º** - Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Cotas encontram-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

## **CAPÍTULO DEZESSETE - DA VALORIZAÇÃO DAS COTAS E DOS ATIVOS DO FUNDO**

**Artigo 55º** - O valor das Cotas do Fundo será calculado todo dia útil, conforme atribuição de resultados da sua carteira, sendo disponibilizado diariamente pelo Custodiante e informado aos Cotistas pelo Gestor.

**Artigo 56º** – A primeira atribuição de resultados ocorrerá no dia útil seguinte à data de subscrição inicial e a última, na data de liquidação do Fundo.

**Parágrafo Único** - O valor unitário das Cotas Seniores será o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas Seniores em circulação .

**Artigo 57º** - Os ativos da carteira do Fundo serão avaliados conforme segue:

- a) enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, sendo os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no plano contábil; e
- b) a avaliação dos demais ativos que compõem a carteira do Fundo será efetuada por seu valor de mercado com base nas cotações obtidas junto à Bolsa de Valores de São Paulo, à Bolsa de Mercadorias & Futuros, ao SISBACEN e à ANDIMA.

**Parágrafo Único** - A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios, descrita neste Capítulo, leva em consideração os seguintes aspectos:

- a) inexistência de mercado secundário organizado e ativo para os Direitos Creditórios; e
- b) as características dos Direitos Creditórios descritas neste Regulamento.

**Artigo 58º** - Os critérios de provisionamento a serem seguidos pela Administradora, em nome do Fundo, por dia de atraso de pagamento dos Direitos Creditórios serão, no mínimo, aqueles previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.682, de 21.12.1999, devendo a Administradora, em nome do Fundo, a partir do 180º (centésimo octogésimo) dia de atraso, provisionar integralmente a operação inadimplente.

**Parágrafo Primeiro** - O Fundo considerará como perda todos os Direitos Creditórios em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a integralidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

**Parágrafo Segundo** - Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então (i) reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso, e (ii) reabilitar ou outorgar poderes para que o interessado providencie a reabilitação do devedor junto ao SERASA e SPC, se for o caso.

**Parágrafo Terceiro** - As perdas e provisões do Fundo serão reconhecidas no resultado do período.

## **CAPÍTULO DEZOITO - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO**

**Artigo 59º** - Constituem eventos de avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação"):

- a) Criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação de alíquotas dos já existentes ou modificação na base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- b) Aquisição reiterada, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme apurado pela Administradora e/ou pelo Custodiante;

- c) Alteração deste regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM, que afete ou possa afetar prejudicialmente a performance do Fundo;
- d) Elevação do nível de inadimplência dos Direitos Creditórios a um patamar superior a 5% (cinco por cento) do valor da carteira do Fundo, calculando-se o nível de inadimplência pela divisão da soma do valor dos Direitos Creditórios cujos pagamentos não forem efetuados há mais de 90 (noventa) dias das respectivas datas de vencimento, pelo valor médio da carteira de Direitos Creditórios do Fundo nos 90 (noventa) dias precedentes ao dia do cálculo;
- e) *Crise econômica nacional que leve a flutuações de mais de 50% (cinquenta por cento), em termos relativos, na taxa DI, num prazo inferior a 3 (três) meses;*
- f) *permanência do Fundo por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos com menos de 90% (noventa por cento) do Patrimônio Líquido investido em Direitos Creditórios;*
- g) *Caso a rentabilidade do Fundo fique abaixo do benchmark estipulado para cada série do Fundo, por um período superior a 63 (sessenta e três) dias úteis consecutivos.*

**Parágrafo Primeiro** Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora comunicará os Cotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios. A Administradora, juntamente com a comunicação aos Cotistas deverá convocar prontamente a Assembléia Geral de Cotistas para deliberarem sobre o Evento de Avaliação.

**Parágrafo Segundo** Caso os Cotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo. Caso os Cotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, deverão ser adotados os procedimentos próprios para liquidação do Fundo.

**Artigo 60º** - São eventos que ensejam a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada em Assembléia Geral:

- a) os Eventos de Avaliação que sejam considerados Eventos de Liquidação pela AGC;
- b) o não cumprimento da quantidade mínima emitida pelo Fundo até o encerramento da distribuição das Cotas Seniores;
- c) a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos Creditórios em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo previstos neste Regulamento e nas normas aplicáveis, inclusive, mas não se limitando, à inexistência de oferta de Direitos Creditórios Elegíveis em quantidade suficiente;
- d) na hipótese de não pagamento do valor integral das Amortizações para cada uma das séries das Cotas Seniores, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas das datas previstas neste Regulamento;
- e) rebaixamento de 1 (um) nível da classificação de risco inicialmente conferida às séries de Cotas Seniores pela agência de classificação de risco contratada pelo Fundo;

f) na hipótese de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros dispostos neste Regulamento para o cálculo do valor das Cotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos ou a 15 (quinze) dias úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias, ou os Cotistas reunidos em Assembléia Geral por duas vezes consecutivas, não chegarem a um consenso para definir um novo índice ou parâmetro.

**Parágrafo Primeiro** - A Administradora deverá imediatamente, caso ocorram quaisquer dos eventos de liquidação: (i) dar ciência de tal fato aos Cotistas, (ii) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; (iii) convocar Assembléia Geral e, se assim dispuser a Assembléia Geral, (iv) iniciar os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo, conforme disposições constantes deste Regulamento, da regulamentação vigente e deliberação da Assembléia Geral.

**Parágrafo Segundo** - Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Cotas Seniores de todas as séries serão resgatadas, concomitantemente e em igualdade de condições, observado ainda que na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Cotas Seniores, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas cotas ser feito mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos e condições constantes da regulamentação em vigor e acordados em Assembléia.

**Artigo 61º** - Na hipótese de a Assembléia Geral convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo em razão da ocorrência de um ou mais dos eventos descritos neste Capítulo, e caso a Assembléia Geral decida pela não liquidação do Fundo, aos Cotistas dissidentes da decisão de não liquidação do Fundo, desde que expresso na ata da respectiva Assembléia Geral, será assegurado o direito de resgate antecipado de suas Cotas, pelo valor delas à época do resgate, observadas as condições de resgate dispostas neste Regulamento.

**Artigo 62º** - Na hipótese de existência de Direitos Creditórios no momento da liquidação do Fundo, a Assembléia Geral poderá determinar que a Administradora aguarde os vencimentos dos Direitos Creditórios e o pagamento dos mesmos pelos devedores finais para que os valores sejam rateados entre os Cotistas.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo a hipótese tratada no caput, a Assembléia Geral poderá deliberar a prorrogação do vencimento do Fundo, sendo que neste caso a Administradora não deverá realizar novas operações de aquisição de Direitos Creditórios, ficando responsável pela liquidação dos contratos e percebendo 50% (cinquenta por cento) de sua remuneração. Neste caso, os limites e critérios de diversificação do Patrimônio Líquido do fundo aplicado em direitos creditórios devem ser flexibilizados ou excetuados.

## **CAPÍTULO DEZENOVE - DAS DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO**

**Artigo 63º** - Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no 0, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas, pela Administradora, do patrimônio do Fundo:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;



- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou procedimento arbitral, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Cotistas;
- h) a contribuição anual devida à Bolsa de Valores de São Paulo, à Sociedade Operadora de Mercado de Ativos S.A. e à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM n.º 356/2001.

Parágrafo Primeiro - As despesas não previstas neste Regulamento como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

Parágrafo Segundo - Não poderão ser cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como de taxas de ingresso, saída ou performance.

Parágrafo Terceiro - Poderá haver a necessidade de aporte adicional de recursos no Fundo, pelo Cotista, no caso de não haver recursos suficientes para o pagamento das despesas do Fundo, previstas neste Artigo.

**Parágrafo Quarto – Para contratar quaisquer outros serviços não listados neste artigo, a Administradora deverá chamar uma Assembléia Geral de Cotistas para tratar de tal deliberação.**

## **CAPÍTULO VINTE – DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Artigo 64º** - É da competência privativa da Assembléia Geral de Cotistas:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- ii) deliberar sobre amortizações de cotas não previstas neste Regulamento;
- iii) alterar este Regulamento, inclusive para prorrogar o Prazo de Duração do Fundo;
- iv) deliberar acerca da substituição da Administradora, da Gestora, do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, da empresa de auditoria e/ou quaisquer outros prestadores de serviços ao Fundo;
- v) deliberar sobre o restabelecimento da taxa de administração que tenha sido objeto de redução;
- vi) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do Fundo;
- vii) deliberar sobre a substituição de índices ou parâmetros de reajuste ou remuneração referidos neste Regulamento, na hipótese de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação;
- viii) Elevar o benchmark das Cotas; e

- ix) Alterar os critérios para apuração do valor das Cotas Seniores do Fundo;
- x) Eleger os membros do Comitê de Acompanhamento, nos termos previstos no art. 29 deste Regulamento;
- xi) Deliberar, em caso de ocorrência de Evento de Avaliação, sobre sua caracterização como Evento de Liquidação, nos termos do parágrafo segundo do art. 59 deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de Assembleia Geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Cotistas no periódico de publicação do Fundo, edição nacional, conforme definido neste Regulamento.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral de Cotistas será instalada em 1ª (primeira) convocação com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos Cotistas, ou em 2ª (segunda) convocação, com a presença de no mínimo 1 (um) cotista.

Parágrafo Terceiro - Independentemente de qual parte tenha convocado, os representantes da administradora e da gestora deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais, sem direito a voto, e prestar aos Cotistas as informações que lhe forem solicitadas.

**Artigo 65º** - A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Parágrafo Primeiro - Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- a) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- b) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- c) não exercer cargo em qualquer Fornecedor, ou cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Parágrafo Segundo - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se por convocação da Administradora ou de Cotistas que representem, no mínimo, 5 % (cinco por cento) do total das cotas emitidas, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Terceiro - Somente podem comparecer e votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

**Artigo 66º** - As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

**Artigo 67º** - A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita por meio de anúncio publicado no periódico de publicação do Fundo, carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico endereçado a cada Cotista, dos quais constarão o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda, de forma sucinta os assuntos a serem tratados.

Parágrafo Primeiro - A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou de correio eletrônico, **com aviso de recebimento**, aos Cotistas, observado o disposto no presente Regulamento.

Parágrafo Segundo - Não se realizando a Assembléia Geral, deverá ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Cotistas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Terceiro - Para os fins do disposto no Parágrafo Segundo deste Artigo, fica estabelecido que a segunda convocação da Assembléia Geral poderá ser providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Parágrafo Quarto - Fica desde já estabelecido que, independentemente das formalidades previstas nos Parágrafos deste Artigo, considerar-se-á regular a Assembléia Geral na qual comparecerem todos os Cotistas.

Parágrafo Quinto - As assembléias serão realizadas na sede da Administradora, exceto em casos de força maior.

**Artigo 68º** - As cotas conferem aos seus titulares o direito de votar nas Assembléias Gerais com referência a toda e qualquer matéria objeto de deliberação, sendo que cada cota legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

Parágrafo Primeiro - As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas serão tomadas em primeira convocação por titulares da maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, por titulares da maioria das cotas presentes.

Parágrafo Segundo - Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as seguintes hipóteses, que sempre dependerão da aprovação de titulares de no mínimo 2/3 (dois terços) das cotas emitidas:

- i) prorrogação do Prazo de Duração do Fundo;
- ii) alteração do regulamento, exceto quando a alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às determinações da CVM;
- iii) alteração da taxa de administração;
- iv) alteração do benchmark de qualquer série; e
- v) liquidação do Fundo antes do encerramento do prazo de duração, exceto nos casos em que ocorrer qualquer das hipóteses que seja um evento de liquidação.

Parágrafo Primeiro - Não têm direito a voto na Assembléia Geral de Cotistas a Administradora, a Gestora e seus empregados ou prepostos.

## **CAPÍTULO VINTE E UM - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

**Artigo 69º** - A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

**Artigo 70º** - A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês anterior; (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores. As

obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução n.º 356 da CVM.

**Artigo 71º** - A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

**Artigo 72º** - As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM. O Fundo levantará o balancete no fim de cada mês e balanço anual em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 73º** - À Administradora cabe divulgar, trimestralmente: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo; (ii) o valor da cota; (iii) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (iv) os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo; sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e da regulamentação vigente.

**Parágrafo Primeiro** A divulgação das informações previstas neste Regulamento bem como de qualquer outra informação relevante relacionada ao Fundo deve ser feita por meio de publicação no periódico Gazeta Mercantil. Qualquer mudança, com relação ao periódico, deverá ser precedida de aviso aos Cotistas.

**Parágrafo Segundo** Para efeito do disposto no Artigo 24, XV, da Instrução CVM n.º 356/01, não haverá relação mínima a ser observada entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, não havendo, portanto, qualquer procedimento específico para observância pelo Fundo dessa relação.

## **CAPÍTULO VINTE E DOIS – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 74º** - O Fundo terá escrituração própria.

**Artigo 75º** – Na liquidação do Fundo, as Cotas Seniores deverão ser integralmente resgatadas, observando-se a regulamentação aplicável, devendo, ainda, ser realizado o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidos pelo Fundo, quando considerar-se-ão encerradas as atividades do Fundo.

**Parágrafo Único** - Caso existam quaisquer ativos na carteira do Fundo, a Administradora tomará providências para liquidar os ativos no melhor interesse dos Cotistas. Dentre as alternativas, a Administradora poderá alienar o ativo para terceiros, aguardar seu vencimento ou cobrá-lo do devedor.

**Artigo 76º** - O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano, iniciando-se em janeiro e encerrando-se em dezembro de cada ano.

**Artigo 77º** - Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, a Administradora buscará adquirir ativos de forma que o Fundo seja classificado como fundo de investimento de longo prazo.

**Artigo 78º** - Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Osasco, 12 de Setembro de 2006.

**BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
Administradora

**ANEXO I - TERMO DE ADESAO E RECIBO DO PROSPECTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR1 – INDUSTRIAL E  
SERVIÇOS**

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no Artigo 23, Parágrafo Único da Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução n.º 393, de 22 de julho de 2003 ("Instrução CVM n.º 356/01"), ambas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adere expressamente aos termos do regulamento ("Regulamento") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Decorrentes da Venda de Bens, Produtos e Serviços para a Petrobras ("Fundo"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente termo de adesão, os termos e expressões neste empregados têm os mesmos sentidos respectivamente designados a eles no Regulamento.

O investidor também declara:

- (i) ser investidor qualificado, nos termos da regulamentação vigente;
- (ii) concordar com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimentos;
- (iii) ter recebido uma cópia do Prospecto e do Regulamento do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, nesse ato, às suas disposições;
- (iv) ter total ciência da política de investimento do Fundo e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto no Regulamento, e que poderá ocorrer perda do capital investido no Fundo;
- (v) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (vi) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, da Petrobras, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (vii) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora e a Gestora têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira do Fundo, observando o disposto no Regulamento, no Prospecto e na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades legais e de mercado;
- (viii) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM n.º 356/01;
- (ix) de que as informações do Fundo serão divulgadas no periódico Gazeta Mercantil; e
- (x) de que conforme disposto no Artigo 60 da Instrução CVM n.º 356/01, admite-se a utilização de correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora e os Cotistas do Fundo.

[local], [•] de [•] de [•]

Denominação social do Investidor:

[nomes e cargos dos representantes legais]

CNPJ:

## ANEXO II

### Suplemento da Série “n”

1. Suplemento n.º [•] (o “Suplemento”) referente à [•]ª Série de Cotas Seniores (a “[•]ª Série”) emitida nos termos do regulamento do **“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR1– INDUSTRIAL E SERVIÇOS”**, registrado sob o n.º [•] no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ sob o n.º 07.726.977/0001-30 e administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da [•]ª Distribuição, definidas na Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela Administradora na CVM em [•] de [•] de [•].
2. A quantidade mínima emitida pelo FUNDO nesta [...] série será de [•] (Milhões de Reais) em Cotas Seniores.
3. O FUNDO buscará, mas não garantirá, rentabilidade para as Cotas Seniores correspondente a [•] ([•]) da taxa média diária de depósitos Interfinanceiros over extra-grupo (“DI”), apurada pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), calculado de forma exponencial, em base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
4. O prazo para resgate da [•] Série de Cotas Seniores será de [•] ([•]), contado a partir da data da 1ª Subscrição.
5. Desde que o Patrimônio assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida de acordo com a Tabela Abaixo (a “Data de Pagamento de Rendimentos”), o pagamento de rendimentos de cada Cota Sênior da [•]ª Série, a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. O último pagamento de rendimentos deverá ocorrer no dia [•] de [•] de [•], quando o Fundo deverá promover a amortização integral das respectivas Cotas:

$$VR_{tr} = (VC_a - VC_i)$$

Onde:

VR<sub>tr</sub> - Valor de Rendimentos

VC<sub>a</sub> – Valor da Cota Atual (Valor da Cota na data programada para pagamento de rendimentos)

VC<sub>i</sub> – Valor da Cota Inicial (Valor de Subscrição da Cota)

tr - Data de pagamento de rendimento para Série “n” de Cotas Seniores

Data de Pagamento de Rendimentos (tr)
dd/mm/aaaa
dd/mm/aaaa
dd/mm/aaaa

- 5.1. O pagamento de rendimentos somente ocorrerá caso o Valor de Rendimentos (VR<sub>tr</sub>) seja positivo.

6. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida de acordo com a Tabela Abaixo (a “Data de Amortização”), a amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da [•]ª Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia [•] de [•] de [•], quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Cota:

$$VAP_t = \frac{PL_{Senior_{nt}}}{k}$$

Onde:

VAP - Valor da Amortização Programada

PL<sub>Senior<sub>n</sub></sub> - Patrimônio Líquido da Série “n” de Cotas Seniores

k - quantidade de Amortizações Programadas para Série “n” de Cotas Seniores. Exemplo: 12, 11, 10, 9, 8,....

*t* - Data da Amortização Programada para Série "n" de Cotas Seniores

Data da Amortização ( <i>t</i> )	Quantidade de Amortizações ( <i>k</i> )
dd/mm/aaaa	[•]
dd/mm/aaaa	[•]
dd/mm/aaaa	[•]

7. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser registrado no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Osasco, [•] de [•] de [•].

**FUNDO/ADMINISTRADORA:**

\_\_\_\_\_  
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
LTDA., na qualidade de administradora do **FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
FORNECEDORES PETROBRAS BR1- INDUSTRIAL E  
SERVIÇOS**

**CUSTODIANTE:**

\_\_\_\_\_  
BANCO BRADESCO S.A.

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:



**Critérios de Cadastramento de Fornecedores por parte da Petrobras**  
**Informações Prestadas pelos Fornecedores para habilitação a processos de licitação da Petrobras**

## **INSTRUÇÕES PARA CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS PARA A PETROBRAS**

### **ÍNDICE**

(Clique no título para acessar a matéria)

- **OBJETIVO**
- **DEFINIÇÕES**
- **O CADASTRO DE FORNECEDORES DA PETROBRAS**
- **CRITÉRIOS PARA CADASTRAMENTO**
- **CADASTRAMENTOS ESPECIAIS**
  - **DISTRIBUIDORES E REVENDEDORES**
  - **MATRIZES E FILIAIS**
- **PROCEDIMENTOS PARA CADASTRAMENTO**
  - **INSCRIÇÃO**
  - **AMPLIAÇÃO DE FORNECIMENTO**
  - **RENOVAÇÃO DO CADASTRO**
- **ANEXOS**

Elaboração: MATERIAIS/CDBS/CF  
Versão: 29/06/2005

# **INSTRUÇÕES PARA CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS PARA A PETROBRAS**

## **1. OBJETIVO**

Apresentar os conceitos e os procedimentos que devem ser observados pelos fornecedores que pretendam:

- Inscrever-se na Petrobras como fornecedores de Bens e/ou Serviços (fornecedores ainda não cadastrados ou com cadastro inativo);
- Renovar seu cadastro (fornecedores cadastrados com CRCC válido);
- Alterar a linha de fornecimento de Bens e/ou Serviços (fornecedores cadastrados com CRCC válido).

## **2. DEFINIÇÕES**

**2.1. Certificado de Registro de Classificação Cadastral (CRCC):** documento fornecido à empresa que teve sua inscrição, renovação ou ampliação de escopo aprovada após análise pela Petrobras, indicando que, durante a sua validade, a empresa possui registro no Cadastro Corporativo de Fornecedores.

**2.2. Fornecedor de bens (materiais):** é o que produz e/ou comercializa um equipamento, material ou insumo de interesse da Petrobrás. Os fornecedores de bens são assim classificados:

**2.2.1. Fabricante comerciante:** é aquele que produz um equipamento, material ou insumo e o comercializa (assina contratos de fornecimento) diretamente com a Petrobrás;

**2.2.2. Fabricante não comerciante:** é aquele que produz um equipamento, material ou insumo e NÃO o comercializa diretamente com a Petrobrás. Nesse caso, a comercialização será realizada através de um distribuidor ou revendedores.

**2.2.3. Unidade Fabril:** quando o fabricante possui mais de uma unidade fabril (endereço distintos) qualificada para fornecer os produtos de sua linha. A unidade fabril não comercializa diretamente seus produtos, fazendo-o através do **fabricante comerciante** principal.

**2.2.4. Revendedor:** é o fornecedor que comercializa os materiais produzidos por terceiros, devidamente credenciado por este.

**2.2.4.1.** Os Revendedores de materiais que requerem qualificação técnica (RQT), só serão cadastrados se os respectivos Fabricantes possuírem famílias de material ativas ou tecnicamente qualificadas.

**2.2.4.2.** Serão automaticamente canceladas do Cadastro as Revendas referentes a Fornecedores de Bens RQT que venham a ser cancelados ou suspensos do cadastro.

**2.2.5. Distribuidor:** é o fornecedor de material(ais) nomeado pelo fabricante que não comercializa diretamente o(s) seu(s) produto(s).

**2.2.6. Fornecedor de Bens Tecnicamente Qualificado:** é aquele que tem seu cadastro ou renovação aprovada apenas nos aspectos técnicos, não vindo a receber o CRCC. A

participação desses fornecedores nas licitações fica restrita à modalidade de convite e a critério da Organização de Compras, que levará em consideração, entre outros, os riscos comerciais e a competitividade do mercado.

#### 2.2.7. Resumo:

Tipo de Fornecedor de Bens	Fabrica o bem	Comercializa	Existência de CRCC
Fabricante Comerciante	Sim	Sim	Sim
Fabricante não Comerciante	Sim	-	-
Unidade Fabril	Sim	-	-
Revendedor	-	Sim	Sim
Distribuidor	-	Sim	Sim
Fabricante comerciante tecnicamente qualificado	Sim	Sim	-
Fabricante não comerciante tecnicamente qualificado	Sim	-	-

**2.3. Fornecedor de Serviço:** é o que presta serviços e/ou executa obras em geral, desde que qualificado para um ou mais serviços de interesse permanente da Petrobras.

**2.4. Agregado/Representante:** é aquele que representa o Fornecedor de bens e/ou serviços comercialmente junto a Petrobras, através de escritório comercial do próprio Fabricante ou de pessoa física ou jurídica credenciada pelo mesmo.

2.4.1. Os Agregados não são registrados isoladamente na Petrobras, mas vinculados a um Fornecedor, que o credencia para agir como tal. Para credenciar um representante junto à Petrobras, o fornecedor cadastrado deve apresentar declaração, conforme [Anexo II-C](#).

2.4.2. O Agregado pode representar mais de um Fornecedor para uma mesma linha de produto(s). Entretanto não poderá participar, em uma mesma licitação, representando mais de um Fornecedor.

2.4.3. Os Fornecedores podem nomear um ou mais Agregados, por exemplo, para atendimentos regionalizados, podendo ser pessoas físicas ou jurídicas.

**2.5. Representante Legal:** é o representante obrigatório de empresa estrangeira, fornecedora de bens ou prestadora de serviços, que tem poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente em nome do Fornecedor, podendo ser pessoa física ou jurídica residente no Brasil ([Anexo VI](#)).

2.5.1. Caso o Fornecedor permita que o Representante Legal atue como seu Representante Comercial, até mesmo assinando propostas e contratos em nome do Fornecedor, deve emitir declaração específica na licitação ou acrescentar tal autorização a sua carta de credenciamento.

**2.6. Lista de Referência:** relação de Fornecedores mantida por órgãos operacionais da Petrobras, contemplando materiais e/ou serviços de pequeno valor e complexidade, objetos de compras eminentemente locais, não cadastrados de forma centralizada ou corporativa.

**2.7. Bens que Requerem Qualificação Técnica (RQT):** equipamentos ou materiais cuja performance no processo industrial da Petrobras podem comprometer a continuidade, ameaçar a



segurança das pessoas, instalações ou meio ambiente, e os produtos que, incluídos no processo produtivo como matéria prima, podem comprometer a qualidade do produto final da Companhia.

**2.8. Bens que NÃO Requerem Qualificação Técnica (NRQT):** materiais e equipamentos constantes do cadastro centralizado da Petrobras por serem considerados relevantes para a Companhia.

**2.9. Serviços Críticos:** serviços indicados pelas áreas de Negócios da Petrobras cujo desempenho, confiabilidade e garantia do contrato, além do atendimento aos requisitos de SMS, são considerados vitais para a atividade fim da Petrobras.

#### **2.10. Famílias de Bens e Serviços:**

**2.10.1. Famílias de Materiais/Equipamentos:** conjunto de materiais assemelhados ou afins, fabricados e/ou comercializados por um determinado conjunto de fornecedores qualificados.

[Famílias de Materiais ROT e seus requisitos para cadastramento](#)

[Famílias de Materiais NROT.](#)

**2.10.2. Famílias de Serviços:** lista de serviços de interesse permanente da Petrobras em que, os Fornecedores de Serviços ou executantes de obras podem ser cadastrados para fornecimento.

[Famílias de Serviços e seus requisitos para cadastramento.](#)

### **3. O CADASTRO DE FORNECEDORES DA PETROBRAS**

**3.1. Conceito:** o Cadastro de Fornecedor da Petrobras consiste em um conjunto de informações sobre fornecedores, nacionais e estrangeiros, habilitados a participarem de licitações na Petrobras, efetuado em base de dados única disponível para toda a Companhia (Organização de Compras) e contendo, entre outras, as seguintes informações:

- dados do fornecedor (razão social, endereço, etc.);
- linha de produtos e/ou serviços;
- resultados das avaliações da situação econômico-financeira;
- resultados das avaliações da capacidade técnica;
- resultados das avaliações dos critérios de Segurança, Meio ambiente e Saúde - SMS;
- requisitos técnicos atendidos;
- resultados das avaliações dos critérios gerencial/responsabilidade social;
- ocorrências resultantes do relacionamento comercial e da performance do produto;
- tipos de inspeção de fabricação para os materiais que requerem qualificação técnica do fabricante;
- avaliações de desempenho do fornecedor nas suas relações com a Companhia.

#### **3.2. Órgãos de cadastramento:**

**3.2.1.** O Cadastramento de fornecedores de bens que requerem qualificação técnica (RQT), de prestadores de serviços críticos e de fornecedores estrangeiros de bens e/ou serviços é executado exclusivamente por MATERIAIS.

[Organizações de Compras para Cadastramento Centralizado](#)

3.2.2. O Cadastramento de fornecedores de bens que não requerem qualificação técnica (NRQT) e de serviços de interesse permanente, com exceção dos críticos, é executado por COMPARTILHADOS/RSPS (São Paulo), COMPARTILHADOS/RNNE (Salvador), UN-REGAP (Belo Horizonte) e UN-RNNE (Natal).

[Organizações de Compras para Cadastramento Centralizado](#)

**Nota:** Caso a linha de fornecimentos da empresa contemple bens RQT e NRQT e/ou serviços críticos e não críticos, o cadastramento será realizado por MATERIAIS.

3.2.3. O registro de fornecedores cujos materiais e/ou serviços NÃO sejam cadastrados nos órgãos acima, deve ser realizado junto as Organizações de Compras da Companhia com os quais o fornecedor tenha interesse em manter relacionamento comercial, solicitando sua inclusão nas respectivas Listas de Referências locais.

[Materiais não cadastráveis de forma centralizada](#)

[Organizações de Compras da Petrobras](#)

#### 3.2.4. Resumo:

Organizações de Compras	Bens RQT	Bens NRQT	Serviços Críticos	Serviços de interesse permanente	Bens e Serviços não centralizados
MATERIAIS	Sim	-	Sim	-	-
COMPARTILHADOS/RNNE	-	Sim	-	Sim	-
COMPARTILHADOS/RSPS	-	Sim	-	Sim	-
UN-REGAP	-	Sim	-	Sim	-
UN-RNCE	-	Sim	-	Sim	-
Demais Organizações de Compras	-	-	-	-	Sim

### 3.3. Processo de cadastramento:

A inscrição no Cadastro Corporativo da Petrobras de empresas nacionais e estrangeiras é realizada por intermédio do Portal de Cadastro na Internet e, pode abranger todas as etapas do processo de cadastramento a seguir descrito.

**Nota:** os processos a seguintes referem-se a todas as etapas previstas para o cadastramento do fornecedor. As etapas de visita a sede e visita de campo são requeridas em função da peculiaridade do material ou serviço e do mercado fornecedor.

3.3.1. **Pré-cadastro:** é o primeiro contato da empresa com o Portal de Cadastro. Nesta etapa o fornecedor informa seus dados principais, indica uma pessoa de contato e um e-mail com o qual se dará o relacionamento entre a empresa e o Cadastro de Fornecedores. Deve, ainda, selecionar as famílias de bens e/ou de serviços que deseja fornecer e/ou prestar, e manifestar formalmente seu interesse de se integrar ao Cadastro Corporativo da Petrobras através do envio da Carta de Compromisso.

Após o recebimento da Carta de Compromisso e confirmados os dados previamente cadastrados, questionários serão montados automaticamente contendo somente os indicadores pertinentes aos Critérios de Cadastramento, conforme os requisitos exigidos para as famílias de bens e serviços anteriormente selecionadas.



3.3.2. **Auto avaliação:** consiste no preenchimento dos questionários por parte da empresa, apresentando as informações requeridas por cada critério e anexando a documentação exigida de forma eletrônica.

**Nota:** O preenchimento do questionário não implicará na inscrição automática no Cadastro de Fornecedores da Petrobras. Tal evento dependerá de avaliação interna e de pareceres favoráveis quanto às questões econômico-financeiros, jurídico-fiscais e técnicas.

3.3.3. **Pré-avaliação:** consiste na análise de dados por uma equipe de avaliadores da Petrobras, especialistas nas áreas correspondentes aos diferentes critérios, após o completo preenchimento do questionário por parte da empresa.

Nesta etapa será atribuída uma nota de 0 a 10 para todos os critérios. Caso tenham sido realizadas visitas por avaliadores da Petrobras na sede da empresa e/ou em campo, as notas referentes aos critérios Técnico, SMS e Gerencial somente serão consolidadas após estas visitas.

3.3.4. **Avaliação na sede:** nesta etapa é realizada visita na sede da empresa, para avaliação Técnica, SMS e Gerencial, por equipe da Petrobras ou por esta designada. Esta etapa é opcional e é requerida em função da peculiaridade do material ou serviço e do mercado fornecedor.

3.3.5. **Avaliação de campo** (apenas para prestadores de serviços): nesta etapa é feita visita nas obras, para avaliação Técnica, SMS, e Gerencial, por equipe da Petrobras ou por esta designada. Esta etapa é opcional e é requerida em função da peculiaridade do material ou serviço e do mercado fornecedor.

3.3.6. **Consolidação:** nesta etapa são feitas a análise final e a consolidação dos resultados. A empresa é cadastrada nos sistemas da Petrobrás e tem o CRCC emitido.

As avaliações e informações do cadastro da empresa, ficam disponibilizadas para utilização por toda a Companhia visando a seleção de fornecedores para licitações e contratações.

**Nota:** em função do resultado da análise dos questionários preenchidos pelo fornecedor, a Petrobras poderá vir a colocar restrições sobre a concessão de adiantamentos ou limitações na linha de fornecimentos, bem como na validade do CRCC.

#### **3.4. Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC:**

3.4.1. O fornecedor que atender a todos os critérios para cadastramento terá os seus dados colocados à disposição de todas as Organizações de Compras da Companhia através de sistema corporativo informatizado e, obterá o Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC.

3.4.2. O CRCC terá validade de, no máximo, 01 (um) ano, em conformidade com o item 4.3 do Decreto No. 2.745, de 24/08/98, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobrás.

3.4.3. Os Revendedores de materiais que requerem qualificação técnica, só serão cadastrados se os respectivos Fabricantes, além de cadastrados, também estiverem Ativos ou Tecnicamente Qualificados, respectivamente.

3.4.4. As Revendas e Distribuições de fabricantes de bens que requerem qualificação técnica que venham a ser cancelados ou suspensos do cadastro, terão estes fabricantes automaticamente canceladas e retirados do seu CRCC.

3.4.5. O uso indevido do CRCC constitui falta grave passível de sanções cadastrais, podendo a empresa ficar impedida de transacionar com todo o Sistema Petrobras.

### **3.5. Situações do fornecedor no cadastro (status):**

O fornecedor inscrito no cadastro corporativo da Petrobras pode estar em distintas situações ("status") registradas nos sistemas de informação da Companhia, de acordo com a sua regularidade perante o cadastro e o seu relacionamento técnico e comercial com os órgãos da Petrobras.

As diversas situações de um fornecedor são representadas pelas **situações de seus fornecimentos**, a saber:

3.5.1. **Ativo – "A":** é atribuído aos fornecimentos dos fornecedores que atenderem aos critérios de cadastramento e que estejam com estes critérios atualizados.

3.5.2. **Qualificado tecnicamente – "Q":** refere-se somente aos fabricantes de bens que requerem qualificação técnica (RQT). É atribuído aos fornecimentos do fabricante que tem seu cadastro ou renovação aprovada apenas nos aspectos técnicos, não recebendo o CRCC, mas permanecendo nos sistemas para consulta.

Após o vencimento do CRCC, caso a certificação do sistema da qualidade do fabricante esteja válida, este terá os seus fornecimentos passados automaticamente para "Q". As revendas e distribuições desses fabricantes permanecem com sua situação inalterada. O fabricante com situação "Q" cuja certificação do sistema da qualidade venha a vencer sem que este tenha iniciado os procedimentos de renovação, terá a sua situação passada para Cancelado. As revendas e distribuições terão excluídas do seu CRCC os fornecimentos desses fabricantes

3.5.3. **Cancelado – "C":** o fornecedor cuja validade do CRCC tenha expirado há mais de 90 dias terá os seus fornecimentos passados automaticamente para Cancelado, não estando mais disponível para consulta pelas Organizações de Compras da Companhia. O fornecedor que tiver sua situação passada para Cancelado deverá, caso deseje retornar a sua situação de Ativo, seguir os procedimentos de inscrição.

3.5.4. **Suspenso – "S":** é atribuído ao fornecedor que for suspenso do cadastro corporativo ou local. A validade do seu CRCC permanece inalterada, porém o fornecedor fica proibido durante a vigência da sanção, de participar de licitações no âmbito da Petrobras (suspensão corporativa) ou das Organizações de Compras nas quais foi suspenso (suspensão local).

### **3.6. Sistema de consequências:**

O desempenho do fornecedor, ao longo do seu relacionamento com a Petrobras, é um dos fatores observados na seleção das empresas pelas Organizações de Compras.

O Sistema de Consequências estabelece diretrizes gerais para os órgãos da Companhia na aplicação de elogios e sanções administrativas.

Os dados provenientes de ferramentas e programas adotadas pela Petrobras relacionados a fornecedores e ao desempenho de seus fornecimentos, ocorrências resultantes do relacionamento comercial e da performance do produto, consubstanciadas no Sistema de Consequências, fornecem subsídios para cadastramento e reclassificação das empresas.



#### 3.6.1. Consequências:

- **Elogio:** ato de reconhecimento à empresa pelos resultados apresentados quanto ao atendimento aos requisitos contratuais estabelecidos;
- **Premiação:** ato de reconhecimento público da Petrobras à empresa quanto ao desempenho em áreas específicas de interesse da Companhia. A premiação pode ser corporativa ou local;
- **Advertência:** sanção a ser aplicada em face de prática, por parte do fornecedor, de infrações de natureza leve da qual não resultem prejuízos a bens, instalações e/ou pessoal da Petrobras;
- **Suspensão:** sanção a ser aplicada quando forem praticados atos que sejam suficientes à realização de propósito desejado que puder causar, ou tenha causado, dano à Petrobras ou ainda quando houver reiteração de falhas técnicas que possam comprometer a segurança de bens ou pessoas e a perfeição do objeto contratual. Importará na impossibilidade temporária de contratar com a Petrobras e de requerer a renovação ou a interrupção temporária da validade do CRCC. A suspensão poderá ser local ou corporativa.
- **Cancelamento do Cadastro:** sanção a ser aplicada em face da decretação de falência, dissolução ou liquidação da empresa, pela declaração de inidoneidade da empresa pela prática de qualquer ato ilícito, por deficiências técnicas ou comerciais, ou a requerimento do interessado.
- **Declaração de Inidoneidade:** sanção a ser aplicada na hipótese de infração de natureza grave em que esteja presente o dolo na prática de ato lesivo à lei ou ao interesse da Petrobras, não podendo assinar qualquer instrumento contratual.

#### 3.6.2. Principais ferramentas e programas da Petrobras que interagem no Sistema de Consequências.

- **Boletim de Avaliação de Desempenho (BAD):** destina-se a registrar a avaliação técnico-gerencial das empresas contratadas. A avaliação consiste de notas, de 0 a 10, atribuídas a cada elemento objeto da avaliação.
- **Comunicação de Ocorrência de Divergência (COD):** é o documento de formalização da ocorrência de algum tipo de divergência de ordem técnica ou comercial, quando no atendimento a um contrato para fornecimento de um bem ou para prestação de um serviço. Objetiva acionar o fabricante do material para que efetue a análise das causas das divergências, implementando ações corretivas em seu Sistema da Qualidade para minimizar a possibilidade de que essas divergências venham a ocorrer novamente.
- **Programa de Garantia da Qualidade de Materiais e Serviços Associados (PGQMSA):** objetiva atuar proativamente no fornecedor, no sentido de contribuir para o aumento da disponibilidade e confiabilidade das instalações, permitindo desempenho de alta performance e operações seguras e não agressivas ao meio ambiente.
- **Inspeção de Fabricação:** é a atividade desenvolvida pela PETROBRAS, através de seus órgãos de inspeção ou por empresas por ela contratadas, com o objetivo de verificar, nas instalações do fornecedor, a conformidade dos produtos fabricados com os documentos contratuais.
- **Auditoria Técnica de Fornecimento (ATF):** visa verificar se os fornecedores certificados por terceira parte estão observando, contratualmente, o cumprimento da norma NBR ISO 9000.

### 3.7. Participação em licitações:

3.7.1. O fato de uma empresa estar cadastrada como fornecedora de determinado Bem e/ou Serviço não lhe assegura o direito de participar de licitações que a Petrobras venha a



realizar. Seu desempenho técnico e comercial ao longo do relacionamento com a Petrobras é um dos fatores observados na seleção das empresas pelas Organizações de Compras.

3.7.2. Os fornecedores inscritos no Cadastro de Fornecedores da Petrobras e com CRCC não necessitam apresentar os documentos que comprovem as capacidades Jurídico-fiscal, Econômico-financeira, Técnica, SMS e Gerencial/Responsabilidade Social nas licitações no âmbito da Petrobras que contemplem os Bens e Serviços para os quais estão qualificados, necessitando, tão-somente, a apresentação do CRCC válido em substituição àqueles documentos.

3.7.3. Requisitos adicionais podem ser exigidos nas fases de licitação ou no ato da contratação ou de pagamento. Como por exemplo, por força de legislação específica, o fornecedor tem que estar em dia com o FGTS quando da adjudicação da compra e dos pagamentos, independente de estar com o cadastro atualizado (ou seja, o CRCC dentro do prazo de validade). Considerando que o cadastramento é feito por família de bens e serviços, os bens e os serviços destinados a uma aplicação específica podem demandar um requisito adicional não previsto por ocasião do cadastramento.

3.7.4. A participação de fornecedores de bens tecnicamente qualificados, situação “Q”, fica restrita à modalidade de convite, a critério da Organização de Compra, que levará em consideração, entre outros, os riscos comerciais e a competitividade do mercado.

3.7.5. Os CRCC das empresas estrangeiras são válidos somente para participação em licitações internacionais, onde é permitido o pagamento em moeda estrangeira. Os seus representantes não podem apresentar propostas em reais, utilizando CRCC de fornecedor estrangeiro. Para possibilitar a participação em licitações nacionais, o fornecedor estrangeiro terá de nomear um revendedor no Brasil.

### **3.8. Obrigações do fornecedor perante o Cadastro de Fornecedores:**

3.8.1. Manter os seus dados atualizados. As alterações na sua organização e na sua linha de fornecimento (incluindo descontinuidade e obsolescência de produtos), tais como, endereço, e-mail, telefone, fax e contato, devem ser imediatamente comunicados.

3.8.2. Manter atualizadas todas as certidões e demais documentos exigidos para cadastramento que possuam validade.

3.8.3. Manter anualmente atualizadas suas informações financeiras, com a apresentação do Balanço e Demonstrações Contábeis do último exercício social.

O Balanço e as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício social somente serão considerados para análise nos processos de cadastramento e renovação do CRCC, até o final do quarto mês consecutivo ao encerramento do último exercício social. Após esta data, o fornecedor fica obrigado a apresentar o balanço e as demonstrações contábeis do último exercício social.

3.8.4. Iniciar os procedimentos de renovação, pelo menos, **30 (trinta) dias antes da data do término da validade do CRCC.**

## **4. CRITÉRIOS PARA CADASTRAMENTO**

A Petrobras, buscando sintetizar seus procedimentos nos moldes dos atuais mecanismos internacionais de gestão e de avaliação de empresas, estabeleceu o monitoramento de 5 critérios para aferir a capacidade das empresas na produção de bens e na gerência de contratos que exigem altos níveis de excelência.

Cada conjunto desses critérios se desdobra em Indicadores, que se estruturam em Requisitos, gerando um universo de dados, cujo detalhamento representa um significativo aumento de confiabilidade na seleção de fornecedores.

Os Requisitos ou Índices estão vinculados às questões a serem respondidas pelos fornecedores. As respostas dadas pelas empresas são mensuradas de três formas:

- **Fórmulas**, ex.: Indicador de Rentabilidade no critério econômico;
- **Análise das descrições**, ex.: Indicador de Instalações Administrativas no critério técnico;
- **Comprovação por documentos**, ex.: Indicador de capacidade jurídica no critério legal

Os critérios e correspondentes índices e requisitos descritos a seguir, referem-se a todos aqueles possíveis de serem exigidos para o cadastramento do fornecedor. Alguns indicadores são obrigatórios e o seu não atendimento impossibilita a efetivação do cadastro. Outros, somente classificatórios e a sua exigência é função da especificidade do material ou da criticidade do serviço.

**Nota:** o fornecedor deverá atender somente aos requisitos e índices específicos requeridos pelos bens e/ou serviços objeto do seu cadastramento, os quais fazem parte dos questionários elaborados automaticamente pelo Portal de Cadastro para preenchimento pela empresa.

**4.1. Critério Técnico:** visa avaliar a capacidade técnica da empresa para a produção de bens e/ou prestação de serviços, avaliando os recursos necessários para o bom desempenho dos equipamentos e dos materiais a serem fornecidos e/ou dos serviços a serem executados.

[Veja quais são os requisitos e indicadores do Critério Técnico.](#)

**4.2. Critério Econômico:** busca evidências da solidez econômica de forma a assegurar que a empresa possa dar continuidade e concluir fornecimentos e/ou os serviços. Os dados de Balanço Patrimonial e de demonstrações Financeiras geram indicadores confiáveis para prever e monitorar o desempenho econômico.

[Veja quais são os requisitos e indicadores do Critério Econômico.](#)

**4.3. Critério Legal:** objetiva conhecer e acompanhar a regularidade das empresas no cumprimento de suas obrigações junto ao mercado, aos órgãos de governo e à sociedade. Além da análise documental, utiliza instrumentos que permitem o levantamento direto de informações sobre certidões e documentos emitidos por entidades fiscais possibilitando a atualização freqüente dos indicadores de cumprimento da regularidade fiscal e tributária.

[Veja quais são os requisitos e indicadores do Critério Legal.](#)

**4.4. Critério SMS (Saúde, Meio ambiente e Segurança):** tem por objetivo conhecer o grau de implementação das questões de Saúde, Meio Ambiente e Segurança, valorizando e estimulando as certificações segundo as normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

[Veja quais são os requisitos e indicadores do Critério SMS.](#)

**4.5. Critério Gerencial/Responsabilidade Social:** visa conhecer a postura Gerencial e de Responsabilidade Social das empresas, avaliando o compromisso com a qualidade e melhoria



continua, valorizando e estimulando a certificação segundo a norma ISO 9001 e alavancando, de forma explícita, o maior envolvimento de participação das empresas no contexto social. [Veja quais são os requisitos e indicadores do Critério Gerencial/Responsabilidade Social.](#)

## **5. CADASTRAMENTOS ESPECIAIS**

### **5.1. DISTRIBUIDORES E REVENDEDORES**

5.1.1. Os Distribuidores e Revendedores de materiais que requerem qualificação técnica (RQT), somente poderão requerer o seu cadastramento se os fabricantes dos quais pretendam comercializar os produtos/equipamentos estiverem previamente inscritos no cadastro corporativo.

5.1.2. São incluídas na linha de fornecimento dos distribuidores e/ou revendedores somente as famílias de materiais para as quais o fabricante do material/produto tiver sido qualificado. No caso de distribuição, todas as famílias de materiais que foram qualificadas passam a fazer parte da linha de fornecimento do distribuidor. Nas vendas, somente as famílias que forem discriminadas pelo fabricante constarão na linha de fornecimento do revendedor.

5.1.3. Alterações de cancelamento de famílias nos fornecimentos do fabricante são automaticamente repassadas para o respectivo fornecimento do seu distribuidor/revendedor.

5.1.4. Inclusões de novas famílias e a ativação de famílias canceladas na linha de fornecimento do fabricante são repassadas para a linha de fornecimento do seu distribuidor. No caso de venda, essas alterações são estudadas caso a caso, de acordo com o credenciamento dado pelo fabricante a seu revendedor.

5.1.5. Os distribuidores e revendedores devem cumprir com todas as exigências obrigatórias constantes dos Requisitos Técnico, Econômico e Legal próprios e apresentar a comprovação dos Requisitos Técnicos de todos os fabricantes dos quais os produtos pretendam comercializar. No caso de fornecimento de materiais que requerem qualificação técnica (RQT), devem comprovar ainda, o requisito Certificação ISO 9001:2000 dos fabricantes, constante do Critério Gerencial/Responsabilidade Social.

Além disso, deverão apresentar, de cada fabricante, a documentação a seguir, que lhe for pertinente:

5.1.5.1. **Credenciamento de Venda:** nos casos de venda. O fornecedor deverá apresentar carta(s) de credenciamento do(s) Fabricante(s) do(s) material(is)/equipamento(s), informando o(s) produto(s) credenciado(s), conforme [Anexo II-A](#).

Esta declaração pode ser dispensada caso a empresa revendedora comprove ser controlada, de forma majoritária, por sua matriz.

5.1.5.2. **Credenciamento de Distribuição:** nos casos de distribuição. O fornecedor deverá apresentar carta(s) de credenciamento do(s) Fabricante(s) do(s) material(is)/equipamento(s), informando o(s) produto(s) credenciado(s), conforme [Anexo II-B](#).

Esta declaração pode ser dispensada caso a empresa distribuidora comprove ser controlada, de forma majoritária, por sua matriz.

**5.1.5.3. Garantia e Compromisso de Inspeção:** os distribuidores e revendedores de materiais que requerem qualificação técnica devem apresentar o Garantia e Compromisso de Inspeção, conforme o modelo apresentado no [Anexo III](#).

**Nota 1:** As cartas de credenciamento e garantia e compromisso de inspeção deverão ser apresentadas em papel timbrado do fabricante, citando local e data, com assinatura do representante da empresa, bem como o nome datilografado e o cargo que ocupa, e serão aceitas até, no máximo, 6 meses contados da data de sua emissão.

**Nota 2:** As cartas de credenciamento e garantia e compromisso de inspeção emitidas por fornecedores estrangeiros deverão ser notariadas, autenticadas pelo consulado brasileiro no país respectivo e traduzidas para o português por tradutor público juramentado, se apresentados em outro idioma.

## **5.2. MATRIZES E FILIAIS**

As unidades do fornecedor com potencial de assinar contratos com a Petrobras, bem como emitir notas fiscais para entrega do material, deverão estar devidamente cadastradas.

Nos casos em que matriz e filial(is) estejam estabelecidas em locais diferentes, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

5.2.1. A matriz deve comprovar todos os indicadores obrigatórios constantes dos Critérios Legal e Econômico, referente ao seu CNPJ.

**Nota:** caso a matriz declare que não recolhe determinado(s) tributo(s), quando, por exemplo, exerce apenas atividades administrativas, o seu recolhimento deve ser comprovado pela(s) respectiva(s) filial(is).

5.2.2. A(s) filial(is) deverá(ão) apresentar, além do seu Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e do seu Cartão de inscrição no Cadastro Estadual de Contribuintes (I.E), toda a documentação relativa à Dívida Ativa da União, fazendas federal e estadual referente(s) ao(s) seu(s) CNPJ(s).

**Nota:** nos casos em que o(s) tributo(s) da(s) filial(is) seja(m) recolhido(s) centralizadamente pela Matriz, deverá ser apresentada declaração neste sentido e o(s) seu(s) recolhimento(s) deverá(ão) ser comprovado(s) pela Matriz.

5.2.3. As filiais, caso possuam, devem apresentar balanço e demonstrações contábeis próprias. Caso contrário, devem apresentar os referidos documentos da matriz acompanhados de declaração desta informando que as filiais não os elaboram em separado.

5.2.4. Tanto a matriz quanto a filial(ais), deverão atender aos Requisitos Técnicos e Gerencial/Responsabilidade Social obrigatórios (Certificado ISO 9001:2000) que lhe forem pertinentes, em conformidade com o tipo de fornecedor no qual matriz e filial(ais) se enquadrarem.

## **6. PROCEDIMENTOS PARA CADASTRAMENTO**

### **6.1. INSCRIÇÃO**

Os procedimentos de inscrição devem ser observado pelos fornecedores:



- não cadastrados (todos os Passos);
- cadastrados e cuja validade do CRCC tenha expirado há **mais** de 90 dias (somente Passo 3); e
- cadastrado e cujas informações, migradas de sistemas anteriores (Cadastro Corporativo, Progefe), ainda não tenham sido atualizadas pelo fornecedor no Portal de Cadastro (somente Passo 3).

6.1.1. **Passo 1:** Seleção dos materiais/serviços a serem comercializados/prestados à Petrobras.

6.1.1.1. **Fornecedor de bens:** verificar se os materiais a serem comercializados são cadastrados de forma centralizada, isto é, são objetos de cadastro corporativo.

- a. Cadastro Corporativo (materiais RQT e NRQT): enquadrar cada material, equipamento ou insumo que pretenda fornecer à Petrobrás, em uma, e somente em uma, das famílias de material.

**Nota:** durante a consulta à relação de famílias de materiais para o enquadramento do(s) material(ais) que deseja fornecer, a empresa deverá verificar se certificados/requisitos específicos são solicitados para o seu fornecimento. No caso de exigência de certificado, este deverá ser anexado a documentação a ser apresentada. Caso haja exigência de teste de aceitação por órgão da Petrobras, o fornecedor deverá consultar MATERIAS que o orientará como proceder.

[Famílias de Materiais RQT e seus requisitos para cadastramento](#)  
[Famílias de Materiais NRQT](#)

- b. Lista de Referência: materiais não constantes do cadastro centralizado, isto é, que não são objeto de cadastro corporativo.  
[Materiais não cadastráveis de forma centralizada](#)

6.1.1.2. **Fornecedor de serviços:** deve enquadrar os serviços que pretenda prestar à Petrobrás nas famílias de serviços.

[Famílias de Serviços e seus requisitos para cadastramento.](#)

6.1.2. **Passo 2:** Determinação do tipo de fornecedor e respectivos critérios para cadastro (somente para fornecedores de bens).

São exigidos para cadastramento requisitos específicos de acordo com o tipo de fornecedor. As diversas combinações entre os tipos fabricante-comerciante, revendedor e distribuidor são possíveis.

[Tabela dos tipos de fornecedores e critérios para cadastramento](#)

6.1.3. **Passo 3:** Selecionar o procedimento de inscrição adequado.

6.1.3.1. Fornecedores nacionais e estrangeiros de bens RQT e NRQT e fornecedores de serviços.

[Inscrição no Portal de Cadastro](#)

6.1.3.2. Fornecedores de Lista de Referência: a empresa deverá entrar em contato diretamente com a(s) Organização(ões) de Compras com a(s) qual(ais) deseja manter







# Manual de Procedimentos Internos

Reprodução Proibida – Direitos Autorais GlobalBIX S.A.

# ÍNDICE

## **I. CREDENCIAMENTO DE CLIENTE**

<b>Conceito</b>	<b>1</b>
<b>Procedimentos</b>	<b>2</b>
<b>Critérios para o Credenciamento</b>	<b>3</b>
<b>Atualização Cadastral</b>	<b>4</b>
<b>Suspensão e Cancelamento do Credenciamento</b>	<b>5</b>

## **II. REGISTRO DO CONTRATO MERCANTIL**

<b>Conceito</b>	<b>6</b>
<b>Procedimentos</b>	<b>7</b>
<b>Critérios para o Registro do Contrato Mercantil</b>	<b>9</b>
<b>Parâmetros de Registro do Contrato Mercantil</b>	<b>10</b>

## **III. PRÉ-NEGOCIAÇÃO**

10

## **IV. NEGOCIAÇÃO**

11

## I. Credenciamento de Clientes

### Conceito

O Credenciamento de Clientes consiste na reunião de documentos e informações da Empresa, visando habilitá-la a participar do Sistema GlobalBIX.

Para o Credenciamento de Cliente, o Instituto de Normas Mercantis - INM solicita que sejam cumpridas as exigências descritas na Resolução nº 06-B/04, quais sejam:

- a. ser pessoa jurídica de direito privado ou público, nacional ou estrangeira;
- b. estar em pleno gozo dos direitos de exercer seus objetivos sociais ou institucionais, os quais devem ser compatíveis com as atividades previstas para os Clientes credenciados do Sistema;
- c. ser empresa ou órgão habilitado a proceder a comercialização de bens, produtos e serviços de qualquer natureza, admitidos à negociação no Sistema;
- d. enviar, ao Instituto de Normas Mercantis – INM, carta proposta de credenciamento, assinada e com firma reconhecida, em papel timbrado da empresa, conforme o modelo anexo a esta Resolução, contendo autorização para consulta aos órgãos de informações cadastrais;
- e. assinar e reconhecer firma do Instrumento Específico de Acordo Operacional, em duas vias, comprometendo-se a fazer cumprir o Regulamento Operacional e demais normas e procedimentos do Sistema, em especial no que dizem respeito às atividades dos Clientes credenciados;
- f. apresentar autorização ou credenciamento oficial da atividade exercida, quando exigido por norma legal, ou administrativa;
- g. apresentar cópia autenticada do Contrato Social e respectiva(s) Alteração(ões) ou Estatuto Social e última Ata de Assembléia Geral para eleição da diretoria, registradas no órgão competente;
- h. apresentar cópia autenticada da(s) Procuração(ões) do(s) Representante(s) Legal(is) e/ou Procurador(es) que assina(m) o Acordo Operacional, e do(s) Usuário(s) Master(s) responsável(eis) pelo relacionamento com o Sistema, caso o(s) mesmo(s) não exerça(m) funções de gestão contempladas em seu estatuto ou contrato social;
- i. apresentar, quando existir apontamentos de restrições no cadastro da Empresa, junto aos órgãos de informações cadastrais, ou por solicitação do Instituto de Normas Mercantis – INM, os seguintes documentos:

- um relatório explicativo da(s) pendência(s), devidamente assinado pelo representante legal, ou pelo advogado da Empresa, quando se tratar de ações judiciais;
- cópia dos 3 (três) últimos Balanços Patrimoniais e respectivos demonstrativos de resultados (DRE), e último balancete, se decorridos mais de 6 meses do encerramento do último exercício, assinado pelo representante legal da empresa e pelo contador.
- certidões de distribuições de ações e execuções cíveis, execuções estaduais e municipais, certidão de distribuição de ações emitida pela Justiça Federal, certidão de protestos e demais certidões que o INM vier a solicitar;

## Procedimentos

O Credenciamento de Clientes é realizado por uma equipe técnica que recebe da EDN – Empresa de Desenvolvimento de Negócios, os documentos e informações da Empresa, analisa e imputa os dados recebidos no Sistema Operacional.

Dentre as análises e procedimentos realizados, temos:

- a) Conferência dos dados da Empresa e a situação de seu CNPJ no site da Receita Federal – esta conferência permite conferir se os dados informados pela Empresa estão de acordo com os dados da Receita Federal, bem como permite saber se o CNPJ informado está ativo, inativo, inapto ou cancelado;
- b) Consulta das Informações Cadastrais da Empresa junto ao Serasa - esta consulta fornece informações sobre os dados cadastrais da Empresa, bem como informa a existência de apontamentos como protesto, emissão de cheques sem fundo, ações de execução e pendências financeira junto à bancos e outras entidades;
- c) Identificação dos Representantes Legais da Empresa – são analisados e identificados os representantes legais da Empresa, identificando ainda os poderes e forma de assinatura, visando imputar no Sistema Operacional informação clara e objetiva que facilite a conferência dos documentos assinados pela Empresa;
- d) Análise e Cadastramento do Objeto Social da Empresa – este procedimento é importante para adequar o cliente em seu setor de negócios, bem como para análise e comparação



com o objeto de Contrato Mercantil que venha a ser apresentado para registro no Sistema GlobalBIX pelo Cliente;

- e) Solicitação de Certidões – quando a Empresa que está propondo o credenciamento apresenta apontamento em seu cadastro junto ao Serasa, solicitamos as seguintes certidões: (i) certidão de distribuições de ações e execuções cíveis; (ii) certidão de execuções estaduais e municipais; (iii) certidão de distribuição de ações emitida pela Justiça Federal; e (iv) certidão de protestos. Estas certidões visam confirmar a situação real da Empresa, para verificar se há alguma situação que impeça o credenciamento, bem como para disponibilizar informações claras e transparentes aos demais participantes que farão negócios com a Empresa.
- f) Solicitação de Relatório Explicativo – este relatório é solicitado sempre que a Empresa apresenta qualquer apontamento em seu cadastro junto ao Serasa ou em suas Certidões.

## **Critérios para o Credenciamento**

Para o Credenciamento de uma Empresa como Cliente do Sistema GlobalBIX, além de atender às exigências da Resolução nº06-B/04, é necessário que a Empresa se enquadre nos critérios abaixo descritos:

- a) Estar com o CNPJ ativo na Receita Federal;
- b) Não possuir protestos de títulos que somem valor acima de 5% (cinco por cento) do PL da Empresa;
- c) Não possuir emissão de cheques sem fundo;
- d) Não possuir apontamentos de restrições ou pendências financeiras que somem valor acima de 5% (cinco por cento) do PL;
- e) Não possuir Ações de Execução Cível ou Fiscal com valor acima de 5% (cinco por cento) do PL;
- f) Não estar sob processo de recuperação judicial ou extra-judicial;
- g) Não possuir pedidos de falência; e,
- h) Não possuir histórico de não performance (declaração do fornecedor).

## Atualização Cadastral

O Sistema GlobalBIX realiza a Atualização Cadastral dos clientes credenciados visando manter os dados do Sistema Operacional sempre atualizado, buscando maior transparência nas relações entre Cliente e investidor. Desta forma, o Sistema GlobalBIX desenvolveu 3 formas de atualização cadastral:

1. Atualização Anual – a cada um ano, à contar do deferimento do credenciamento da Empresa como Cliente do Sistema GlobalBIX, há a necessidade da atualização dos documentos e informações do Cliente, conforme abaixo relacionados:

- a) Cópia autenticada da Alteração do Contrato Social, ou Atas de Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias (se houver);
- b) Cópia autenticada da(s) procuração(ões) outorgadas pela Empresa (se houver);
- c) Cópia do Balanço Patrimonial e respectivo DRE do último exercício;

2. Atualização Pré-Operação – Para Clientes Credenciados há mais de 6 (seis) meses, que encaminham contrato mercantil para ser registrado no Sistema GlobalBIX, temos como procedimento encaminhar carta solicitando os documentos abaixo relacionados:

- a) Cópia autenticada da Alteração do Contrato Social, ou Atas de Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias (se houver);
- b) Cópia autenticada da(s) procuração(ões) outorgadas pela Empresa (se houver);
- c) Cópia do último Balancete;

3. Atualização por Alteração de Dados Cadastrais – Sempre que ocorrer alteração dos dados cadastrais informados pela consulta ao Serasa, ou seja, quando houver novos apontamentos de restrições cadastrais no cadastro do Cliente junto ao Serasa, o Sistema GlobalBIX tem como procedimento solicitar as informações e documentos abaixo relacionados:

- a) relatório explicativo da(s) pendência(s) e/ou apontamentos no cadastro, devidamente assinado pelo representante legal, bem como pelo advogado da Empresa, quando se tratar de ações judiciais;
- b) cópia do último balancete, assinado pelo representante legal da empresa e pelo contador;

- f) Em outras situações que o Sistema GlobalBIX entender ser necessário para resguardar os direitos dos demais participantes do Sistema.

**2. Cancelamento do Credenciamento** – O Cancelamento do Credenciamento é o ato pelo qual é retirado da Empresa, o status de Cliente Credenciado do Sistema GlobalBIX, impossibilitando a Empresa de acessar e negociar no âmbito do Sistema. O Cancelamento do Credenciamento poderá se dar nas seguintes hipóteses:

- a) Por solicitação do Cliente;
- b) Por descumprimento reiterado das obrigações previstas no Regulamento Operacional ou em qualquer outra norma do Sistema GlobalBIX;
- c) Por descumprimento de contrato firmado no âmbito do Sistema GlobalBIX;
- d) Caso o Cliente passe a não atender aos critérios de credenciamento do Sistema GlobalBIX;
- e) Em outras situações que o Sistema GlobalBIX entender ser necessário para resguardar os direitos dos demais participantes do Sistema.

## **II. Registro do Contrato Mercantil**

### **Conceito**

O Registro do Contrato Mercantil no Sistema GlobalBIX é o conjunto de processos de certificação do Direito Creditório, através de procedimentos de análise do Contrato Mercantil. Esta certificação mercantil objetiva basicamente, evidenciar todas as características do Direito Creditório oriundo do Contrato Mercantil, para que este ativo possa ser adquirido pelo Mercado de Capitais.

Para o Registro de Contrato Mercantil no Sistema GlobalBIX, são necessários os documentos e informações abaixo relacionados:

- a) Cópia autenticada do Contrato Mercantil (Contrato de Fornecimento de Materiais ou Prestação de Serviços, AFM global ou Pedido de Compra e Venda);
- b) Carta do Cliente Vendedor (fornecedor), encaminhando o Contrato Mercantil e solicitando o seu registro, contendo valor e prazo proposto para a cessão, bem como as informações sobre a sua corretora de seguros (razão social, nome do contato, telefone e e-mail), em papel timbrado e assinado pelo(s) responsável(is);
- c) Cópia autenticada dos Anexos do Contrato Mercantil (se houver);



- d) Cópia autenticada de Aditivo(s) ao Contrato Mercantil (se houver);
- e) Cópia autenticada da Autorização de Serviço ou de Fornecimento de Materiais emitida pelo Cliente Comprador (Contratante) (se houver);
- f) Cronograma Físico-Financeiro do Contrato Mercantil (documento em forma de planilha, em papel timbrado e assinado pelo responsável da empresa) contendo: valor bruto e líquido previsto para cada parcela, data(s) prevista(s) para medição e para recebimento das parcelas, datas das medições já realizadas e valores já recebidos;
- g) Cópias simples dos Comprovantes de Entrega de Mercadorias e/ou Relatórios de Medição com as respectivas Notas Fiscais, caso o contrato já esteja em andamento e já tiverem ocorrido entregas e/ou medições parciais; e,

## Procedimentos

O Registro do Contrato Mercantil é realizado por uma equipe técnica que recebe da EDN – Empresa de Desenvolvimento de Negócios, os documentos e informações da Empresa, analisa e imputa os dados recebidos no Sistema Operacional.

Dentre as análises e procedimentos realizados, temos:

- a) Análise Técnica – Tem como objetivo verificar os aspectos técnicos e financeiros do Contrato Mercantil, conferindo a sua coerência com o cronograma físico-financeiro. A análise técnica analisa os pontos a seguir especificados:
  - Início da Vigência: é analisado se o contrato já está em vigência, ou se para o início do contrato é obrigatória uma autorização de fornecimento de materiais (AFM) ou prestação de serviços. Esta análise é feita através da verificação do Contrato Mercantil e demais documentos fornecidos;
  - Fim da Vigência: é analisado a data final de vigência do Contrato Mercantil, bem como a existência de cláusula que possa vir a interferir no prazo de vigência do Contrato. Verifica-se também, se a data de validade do contrato é igual ou posterior a 30 dias da data atual. O prazo superior a 30 dias é requisito para que o contrato possa passar por todos os processos e ser negociado. Caso o Contrato não esteja vigente ou sua vigência seja inferior a 30 dias da data atual, o Contrato não poderá ser registrado;
  - Condições de Entrega: verifica se o contrato prevê entregas ou prestações de serviço parciais, ou seja, mais de uma entrega em datas diferentes, em caso positivo e se houverem entregas cujas datas sejam anteriores a data atual, o Assistente do



Superintendente Técnico deve analisar os documentos relacionados a essas entregas, caso esses documentos não tenham sido recebidos, devem ser solicitados os Boletins de Medição para contratos de prestação de serviço ou os documentos comprobatórios de entrega para contratos de fornecimento de materiais (vide tabela com tipos de documentos nas Condições de Fornecimento de Material Petrobras -CFM);

- Condições de Pagamento: verifica se o Contrato Mercantil prevê pagamentos parciais, como os pagamentos estão sempre vinculados a entregas ou medições, a análise anterior permite com que já se tenha conhecimento dos pagamentos a serem efetuados, então deve-se verificar os valores desses pagamentos e suas respectivas datas. O cronograma físico financeiro do Contrato deve ser comparado com as condições de pagamento e valores acordados no Contrato Mercantil.
- b) Análise Jurídica – Tem como objetivo verificar os aspectos jurídicos do Contrato Mercantil, conferindo se estão de acordo com os requisitos do Código Civil, do Manual de Procedimentos Contratuais da Petrobras, das Condições de Fornecimento de Materiais da Petrobras (CFM), e demais legislação em vigor. A análise jurídica analisa, em especial, os pontos a seguir especificados:
- Razão Social e CNPJ do Vendedor (contratado) e Comprador (contratante): a verificação dessas informações devem ser feitas comparando essas mesmas informações constantes no contrato com as informações cadastrais que foram registradas no Sistema Operacional, durante o processo de credenciamento das partes. Caso as informações não confirmem, ou seja, a Razão Social ou CNPJ estejam diferentes do Cadastrado no Sistema Operacional, deve-se solicitar a justificativa para a divergência.
  - Assinaturas: verificar se quem assina o contrato tem poderes para tal, ou seja, se são Representantes Legais do Vendedor (contratado) e Comprador (contratante). É importante observar se as pessoas físicas que estão assinando, além de terem autorização para assinar, também podem assinar individualmente ou em conjunto, tal informação também pode ser conferida via Sistema Operacional. Caso as pessoas físicas que assinam não sejam Representantes Legais ou não tenham autorização para tal, deve-se solicitar documentos comprobatórios de poderes.
  - Objeto: são feitas as seguintes verificações em relação ao objeto:
    - se o bem, produto ou serviço, Objeto do Contrato Mercantil pode ser negociado pela parte vendedora (contratada). Essa verificação é feita através da análise do Objeto Social do Vendedor (contratada) que está cadastrado no Sistema Operacional, em que o bem, produto ou serviço deve estar contido, autorizando a empresa a produzir ou prestar o serviço, comercializá-lo ou representá-lo comercialmente. Caso o objeto social da empresa não autorize a comercialização

## **Parâmetros de Registro do Contrato Mercantil**

O Registro de um Contrato Mercantil no Sistema GlobalBIX obedece alguns parâmetros, que visam a proteção das partes negociantes. Dentre os parâmetros, podemos citar:

- a) O Cliente está limitado a oferecer para negociação, o valor máximo de 50% dos Direitos Creditórios oriundos do Contrato Mercantil, ou seja, 50% do valor bruto do Contrato Mercantil;
- b) Quando o Contrato Mercantil estipular o recebimento do Direito Creditório em parcelas, o Sistema GlobalBIX bloqueará as 2 (duas) primeiras e as 2 (duas) últimas, ou seja, o Cliente não poderá ceder os Direitos Creditórios oriundos das 2 (duas) primeiras e das 2 (duas) últimas parcelas do Contrato Mercantil;
- c) Quando o Contrato Mercantil estipular o recebimento do Direito Creditório em parcelas, o Sistema GlobalBIX bloqueará 30% (trinta por cento) do valor bruto de cada parcela, podendo o Cliente oferecer para cessão, 70% (setenta por cento) do valor bruto de cada parcela de Direitos Creditórios.

## **III. Pré-Negociação**

Após o Credenciamento do Cliente e o Registro do Contrato Mercantil no Sistema GlobalBIX, poderão ser iniciados os trâmites necessários para negociação dos Direitos Creditórios. Lembre-se que o Sistema GlobalBIX não permite a realização de um ação do processo, sem que todas as anteriores tenham sido devidamente cumpridas.

Nesta fase pré-negociação, o Cliente, que já possui limite aprovado junto ao IRB - Brasil Resseguros S/A., solicita à Seguradora, através do Sistema Globalbix, o Limite de Cobertura desejado para o Contrato Mercantil.

A Seguradora recebe a solicitação de Limite de Cobertura do Cliente, e após análises, concede o Limite de Cobertura, que poderá ser igual ou inferior ao valor solicitado pelo Cliente.

Com o Limite de Cobertura concedido pela Seguradora, há o compromisso da Seguradora em emitir a Apólice de Seguro Garantia ao Cliente, tendo como beneficiário o Cessionário dos Direitos Creditórios do Contrato Mercantil.

Neste momento, o Contrato Mercantil estará em “stand by”, pronto para ser ofertado e negociado.



## **IV. Negociação**

A negociação do Direito Creditório oriundo do Contrato Mercantil ocorre com a cessão de parte do direito creditório do Cliente (Vendedor-Cedente) para o Investidor (Comprador-Cessionário).

A negociação do Direito Creditório inicia-se pela oferta firme de venda do Direito Creditório oriundo do Contrato Mercantil efetuada pelo Vendedor-Cedente através do Sistema GlobalBIX. O Vendedor-Cedente informará o quanto pretende ceder em Direitos Creditórios do Contrato Mercantil e o valor do desconto, além de outras informações necessárias para a oferta.

O Comprador-Cessionário irá visualizar as ofertas de venda e poderá efetuar o fechamento do negócio, aceitando as condições do Vendedor-Cedente, ou ainda efetuar uma contra oferta de compra, alterando o valor de desconto para o Direito Creditório. O fechamento do negócio é feito através do Sistema GlobalBIX, em comum acordo entre as partes sem a interferência de terceiros.

Após o fechamento do negócio, o Sistema GlobalBIX gerará todos os documentos e contratos relativos à negociação, que ficará disponível às partes.

A liquidação da negociação de Cessão de Direitos Creditórios ocorrerá em D+10, e durante este período o Sistema GlobalBIX acompanhará todo o processo de liquidação, recebendo, conferindo e encaminhando os documentos aos responsáveis.



## Sumário dos Contratos

Destacamos abaixo os principais contratos firmados pelo Fundo:

### Contrato de Cessão de Direitos Creditórios Mercantis:

Os Contratos Mercantis celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores, serão cedidos ao Fundo, por meio de seu Administrador, para a aquisição de Direitos Creditórios. A Cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretroatável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados. O preço da cessão individualmente negociado refletirá as condições de mercado para a cessão de direito creditórios ao Fundo, no momento da cessão. O Contrato de Cessão reveste-se das formalidades contidas nos artigos 286 e seguintes do Código Civil Brasileiro. A eficácia da cessão dos créditos cedidos perante a Petrobrás dependerá de sua respectiva notificação, conforme dispõe artigo 290 do Código Civil Brasileiro.

### Contrato de Custódia e Controladoria:

Contrato de custódia e controladoria de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, celebrado entre o Administrador, por conta e ordem do Fundo, e o Banco Bradesco S.A., estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de tais serviços, que consistem na liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e dos outros ativos integrantes da carteira, bem como sua guarda, além da supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do Fundo.

### Contrato de Gestão:

Contrato de Gestão celebrado entre a Administradora, em nome do FUNDO, e a BI Capital Gestão de Recursos Ltda ("Gestora") para a prestação dos serviços de gestão do FUNDO; que compreendem, principalmente e de acordo, inclusive, com as disposições normativas vigentes, a análise, a avaliação e escolha de quais ativos que deverão compor a carteira do FUNDO; bem como as datas e os valores para a aquisição e/ou venda de tais ativos.

### Contrato de Escrituração:

Contrato de Escrituração celebrado entre a Administradora, em nome do FUNDO, e o Banco Bradesco S.A. para a prestação dos serviços de escrituração das cotas do FUNDO.